

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

VALDIR COSTA JUNIOR

**PRÁTICAS EMOCIONAIS E DE ORGANIZAÇÃO NA CIDADE:
UMA ETNOGRAFIA COM UM GRUPO QUE ATUA COM A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DE MARINGÁ, PR.**

Maringá

2020

VALDIR COSTA JUNIOR

**PRÁTICAS EMOCIONAIS E DE ORGANIZAÇÃO NA CIDADE:
UMA ETNOGRAFIA COM UM GRUPO QUE ATUA COM A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DE MARINGÁ, PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá – PPA/UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Josiane Silva de Oliveira.

Linha de pesquisa: Estudos Organizacionais e Sociedade.

Maringá

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C837p

Costa Junior, Valdir

Práticas emocionais e de organização na cidade : uma etnografia com um grupo que atua com a população em situação de rua de Maringá, PR. / Valdir Costa Junior. -- Maringá, PR, 2020.

106 f.

Orientadora: Profa. Dra. Josiane Silva de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

1. Práticas emocionais - Grupos de ação social - Maringá (PR). 2. Práticas de organização - Grupos de ação social - Maringá (PR). 3. Etnografia. 4. Pessoas em situação de rua - Maringá (PR). 5. Espaço organizacional. I. Oliveira, Josiane Silva de , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

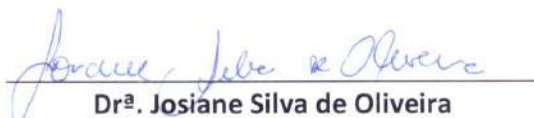
CDD 23.ed. 658.048

VALDIR COSTA JUNIOR

**PRÁTICAS EMOCIONAIS E DE ORGANIZAÇÃO NA CIDADE:
uma etnografia com um grupo que atua com a população em situação de rua
de Maringá, PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovado em 19 de maio de 2020


Dr^a. Josiane Silva de Oliveira
(presidente)



Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues
(membro examinador externo – PCS/UEM)


Dr^a. Priscilla Borgonhoni Chagas
(membro examinador PPA)

MARINGÁ
2020

AGRADECIMENTOS

Deus, muito obrigado por me dar coragem de aceitar os desafios de um mestrado, e pela força necessária durante esta trajetória que foi de rica contribuição para minha vida, fazendo-me olhar para o “outro” de forma humana. Com certeza, sem a luz divina e superior, não teria entrada num processo de desconstrução que esta pesquisa me proporcionou.

Agradeço à minha família pelo apoio e por acreditarem nesse meu sonho, mesmo eles não entendendo até hoje o que eu estudo! Muito obrigado, Mãe e Pai, por investirem em mim.

Agradeço aos meus amigos que estiverem ao meu lado neste período. Quero agradecer, em especial, o Luiz Roberto, meu melhor amigo e companheiro que sempre me apoiou, incentivou e acompanhou esta trajetória, aguentando-me falar de teorias que ele não entende, do meu campo de pesquisa, e das minhas reclamações infinitas sobre tudo isso.

Ao meu campo de pesquisa que se demonstrou muito riquíssimo, com contribuições muito além da vida acadêmica. Com certeza, tudo o que eu vivi e presenciei em campo eu levei para outros aspectos da minha vida. Muito obrigado à Organização Emoção na Rua, ao Observatório das Metrópoles e aos sujeitos em situação de rua da cidade de Maringá. Sem vocês, esse trabalho não teria sido possível e minha visão de mundo não teria se transformado nesses últimos dois anos. Eu dedico esse trabalho para vocês.

À professora Priscilla Chagas, pelas contribuições na minha construção teórica desde a disciplina que tive com você no mestrado até a participação na minha banca de qualificação. Muito obrigado por me fazer enxergar a cidade e seu espaço de forma diferente.

À professora Ana Lúcias Rodrigues, por me acolher na pesquisa do Observatório das Metrópoles e pelas contribuições na minha banca de qualificação. Sempre digo que seu conhecimento é enorme e generoso, em especial sobre a cidade de Maringá.

Agradeço muito a minha querida orientadora, professora Josiane, por embarcar nessa jornada comigo e confiar na pesquisa que queria desenvolver. Muito obrigado pelas contribuições que, com certeza, me ajudaram a conduzir este trabalho teórico e metodologicamente. Sempre digo aos colegas do mestrado que tirei a sorte grande em ter uma orientadora como você, obrigado pela confiança e pela parceria.

Por fim, agradeço o trabalho dos professores e da secretaria do PPA/UEM que contribuíram para minha formação e crescimento acadêmico, bem como à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

O meu objetivo nesta dissertação foi compreender como as práticas emocionais e de organização de um grupo de ação social e das pessoas em situação de rua configuram o espaço organizacional da cidade de Maringá, Paraná. Realizei um estudo etnográfico com a Organização Emoção na Rua (OER) de abril de 2018 a maio de 2019, que possibilitou uma aproximação com os sujeitos em situação de rua da cidade em estudo, além de participar da pesquisa do Observatório das Metrôpoles da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que possibilitou que eu realizasse entrevistas semiestruturadas com esta população, tanto nas ruas cidade como em instituições de apoio. Este trabalho é embasado teoricamente pela abordagem filosófica dos Estudos Baseados em Prática (EBP), conforme proposto por Feldman e Orlikowski (2011), e pela teoria antropológica contextualista das emoções, conforme discutido por Lutz (1988) e Lutz e Abu-Lughod (1990). Portanto, as práticas são artes (maneiras) de fazer estratégicas e táticas que compõem nosso cotidiano, que constituem lugares e espaços diferentes (CERTEAU, 1998). Um destes espaços é a cidade, que pode ser compreendida como uma organização complexa que “acontece” a partir da vida social (SCHATZKI, 2006; SARAIVA; CARRIERI, 2012). Além disso, as práticas não são limitantes às maneiras de fazer, passando pela dimensão das emoções. Considerando que as emoções são construídas socialmente e também constituem o cotidiano (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990), as práticas emocionais podem ser entendidas como “artes de sentimento e interação social”. Neste contexto, os resultados desta pesquisa demonstram que as práticas de organização e as práticas emocionais são articuladas por três dimensões de interações, a do cotidiano, a espacial, e a emo-social. São essas interações que fazem a organização-cidade acontecer e que constituem seu espaço-organizacional.

Palavras-chave: Práticas; Práticas Emocionais; Práticas de Organização; Práticas Espaciais; Organização-cidade; Espaço Organizacional; Etnografia; Cotidiano; Pessoas em Situação de Rua.

ABSTRACT

My aim in this dissertation was to understand how emotional and organizational practices of a charity group and homeless people constitute the organizational space in the city of Maringá, Paraná. I conducted an ethnographic study with the group *Emoção na Rua* from April 2018 to May 2019, which allowed me to get closer to the homeless people in the city under study. I also participated in the Metropolis Observatory's research from the State University of Maringá, which allowed me to conduct semi-structured interviews with this population, both on the city streets and in sheltering institutions. This work is theoretically based on the philosophical approach of Practice-Based Studies (PBS), as proposed by Feldman and Orlikowski (2011), and by the contextual anthropological theory of emotions, as discussed by Lutz (1988), and Lutz and Abu-Lughod (1990). Therefore, practices are strategic and tactical arts (ways) of doing that construct our every day, which is constituted of different places and spaces (CERTEAU, 1998). One of these spaces is the city, which is a complex organization that “happens” from social life (SCHATZKI, 2006; SARAIVA; CARRIERI, 2012). Moreover, practices are not only ways of doing, since they pass through the dimension of emotions. Considering that emotions are socially constructed and also constitute everyday life (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990), emotional practices are “arts of feeling and social interaction”. In this context, the results of this research demonstrate that there are three dimensions of interactions that articulate organizational and emotional practices – i) the everyday, ii) the spatial, iii) the emo-social. These interactions make the organization-city happen and constitute its organizational space.

Keywords: Practices; Emotional Practices; Organizational Practices; Spatial Practices; City-organization; Organizational Space; Ethnography; Everyday; Homeless people.

LISTA DE ABREVIATURAS

EBP – Estudos Baseados em Práticas

EOR – Estudos Organizacionais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OER – Organização Emoção na Rua

PR – Paraná

UEM – Universidade Estadual de Maringá

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das abordagens dos EBP.....	17
Quadro 2 – Abordagens possíveis de estudos das emoções.....	27
Quadro 3 – Definições conceituais dos termos de pesquisa.....	35
Quadro 4 – Integrantes da OER.....	47
Quadro 5 – Pessoas em situação de rua entrevistadas.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVO GERAL.....	13
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
2	ESTUDOS BASEADOS EM PRÁTICAS NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO..	15
2.1	AS PRÁTICAS COTIDIANAS DE MICHEL DE CERTEAU.....	17
2.2	A EMOÇÃO.....	22
2.3	ORGANIZAÇÃO-CIDADE: PRÁTICAS DE ESPAÇO.....	29
3	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	36
4	ARTES DE FAZER METODOLÓGICAS.....	42
5	O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA	50
5.1	O COTIDIANO.....	50
5.2	INTERAÇÃO ESPACIAL: O COTIDIANO DA CIDADE.....	56
5.3	INTERAÇÃO EMO-SOCIAL: EMOÇÕES COTIDIANAS	66
5.3.1	AMOR, INVEJA E LUTO	68
5.3.2	LAÇOS DE FAMÍLIA	72
5.3.3	INTOXICADA DE AMOR.....	79
5.3.4	A RUA FAZ PARTE DE MIM, MAS EU NÃO FAÇO PARTE DA RUA	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS CONVERSAS INFORMAIS.....	96
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS DA PESQUISA DO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES DE MARINGÁ, PR, DE 2018.	97

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Maringá foi classificada entre as 100 maiores do Brasil como a melhor cidade para se viver, segundo informação divulgada pelo Macroplan (2018). No entanto, esse tipo de classificação pode transformar a cidade em um produto a ser vendido, que não aparenta possuir nenhuma desigualdade econômica, social e habitacional. De acordo com Sánchez (2001), este tipo de *marketing* urbano¹ vende a imagem de uma cidade-conceito.

Neste sentido, podemos citar a crítica que Certeau (1998) realizou sobre as cidades-conceito. Para o referido autor, este conceito é utópico, pois, não concebe em sua racionalidade e organização os habitantes da cidade. No entanto, concebe a ideia de um planejamento urbanístico e funcionalista que desconsidera sua construção histórica e, conseqüentemente, social (CERTEAU, 1998; BUCHANAN, 2000). A cidade é para seus habitantes, ou melhor, para seus praticantes (CERTEAU, 1998).

Maringá, apesar de ser uma cidade modelo e planejada, possui grande desigualdade econômico-social, logo, habitacional. Segundo Rodrigues e Souza (2018), o planejamento econômico e social da cidade é o principal fator segregador do município e sua região metropolitana. Ainda de acordo com os autores, o desenvolvimento da cidade privilegia aqueles numa posição hierárquica alta, enquanto os que estão em uma posição mais baixa não possuem prospecção de melhora socioeconômica significativa.

A desigualdade pode ser observada nos últimos dados do censo demográfico realizado no país (IBGE, 2010)². Na época, a renda per capita de Maringá era de R\$1.202,63 por habitante, o equivalente a aproximadamente dois salários mínimos, sendo que a cidade possuía, na época, pouco mais de 357 mil habitantes, segundo dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Urbano³. No entanto, de acordo com dados do Observatório das Metrôpoles (2018), no ano de 2018 a cidade contava com 357 pessoas em situação de rua. Neste panorama, a renda destes sujeitos é aproximadamente de R\$50,00 por dia trabalhado, quando há trabalho, sendo que os trabalhos são sazonais, em sua maioria, em atividades de guardador de carros, coletor de materiais recicláveis, ou em pedintes de dinheiro (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2018).

¹ O marketing urbano é uma ferramenta política que busca difundir determinadas representações urbanas. Estas representações podem ter desdobramentos geopolíticos e econômicos, segundo Sánchez (2011). De acordo com a autora, o *marketing* urbano faz com que “o espaço [seja] consumido como outro produto qualquer e para intensificar esse consumo os governos municipais, através do *marketing*, utilizam-se de mecanismos de sedução associados à oferta do produto-espaço” (SANCHEZ, 2011, p. 43). Nesta pesquisa não me proponho a debater ou aprofundar sobre o tema de *marketing* urbano e de cidade como produto, assim, para mais informações, ver: SANCHEZ, F. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e *city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

² Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/maringa.html>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

³ Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4313#habitacao>. Acesso em: 12 jun. 2019.

Seguindo a premissa apresentada por Rodrigues e Souza (2018), de uma hierarquia socioeconômica, os dados do Observatório (2018) mostram um aumento de 61% de pessoas em situação de rua em referência ao ano de 2017, que contava com 177 sujeitos nessa situação. Já o ano de 2019 demonstra um aumento de 27% da população em situação de rua em Maringá se comparado com o ano de 2018, um salto de 357 para 450 pessoas (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019). Assim, devido tamanha complexidade, ao invés de olharmos a cidade como um produto, conforme argumentou Sanchéz (2001), a opção neste trabalho é em entendê-la como uma organização.

Nesta perspectiva, podemos considerar as cidades como organizações sociais complexas, produtoras de signos, símbolos e significados (IPIRANGA, 2010). Conforme Figueiredo e Cavedon (2012, p. 231) apontam: “a cidade é, afinal, um espaço de desigualdades, visto que exprime a organização socioespacial do sistema capitalista”. As organizações das cidades a partir do capitalismo fizeram com que diferentes grupos sociais as habitassem de diferentes formas, sendo que um desses grupos é composto pelas pessoas em situação de rua.

Schatzki (2006) foi além da definição de organização como sinônimo de empresa. Para o referido autor, as organizações “acontecem” a partir de diferentes práticas e interação social. A concepção do autor se encaixa na perspectiva dos Estudos Baseados em Práticas (EBP)⁴ que adoto neste trabalho. Neste ínterim, compreendo que as cidades são organizações complexas que acontecem a partir de diferentes práticas da vida social. Para compreendermos a vida social, é necessário um engajamento com o cotidiano dos sujeitos que fazem a organização.

Por sujeitos, faço referência ao “homem ordinário” de Certeau (1998). Este sujeito é aquele não legitimado por uma força de poder, somos nós. Nesta pesquisa, os sujeitos comuns são o grupo da ação social e aqueles em situação de rua. Para Certeau (1998), o sujeito comum usa de diferentes práticas, ou artes (maneiras) de fazer, para criar seu cotidiano.

Embora o cotidiano nos seja dado todos os dias (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2002), por meio de práticas estratégicas e táticas conseguimos subverter aquilo que nos é imposto diariamente (CERTEAU, 1998). Segundo Certeau (1998), devemos compreender as estratégias como práticas provenientes de um sujeito de querer e poder, uma ação calculista e manipuladora; enquanto as maneiras de fazer táticas são “a arte do fraco”, são momentâneas e astutas, não possuindo um lugar próprio.

⁴ Os Estudos Baseados em Prática são melhor explorados e explicados na primeira seção da Base Teórica desta dissertação.

Desta maneira, articulo que as organizações-cidades “acontecem” por meio dessas diferentes artes de fazer. Este acontecimento, se pensarmos em Certeau (1998), está na transformação do lugar em espaço. Ao conceber a cidade como um lugar, remetemo-nos ao conceito de cidade, aquela elaborada por urbanistas e arquitetos, em uma ordem imóvel (CERTEAU, 1998). Já ao concebe-la como espaço, referenciamo-nos às práticas dos sujeitos comuns, das maneiras de andar e viver a cidade, conforme Certeau (1998) pontuou.

Um grupo de sujeitos comuns que ocupam a cidade a partir de suas maneiras de andar e de viver é a população em situação de rua. De acordo com Kunz (2012), estes sujeitos muitas vezes não são vistos como humanos, devido a sua situação de vida. Este não-olhar também é razão de estarem fora do padrão hegemônico de produção e consumo de bens capitalistas (MATTOS; FERREIRA, 2004). Estes sujeitos fazem da rua sua morada, podendo ou não, segundo Mendes (2007), retirar seu sustento dela. Neste contexto, podemos considerar que estes sujeitos realizam diferentes práticas ao ocuparam a cidade, desde artes de fazer o seu sustento diário até artes que configurem sua morada.

Porém, como seria possível captar essas diferentes práticas da população em situação de rua da cidade de Maringá? Nas Ciências Sociais e Humanas, diversos autores realizaram estudos com esta população a partir de grupos de assistência ou ações sociais (ABAL; GUGELMIN, 2019; ROGERS, 2017; BISCOTTO et al., 2016; HOFFMAN; COFFEY, 2008).

Este tipo de acesso permite ao pesquisador a estabelecer relações com a população em situação de rua que até então são “ocultados” pela sociedade (ABAL; GUGELMIN, 2019), a fim de compreender as diferentes práticas que eles empregam em seu cotidiano, desde os trajetos que eles caminham pela cidade até as relações que eles criam com seus pares e demais membros da sociedade. No entanto, é possível que este acesso intermediado interfira em uma compreensão e experiência mais direta com estes sujeitos de pesquisa, conforme apontou Honorato (2014).

Tendo em vista que os processos organizacionais em análise dizem respeito à vida cotidiana, optei pela etnografia urbana como percurso metodológico. A etnografia consiste em “estar lá”, como uma forma de acessar o mundo do outro (CLIFFORD, 2011). Contudo, na etnografia urbana raramente o pesquisador vive ou compartilha das mesmas condições dos sujeitos de pesquisa (DURHAM, 2004). Com isso em mente, nesta pesquisa optei por acessar o grupo social das pessoas em situação de rua a partir de uma organização não

institucionalizada composta por mulheres na faixa dos 20 anos de idade que fornece alimentos aos domingos para estes sujeitos, a Organização Emoção na Rua (OER)⁵.

Meu contato com a Organização demonstrou diferentes práticas de organização, desde a escolha dos ingredientes até a rota de entrega dos alimentos. Conforme passava mais tempo em campo, percebia que essas maneiras de se organizarem possuíam elementos de emoção. Mais do que simplesmente fazer caridade, elas se demonstravam preocupado com aqueles que vivem nas ruas. Embora a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009) promulgue que a população em situação de rua tenha relações e vínculos familiares e sociais frágeis, não fora o que eu observei em campo. Eu percebia que as diferentes relações que eles estabeleciam com os demais moldavam sua forma de se organizar dentro da cidade.

Durante o pouco mais de um ano que passei em campo, tive a oportunidade de presenciar e vivenciar diversas relações interpessoais. Não só dos sujeitos em situação de rua com seus pares, mas havia relações interpessoais dos sujeitos com os integrantes da ação social. Tais relações, conforme eu as percebia, eram constituídas de emoção.

Lutz e White (1986) explicam que o termo emoção tem sido atrelado à irracionalidade na cultura ocidental, chegando a ser associada com caos. Essa categorização é principalmente relacionada às mulheres, pessoas de cor, crianças e às classes mais baixas, a fim de descaracterizar e desvalorizar esses indivíduos (LUTZ; WHITE, 1986). Segundo os referidos autores, enxergar essas pessoas como emotivas, conseqüentemente, como irracionais, é uma forma de legitimação da desvantagem social e econômica em que elas estão inseridas.

Em contrapartida, Lutz (1988) e Lutz e Abu-Lughod (1990) argumentam que as emoções são socialmente construídas, além de também construírem o social. Lutz (1988, p. 58)⁶ explica que: “o significado da emoção é sensível ao contexto, e particularmente às relações sociais em que ela acontece”. Desta forma, as emoções são primeiramente culturais, não devendo ser antagonizadas como inimigas da razão e do corpo (LUTZ, 1988).

Com esta definição, procuro romper com a dicotomia entre corpo e mente, isto é, racional e irracional. Nesta concepção, as emoções não são apenas exteriorizações biológicas de sentimentos, como a “cara de bravo” ao se deparar com uma situação que não gostou, por exemplo (LUTZ; WHITE, 1986).

As emoções devem ser consideradas em seu contexto como práticas sociais constituintes do cotidiano (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990). Vale salientar que as emoções

⁵ Nome fictício para manter o anonimato das sujeitas de pesquisa.

⁶ Tradução própria.

estão conectadas em relações de poder⁷ (LUTZ, 1988; LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990), bem como as práticas ceriteunianas. Todavia, mais do que apenas estarem imbricadas em relações de poder, as emoções também ajudam a mantê-las (LUTZ, 1988).

Se para Certeau (1998) as práticas são “artes de fazer”, postulo que as práticas emocionais são “artes de sentimento e de interação social”. Deste modo, o problema de pesquisa do presente trabalho é: **como as práticas emocionais e de organização de um grupo de ação social e das pessoas em situação de rua configuram o espaço organizacional da cidade?**

Minha pesquisa está inserida em uma recente gama dos Estudos Organizacionais (EOR), que contempla as pessoas em situação de rua (SANTOS; SOARES, 2017; HONORATO; SARAIVA; SILVA, 2017; HONORATO; SARAIVA, 2016; MELO 2015; HONORATO, 2014). Além disso, proponho um avanço ao expandir a emoção como um tipo de prática (OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA; CAVEDON, 2013) e a relação social delas no cotidiano de uma organização complexa, não convencional, como a cidade.

Para a apresentação dos resultados dessa pesquisa, essa dissertação é composta por quatro capítulos, além desta introdução, sendo eles divididos em algumas seções. O próximo capítulo conta com a base teórica utilizada neste estudo, desde os EBP no campo da Administração, bem como as contribuições de Michel de Certeau aos Estudos Organizacionais, além de um debate com base antropológica acerca das emoções. O terceiro capítulo foca primordialmente sobre a população em situação de rua. O quarto capítulo é dedicado à construção desta pesquisa a partir da etnografia. O quinto e sexto capítulo são compostos das análises e discussão dos “achados” em campo e das considerações finais, respectivamente.

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como as práticas emocionais e de organização de um grupo de ação social e das pessoas em situação de rua constituem o espaço organizacional da cidade de Maringá, PR.

⁷ A definição de poder que estes autores se baseiam fazem referência à Foucault. Esta definição é explorada na seção dedicada a Michel de Certeau na base teórica, em específico na seção 2.1.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o espaço organizacional da cidade de Maringá a partir da etnografia realizada;
- Identificar as práticas de organização na cidade dos sujeitos da pesquisa;
- Compreender as práticas emocionais dos sujeitos da pesquisa;
- Compreender como ocorre a ocupação da cidade pelos sujeitos em situação de rua.

2 ESTUDOS BASEADOS EM PRÁTICAS NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO

Os estudos baseados em práticas não são exclusivos do campo da Administração, estando presente em áreas da antropologia, filosofia, psicologia e educação, e ciências tecnológicas (MIETTINEN et al., 2009). Na Administração, segundo Sandberg e Dall’Alba (2009), estes estudos possuem grande foco em pesquisas em estratégia e conhecimento em organizações. Contudo, é necessário avançar nos estudos organizacionais baseados em práticas, concebendo-as como produtoras dos sujeitos sociais e do mundo (ORTNER, 2006; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011).

Estes estudos têm ganhado maior destaque nos últimos anos desde a virada de prática (*practice turn*), um movimento teórico que questionava o entendimento do que é prática, considerando fenômenos como: “conhecimento, significado, atividade humana, poder, língua, organizações e organizar” (BISPO, 2013, p. 312). Esse movimento teve sua ênfase na década de 1980 e se caracterizou pela emancipação teórica de dualismos, em especial entre individualismo e societismo (WHITTINGTON, 2012). De acordo com Whittington (2012), a virada de prática busca compreender não apenas o que é feito, senão *como*, em uma complexa relação do social com o individual.

A preocupação do como fazer trouxe avanços aos EBP em diversas áreas da Administração, produzindo, assim, reflexões sobre a sistematização desse campo de estudos. Feldman e Orlikowski (2011) foram pesquisadoras que propuseram essa reflexão sistematizando o campo dos EBP a partir de três tipos de posicionamento: empírico, teórico e filosófico.

O posicionamento empírico, de acordo com as autoras, foca na maneira que as pessoas agem em determinado contexto organizacional, assim reconhecendo a centralidade do sujeito nos resultados organizacionais. Podemos citar o trabalho de Dutton e Dukerich (1991) que buscaram compreender, a partir da teoria de identidade, as práticas dos empregados da autoridade de porto de Nova Iorque em relação às pessoas em situação de rua. Segundo este estudo, “[...] a imagem e identidade organizacional e suas (in)consistências ajudam a explicar quando, onde, e como os indivíduos se tornam motivados a abraçar ou não as iniciativas organizacionais” (DUTTON; DUKERICH, 1991, p. 550).

Por sua vez, Rigotto, Maciel e Borsoi (2010) demonstraram a relação entre práticas organizacionais e cultura dos locais de trabalho. A partir de entrevistas com trabalhadores de diferentes fábricas de calçados no Ceará, os referidos autores argumentam que a relação entre

práticas e cultura organizacionais, como por exemplo o modo, organização e ritmo do trabalho, podem gerar humilhação e situações constrangedoras no local de trabalho.

Já uma abordagem teórica analisa como as práticas surgem e como elas funcionam em diferentes contextos e tempo (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Latour (1992) trabalhou esta abordagem com base na teoria ator-rede, a qual se desenvolve por meio de negociações entre pessoas, instituições e organizações. Segundo o autor, tal teoria também engloba os artefatos nesta negociação, sendo que estes podem modificar as práticas dos sujeitos.

Diferentemente, Rossoni e Machado-da-Silva (2010) fizeram uma discussão acerca práticas de governança corporativa. Segundo os referidos autores, neste contexto as práticas possuem poder normativo e legitimador. Deste modo, a prática de governança corporativa promove uma divisão de autoridade entre os diversos atores no processo de gestão, o que pode vir a causar um problema de agência, e, conseqüentemente, aumentar custos de transição (ROSSONI; MACHADO-DA-SILVA, 2010).

Enquanto isso, a lente filosófica admite que a realidade social é constituída a partir de práticas, sendo acessíveis por meio do cotidiano (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Neste contexto, podemos citar o trabalho de Schatzki (2005), que defende o conceito de “ontologia contextuais”⁸. Tal ontologia pressupõe que a vida social é interligada por contextos constituídos por uma malha de nexos de práticas e arranjos materiais (SCHATZKI, 2005). Desta forma, práticas são atividades humanas organizadas por três fenômenos: *entendimentos* de como fazer as coisas, *regras*, e *estrutura teleoafetivas*⁹ (SCHATZKI, 2005).

Além do mais, a ontologia contextual se estende para o campo organizacional, compreendendo que as organizações seriam um fenômeno social constituído pela malha de práticas e arranjos materiais (SCHATZKI, 2006). Assim, rompendo a dicotomia de organização como sinônimo de empresa ou trabalho. Nos EOR, Santos e Alcadipani (2015), ao fazerem uma análise das contribuições de Schatzki, corroboram o raciocínio de que as organizações não devem ser compreendidas a partir de uma lente singular e estática. Neste sentido, as organizações são “resultado das ações” cotidianas, sendo assim “feitas e refeitas” (SANTOS; ALCADIPANI, 2015, p. 92).

Deste modo, novas configurações de organizações podem ser objetos de análise ou *locus* de pesquisa no campo da Administração. Tureta e Araújo (2013), por exemplo, enxergaram uma escola de samba como uma organização, buscando compreender suas práticas organizativas. Segundo os autores, é necessário entender as diferentes práticas que

⁸ Tradução de Santos e Alcadipani (2015).

⁹ Tradução própria, grifo próprio.

formam uma escola de samba, como, por exemplo, as práticas de produção de desfile, para então compreender que esta se trata de uma organização sem fronteiras claramente definidas.

O quadro 1 demonstra uma síntese das diferentes abordagens propostas por Feldman e Orlikowski (2011) nos EBP.

Quadro 1 – Síntese das abordagens dos EBP

Abordagem	Práticas
Empírica	São <i>o que</i> as pessoas fazem em seu dia-a-dia.
Teórica	São <i>como</i> as pessoas realizam determinada atividade em seu dia-a-dia.
Filosófica	Constituem a realidade social dos indivíduos.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Feldman e Orlikowski (2011)

Portanto, a partir dessa discussão me coloco dentro da lente filosófica nos EBP, conforme proposto por Feldman e Orlikowski (2011), pois, também compartilho da visão de que o mundo social e material é constituído a partir de diferentes tipos de práticas. Compreendo que o conceito de prática vai desde a dimensão teórica até a empírica, assim constituindo e construindo o social cotidianamente. Logo, realizo o debate de práticas a partir de um dos autores do campo das práticas que tem sido utilizado recentemente na área de Administração, Michel de Certeau (COURPASSON, 2017; MARÍNS; IPIRANGA, 2017; OLIVEIRA; CAVEDON, 2013; HJORTH, 2005).

2.1 AS PRÁTICAS COTIDIANAS DE MICHEL DE CERTEAU

Michel de Certeau (1925-1986) foi um intelectual historiador, jesuíta e teólogo que fora contra o conhecimento hegemônico na época que vivera. Seus estudos contribuíram para as áreas da psicanálise, antropologia, linguística, dentre outras das Ciências Sociais e Humanas (GIARD, 1998). Giard (1998, p. 09) apresenta-o como um “espírito anticonformista”, e é justamente esse anticonformismo que guia o autor em sua obra *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*.

Nela, Certeau (1998) se dedicou a entender e desvendar os modos de subversão que os consumidores empregam em seu cotidiano, isto é, o uso que as pessoas fazem de determinado produto. É necessário o entendimento que o produto que o autor se refere vai além de bens de consumo, tratando-se de um produto sociocultural.

Giard (1998, p. 17) deixa evidente o interesse do autor: “esboçar uma teoria das práticas cotidianas para extrair do seu ruído as maneiras de fazer”. Assim, o cotidiano pode ser definido como:

[...] aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 2002, p. 31).

De acordo com Certeau (1998), o cotidiano é constituído por práticas, sendo estas “artes de fazer”¹⁰. Seu interesse é em como o “homem ordinário”, ou as pessoas comuns, a partir de bricolagens, as emprega a fim de driblar formas de controle impostas pela sociedade, sobretudo por meio do discurso. Faria e Silva (2017, p. 212) evidenciam que “o cotidiano é dado aos praticantes ao mesmo tempo, em que é inventado por eles, em uma dinâmica micropolítica entre sujeitos de posições heterogêneas e efêmeras”.

Sobre esse conceito de “homem ordinário”, Certeau (1998) o define como:

[...] o murmúrio das sociedades. De todo o tempo anterior dos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas nas representações escritas, vai progredindo. [...]. Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados de lados [...]. (CERTEAU, 1998, p. 57).

Estudos como de Rodrigues e Ichikawa (2015) e Cabana e Ichikawa (2017) elucidam quem poderia ser este “homem”. Rodrigues e Ichikawa (2015, p. 98) compreendem o sujeito comum como sendo: “não percebido, é aquele que fala sem ser ouvido, olha e não é enxergado, vive sem ser observado, geralmente ignorado [...]”. Assim, os autores chamam à atenção aos lugares que estes “homens” circulam, para além do local físico.

Além de encontrá-los no cotidiano da rua, como em calçadas e cruzamentos e até mesmo em prédios abandonados, seu domínio está na “fenda social” (RODRIGUES; ICHIKAWA, 2015, p. 98). A partir desta compreensão, os autores elencam o catador de material reciclável como o sujeito comum de sua pesquisa, com o objetivo de compreender, a partir de seu próprio olhar, seu cotidiano e o cotidiano da cidade em que mora.

Já Cabana e Ichikawa (2017) realizaram um estudo que considera os feirantes como o sujeito comum, conforme proposto por Certeau (1998). Nele, as autoras buscaram

¹⁰ Neste trabalho “artes” e “maneiras” são consideradas sinônimos baseados na obra de Certeau (1998).

compreender as práticas cotidianas dos feirantes, e como elas foram se alterando conforme a identidade da feira mudava com o passar do tempo.

Deste modo, é possível entender que é no cotidiano que Certeau analisa os jogos de relação de poder, sendo que por meio de práticas os sujeitos comuns criam maneiras de jogar nesta relação (LEITE, 2010). Neste sentido, Courpasson (2017) realizou um estudo compreendendo o cotidiano como uma relação de forças de alienação e emancipação. Ao observar um ambiente empresarial, o referido autor aponta que a alienação está presente desde o controle dos pensamentos até os movimentos corporais dos trabalhadores.

No entanto, a partir de uma leitura de Certeau e Henri Lefebvre¹¹, Courpasson (2017) compreende a possibilidade de emancipação deste cotidiano. As emancipações estão presentes em microações, nas artes do cotidiano, de acordo com Certeau (1998), desde uma pausa para fumar um cigarro, ou usar a internet e o computador do escritório para atividades além do trabalho (COURPASSON, 2017). Vale salientar que essas artes não são feitas ao acaso, sendo relativas e flexíveis, conforme Certeau (1998) aponta, possuindo forma e trajetória que consideram uma historicidade social, indo além de uma questão temporal, mas sim cultural.

É necessário ter em mente que Certeau (1998) se guia de Foucault e sua obra *Vigiar e Punir*. Nela, Foucault (1999) discorre acerca do poder e controle dos indivíduos, inclusive comparando as organizações como prisões. O referido autor explana a mudança do tipo de punição, antes vigente por castigos físicos, para a punição baseada num discurso de eficácia. É justamente neste ponto que Certeau (1998) demonstra como as práticas cotidianas jogam com este discurso de eficácia a fim de subvertê-lo.

Poder pode ser definido como: “[...] algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem” (FOUCAULT, 1989, p. 183). É neste entendimento do poder sendo performado em relações que Certeau (1998) chama atenção à possibilidade de subversão. No entanto, isto não é dizer que a subversão ocorre de forma clara e explícita.

Certeau (1998, p. 143) alerta que as práticas tratam de um “saber não sabido”, sendo estas visíveis pelos observadores, mas não conscientes por aqueles que as realizam. Essa

¹¹ Henri Lefebvre foi um filósofo francês de base marxista que também se preocupou em estudar o cotidiano. Este autor se preocupa em analisar os aspectos alienantes da vida moderna, enquanto Certeau (1998) procura compreender as microrresistências, os momentos de emancipação deste poder alienador. Courpasson (2017) realizou o diálogo entre estes dois autores em seu estudo.

inconsciência no modo de subversão ocorre por meio de microrresistências, as quais podem ser melhores entendidas a partir do conceito de estratégias e táticas que o autor apresenta.

As estratégias são definidas como:

[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações como uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos, e objetos da pesquisa, etc.) (CERTEAU, 1998, p. 99).

No jogo das práticas cotidianas, aquele que faz uso de estratégias possui certa autonomia legitimada de poder. A partir de práticas estratégicas é possível antecipar-se às circunstâncias, ao tempo e às incertezas.

Diferentemente, a tática é “ação calculada determinada pela ausência de um próprio. [...] A tática não tem por lugar senão o do outro” (CERTEAU, 1998, p. 100). Isto é, as práticas táticas não possuem autonomia própria, elas são criadas em meio ao cotidiano como resposta às estratégias. Enquanto as estratégias se referem a um sujeito de querer e poder, as táticas se referem aos alvos e ameaças, conforme Certeau (1998, p. 101) indica: “a tática é a arte do fraco”.

Essa relação entre estratégias e táticas pode ser melhor entendida no trabalho de Yilmaz (2013), que realizou um estudo que busca compreender as táticas realizadas por turcos que moram na Alemanha. O autor considera que as práticas cotidianas como comer, ler, falar, comprar, entre outras, possuem um significado oculto como forma de subversão aos mecanismos de poder que controlam a vida dessas pessoas. Para ele, os mecanismos de poder, ou estratégias conforme a postulação de Certeau (1998), se dá pelas próprias práticas, hábitos ou regulamentos definidos pela comunidade alemã que eram diferentes da cultura turca.

Os resultados mostraram que os sujeitos da pesquisa realizam suas práticas cotidianas ainda de acordo com a cultura turca, como, por exemplo, assistir programas de TV turco, dar preferência para a comida da mesma cultura, seja esta preparada em casa ou em restaurantes (YILMAZ, 2013). Assim, o autor reforça a ideia de que as táticas são mecanismos quase invisíveis de resistência, as quais não buscam alterar a estrutura de poder em que elas são realizadas (YILMAZ, 2013; CERTEAU, 1998).

Já Gouvêa e Ichikawa (2015) estudaram como os integrantes de uma feira cooperativista conseguem, por meio de táticas, subverter a alienação e estratégias que lhes são impostos pela Instituição reguladora. Conforme as autoras explicam, este tipo de feira possui certas particularidades, já que são realizadas todos os dias em horário comercial, e a dualidade

causada pelo modelo cooperativista – o desenvolvimento por meio da cooperação e o crescimento individual devido ao capitalismo. A partir desta dualidade pode-se identificar a estratégia da Instituição por meio do discurso, seja pela questão da higiene ou pela garantia de que o produtor fique apenas no campo produzindo, para a transformação da feira livre para o modelo cooperativista (GOUVÊA; ICHIKAWA, 2015).

No entanto, as autoras destacaram o uso de táticas como microrresistências às regulações, como reuniões à parte para tomadas de decisões que excluem certos cooperados; a venda “por fora” de alguns produtores que remete à dualidade capitalista, visto que a cooperativa visa o lucro ao taxar o valor total de venda dos produtores, e estes também buscam crescimento financeiro independente da cooperativa.

A relação de estratégias e táticas também está presente no estudo de Aguiar, Carrieri e Souza (2016). Os autores discutiram essas práticas no contexto de gestão de circos itinerantes brasileiros. As estratégias podem ser observadas na rede de relações internas e externas dos sujeitos do circo, ou no papel central que a família exerce nessa organização; já as táticas foram consideradas essenciais no cotidiano do circo (AGUIAR; CARRIERI; SOUZA, 2016). Os autores exemplificam que, a partir das táticas, os sujeitos podem definir ou redefinir sua rota de apresentação, no caso de já haver um outro circo na cidade, ou se houver alguma outra festa ou comemoração no local que inviabilize o lucro pretendido, por exemplo.

Outrossim, Rezende, Oliveira e Adorno (2018, p. 36) buscaram compreender as relações entre estratégias e táticas, e também de espaços e lugares com o corpo em uma organização gastronômica artesanal de Goiás. Assim, elas expandem a discussão sobre corpo nos EOR ao adotaram o olhar cereteuniano de práticas, explicando que para Certeau “o corpo é uma produção social pelo qual os espaços se constituem” (REZENDE; OLIVEIRA; ADORNO, 2018, p. 37). Deste modo, as autoras evidenciaram que sem corpo não há organizações, e que ele se move tanta de maneira tática, a fim de criar um espaço não-próprio, quanto estratégica por meio das incorporações dos saberes.

Feita essa discussão, compreendo que as estratégias e táticas não são antônimas uma às outras, já que o cotidiano é composto por ambas, e que a relação de poder imbricada entre elas pode mudar, ou seja, o que num determinado momento é considerado estratégia pode se tornar uma tática, e vice-versa.

Conforme Certeau (1998, p. 273) nos avisa, as pessoas não devem ser tomadas por “idiotas”, então considero que a arte do fraco, em determinado contexto, mesmo que de forma inconsciente, pode ser a arte do esperto. Então, faço alguns questionamentos de como esse jogo de práticas acontecem no contexto das emoções. Como o sujeito comum sente o

cotidiano? As discussões sobre sentir, o que nos remete às emoções, ainda são pouco discutidas no campo dos EBP. Deste modo, na próxima seção deste capítulo apresento como as emoções podem ser incorporadas neste campo.

2.2 AS EMOÇÕES

Estudos sobre emoção têm sido abordados a partir de diferentes dualismos: materialismo e idealismo, natureza e cultura, mente e corpo (LUTZ¹²; WHITE, 1986). De acordo com Lutz e White (1986), as emoções eram tratadas predominantemente como coisas materiais nas ciências sociais, partindo do pressuposto que eram construídas biologicamente a partir de processos hormonais e neuroquímicos, sendo exteriorizadas a partir de movimentos faciais, por exemplo. Neste sentido, não se levava em consideração aspectos ou influências culturais nem sociais nas discussões sobre emoção (LUTZ, 1988).

No entanto, estudos antropológicos mais recentes visam romper com esta dicotomia, assim sendo Lutz e Abu-Lughod (1990) definem quatro estratégias discursivas para o entendimento das emoções nas Ciências Sociais: essencialista, relativista, histórica e contextual. Apresento, aqui, cada uma dessas estratégias a fim de diferenciá-las, e ao final defino qual delas considero mais adequada para esta pesquisa.

Na abordagem essencialista, estudos transculturais¹³ acerca das emoções advém dos estudos de Darwin, que acreditava na universalidade das emoções, as quais seriam adaptáveis às mudanças ambientais, de acordo com Lutz e White (1986). A universalização das emoções promove o entendimento de que elas são “perigosas” ou que são atos de “fraqueza”, pois, são compreendidas como tudo aquilo que é pré-cultural, pré-social e, portanto, inimiga do pensamento cognitivo (LUTZ, 1988).

Nesta abordagem, Lutz e White (1986) citam o estudo de Ekman, no qual sentimentos como felicidade, surpresa, medo e outros são tidos como universais, ou seja, são expressos de formas distintas, porém, com a mesma configuração de movimentos faciais. Segundo Rezende e Coelho (2010), a conexão entre mente e corpo tende a ser ignorado, pois, é vista como uma dimensão distinta, bem como a razão e a emoção. Além do mais, compreender as emoções como contrária a racionalidade tende a retirar qualquer responsabilidade de

¹² Catherine Lutz é uma antropóloga norte-americana. As discussões sobre emoções que me baseio neste trabalho é proveniente e decorrente de seu livro *Unnatural Emotions* (1988). De acordo com Coelho (2012, p. 214), essa obra é de grande contribuição ao campo da antropologia das emoções, pois, traz: “a investigação minuciosa dos eixos em torno dos quais se organiza a percepção da vida emocional predominante no Ocidente em vários planos [...]. Esta investigação é construída com base na noção de “etnopsicologia”, entendida como o conjunto de ideias compartilhadas por um grupo acerca das emoções”.

¹³ Em inglês: *crosscultural*

comportamento dos sujeitos, ou seja, as emoções não seriam intencionais, sendo apenas um mero acontecimento na vida de cada pessoa (LUTZ, 1988).

De acordo com Lutz e White (1986), na visão positivista, proveniente dos estudos psicológicos, a ênfase está em como as emoções justificam determinados comportamentos. Segundo os autores, tais estudos entendem as emoções como sendo universais e dispostas em uma camada de afeto, isto é, o foco das pesquisas são afetos particulares como, por exemplo, a depressão e ansiedade, não a emoção propriamente. Além disso, esta perspectiva provoca um entendimento errado sobre as emoções, como se elas fossem “sem sentido”. Segundo Lutz (1988, p. 60)¹⁴: “dizer que alguém é ‘emocional’ é muitas vezes questionar sua validade, e até mesmo o senso do que estão dizendo”.

A crítica antropológica a esta abordagem se dá devido à replicação destas técnicas em cenários culturais distintos, visto que a mesma traz pouca ou nenhuma marca cultural das pessoas (LUTZ; WHITE, 1986; REZENDE; COELHO, 2010). Rezende e Coelho (2010) citam o trabalho de Fajans, que expõe que as emoções podem surgir inicialmente de maneira biológica em um bebê, porém, sendo lembradas como parte de um contexto e interação social, não de forma isolada. Assim, os sentimentos não são sentidos de forma abstrata, sendo associados a um contexto de interação, ou seja, dependente de diferentes interações sociais (REZENDE; COELHO, 2010).

No campo da Administração, essa abordagem pode ser observada em estudos de trabalho emocional (SANTOS; FONTENELLE, 2019; NICKSON; KORCZYNSKI, 2009). Santos e Fontenelle (2019) realizaram uma pesquisa em uma empresa no setor de serviços a fim de compreender como ela pode atribuir sentido ao trabalho emocional de seus vendedores. Segundo as referidas autoras, os incentivos ao controle emocional e à gestão das emoções como estratégia de venda é reforçada pela organização por meio de discursos, como forma de dar sentido ao trabalho dos funcionários. Nesta perspectiva, as emoções são vistas como gerenciáveis, mais do que isso, elas devem ser gerenciadas a partir de diferentes regras e objetivos da organização.

Outra abordagem também criticada é a do naturalismo de senso comum, nela as emoções são entendidas como sinônimos de sentimentos, os quais são universais em sua essência, de acordo com Lutz e White (1986). Conforme os autores explicam, esta abordagem considera os sentimentos como a essência da emoção, portanto, sentimentos felizes ou tristes seriam os mesmos em todos os lugares. De acordo com Lutz e Abu-Lughod (1990), este

¹⁴ Tradução própria.

essencialismo retira a atenção da vida social e suas possíveis implicações da própria linguagem da emoção, que pode ser compreendida por meio de estudos com base interpretativista.

Em estudos interpretativista as emoções possuem significado histórico-cultural, ou seja, são socialmente construídas, de acordo com Lutz e Abu-Lughod (1990) e Lutz e White (1986). Neste sentido, a compreensão da emoção é resultado do relacionamento entre as pessoas, sendo mediada por meio da língua e cultura, conforme os autores explicam. As emoções para os sujeitos não são abstratas, mas um meio de mediação social (LUTZ; WHITE, 1986). Deste modo, de acordo com os autores, as emoções implicam em pensamento e em alguma ação futura usada para a negociação da realidade social em que os sujeitos se encontram.

Segundo Lutz e White (1986), a relação de emoção com a realidade social pode ser vista de diversas formas, como, por exemplo: definir emoção como sendo sobre relações sociais; ou que a partir delas se constituem o comportamento social dos indivíduos. Contudo, conforme os autores explicam, noções de individualismo, privacidade, autonomia, senso moral, entre outros, impactam diretamente a concepção de emoção, como ela é vivenciada e articulada socialmente.

A tentativa de compreensão entre emoção e cultura está na descrição etnográfica emocional das vidas das pessoas em seus contextos sociais, assim permitindo estudos comparativos transculturais (LUTZ; WHITE, 1986). Para estes autores, mais do que usar critérios ou justificativas universais é necessário começar com problemas nos quais os indivíduos são compelidos a resolver, visto que a natureza do problema é encontrada no cotidiano e afetado por interpretações culturais e materiais.

De acordo com Lutz e White (1986), essa é uma questão central para tentar compreender o impacto da emoção no comportamento cotidiano e na organização social. Além disso, a incorporação da emoção em estudos etnográficos pode apresentar uma visão mais ampla do que está em jogo para as pessoas em seus cotidianos (LUTZ; WHITE, 1986).

Nas análises organizacionais, estudos recentes, a exemplo de Gilmore e Kenny (2005) e Brannan (2011), advertem a negligência das emoções do pesquisador em etnografias organizacionais. Segundo Gilmore e Kenny (2005), etnografias realizadas em organizações se pautam na autor-reflexividade; no entanto, a emoção do pesquisador tende a ser negligenciada mesmo naquelas que o objeto de estudo são as emoções dos sujeitos de pesquisa.

Já Brannan (2011) articula por um “encontro emocional”, sendo esse um processo decorrente ao trabalho de campo. Tal encontro deve descrever o terreno emocional do

pesquisar com seu campo e sujeitos de pesquisa (BRANNAN, 2011). Assim, é possível inferir a necessidade de consideração das emoções dos próprios pesquisadores em etnografias organizacionais, visto que sua falta pode por em xeque a auto reflexividade do método proposto (LUTZ, 1988; GILMORE; KENNY, 2005).

Com isso, seguimos para a abordagem relativista apresentada por Lutz e Abu-Lughod (1990), a qual questiona a universalidade e os modos de se pensar sobre emoção. Nela, o interesse são as implicações que as emoções possuem nos comportamentos e relações sociais, em especial na comparação entre culturas contemporâneas entre si (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990; REZENDE; COELHO, 2010).

Nos estudos organizacionais, Flores-Pereira e Cavedon (2010) realizaram uma etnografia em um bistrô na cidade de Porto Alegre. Nele, as autoras descobriram a incorporação das emoções entre as pessoas que lá trabalhavam e os artefatos organizacionais utilizados na cozinha. Segundo as autoras, a emoção se mostrava ora positivamente, quando referida às lembranças da primeira cozinha em que cada pessoa preparou ou ajudou a preparar algum alimento, dos ingredientes, como o açúcar de confeitiro que remete à neve e filmes de Natal, e dos alimentos em si. Ora negativamente, quando referidos ao cotidiano massivo do trabalho, do espaço em si, e das condições de alguns utensílios para cozinhar. Além do mais, essas emoções são incorporadas, isto é, vivenciadas, por meio do choro (FLORES-PEREIRA; CAVEDON, 2010).

Embora as autoras não citem o trabalho de Lyon (1995), podemos relacioná-lo com seus pensamentos. Para Lyon (1995), ao falar de emoção é necessário ir além do que é produzido e mediado culturalmente, devemos considerar a agência social e como ela forma estruturas sociais, considerando os domínios sociais e corporais.

Segundo a autora, as emoções são centrais para o entendimento das funções comunicativas e associativas do corpo. As emoções ativam os corpos, conforme a noção de Merleau-Ponty de que o mundo é compreendido e vivido por meio do corpo (LYON, 1995). Assim, a emoção possui uma ontologia própria, a qual inclui dimensões físicas, fenomenológicas e de relações sociais, sendo esta última também formada por relações corporais (LYON, 1995).

Já a estratégia histórica analisa os discursos sobre emoção, subjetividade e do próprio indivíduo de forma particular, em momentos e locais históricos e sociais distintos, a fim de compreender as mudanças que ocorreram (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990). Desta forma, as autoras apontam que uma genealogia, em termos foucaultiano, da emoção pode contribuir para o entendimento de sua constituição nos dias atuais.

Pesquisas com esta abordagem são escassas no campo da Administração, porém pode ser enxergado no estudo de Ulus (2014). Nele, a autora analisou as emoções organizacionais em espaços pós-coloniais na Índia. Segundo a autora, as emoções que são vivenciadas e afetadas nesses espaços têm ligação direta com relações de poderes coloniais. Em outras palavras, as emoções nos ambientes organizacionais são constituídas de momentos, relações e reflexões históricas que podem ser conscientes ou inconscientes.

Por sua vez, a estratégia contextualista parte da premissa que a emoção é uma construção sociocultural, visando examinar os discursos sobre emoções como práticas sociais em diversos contextos (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990). De acordo com Lutz (1988), as emoções devem ser vistas como uma prática ideológica, não algo a ser descoberto ou desconstruído. Desta forma, as emoções emergem da vida social, possuindo: “valores culturais definidos, praticados socialmente e pessoalmente articulados” (LUTZ, 1988, p. 5)¹⁵.

A autora explica que: “falar sobre emoção é também falar sobre sociedade, sobre poder e política, sobre parentesco e casamento, sobre normalidade e desvio [...]” (LUTZ, 1988, p. 06)¹⁶. Neste sentido, podemos retomar as artes de dizer ceaurtenianas – os relatos – que devem ser entendidos numa perspectiva de discurso foucaultiana, além da palavra e da fala, possuindo relação não apenas com o social, senão com o poder, conforme a autora explica. Neste sentido, White (2007, p. 246-247) explica que:

Em outras palavras, uma análise das emoções como discurso não se limita à representação semântica, mas pergunta o que as emoções e as falas sobre emoções fazem nos usos situados da linguagem, incluindo conversação, narrativa, retórica, textos midiáticos, etc. Dessa forma, a análise se concentra diretamente nas relações entre emoções e seu significado social e psicológico em contextos culturalmente definidos. (WHITE, 2007, p. 246-247).¹⁷

A partir disso, é possível o entendimento de uma micropolítica das emoções. Para Lutz (2017), tal micropolítica permite visualizar e compreender as políticas e moralidades da vida continuando, as quais são (des)organizadas por meio das emoções. Além disso, segundo a autora, esta perspectiva permite rastrear as maneiras de que o poder está conectado com a organização da sociedade e do mundo material, além de iluminar como a emoção tem sido posta contra a razão em relação de gêneros.

O quadro 2 apresenta as diferentes abordagens sobre as emoções conforme proposto por Lutz e Abu-Lughod (1990).

¹⁵ Tradução própria.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem

Quadro 2 – Abordagens possíveis de estudos das emoções

Abordagem	Conceito
Essencialista	Universalização das emoções nos indivíduos
Relativista	As emoções são subjetivas nas relações sociais
Histórica	As emoções surgem a partir de um padrão social e histórico
Contextualista	As emoções são práticas sociais que constituem o cotidiano

Fonte: elaborado pelo autor com base em Lutz (1988) e Lutz e Abu-Lughod (1990)

O processo de contextualização foi demonstrado por Álvarez (2011) em um estudo etnográfico na Argentina, descrevendo um processo de recuperação de fábrica por trabalhadores devido à grande recessão econômica do país, e o abandono da mesma por seus gestores. A construção teórica apresentada pela referida autora é em grande parte influenciada pelo trabalho de Lyon (1995), conforme apresentado anteriormente. Deste modo, Álvarez (2011) supera a visão cognitiva da emoção e demonstra como elas se articulam politicamente, seja na organização pelos trabalhadores no processo de tomada e recuperação da fábrica, ou na incorporação por meio das experiências sociais desses sujeitos.

A abordagem contextualista das emoções tem sido explorada recentemente nos Estudos Organizacionais. Oliveira e Cavedon (2013, p. 67) ao fazerem um estudo etnográfico numa organização circense definem a dimensão política das emoções como: “práticas sociais situadas por meio de relações de forças agenciadas no contexto social que possuem efeitos materiais e simbólicos na sociedade”. A proposta das autoras, bem como a de Álvarez (2011), é romper com a naturalização e essencialismo em torno das emoções ao demonstrar que elas eram parte fundamental nas práticas organizativas do circense estudado.

Fica evidente que o local onde o estudo ocorrera, Pelotas em Rio Grande do Sul, desenvolve uma grande memória afetiva nas pessoas que trabalham no circo, visto que a cidade era reconhecida por sua cena cultural (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013). Tal memória afetiva acabava por formular lógicas de ações, segundo as autoras. A emoção, a vontade de se resgatar o passado de glória do Circo, de superar as dificuldades econômicas que estavam enfrentando, se transformava em práticas organizativas.

As autoras narram um evento em que entre pagar uma conta de telefone inadimplente e comprar figurinos para um espetáculo, o Circo optou pela última, pois, com o dinheiro arrecado com a apresentação, eles poderiam quitar a dívida posteriormente (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013). Essa ação organizacional é justificável, de acordo com as autoras, pela vontade de reacender a cena artística na cidade, senão de se consolidar como uma organização circense.

Além do mais, o circo passava por problemas referente ao espaço onde desenvolvia suas atividades, que era alugado. Com isso, era utilizado o discurso emocional para promover um engajamento político e econômico, a fim de que o circo conseguisse o apoio de uma outra empresa para uma nova sede, assim não tendo que abandonar a cidade na qual evocava o sentimento de pertencimento (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013).

Oliveira (2016) expandiu essa discussão acerca das emoções nos Estudos Baseados em Práticas, em um estudo realizado a partir de uma etnografia multissituada, no Brasil e Canadá, em duas organizações circenses. Para isso, a autora argumenta:

Emoções e organizações são processos construídos coletivamente [...]. As práticas emocionais têm a capacidade de mobilização de diferentes espaços organizacionais em um processo de construção política que também se configura como emocional [...]. (OLIVEIRA, 2016, p. 57).

Segundo a autora, as práticas emocionais constituem os sujeitos de forma material, que acaba sendo incorporada por eles. É a partir da emoção, pela paixão à arte, que os artistas circenses desenvolvem suas práticas organizativas e cotidianas, seja nas relações de trabalho e de inserção social, ou em relações de poder (OLIVEIRA, 2016). Então, Oliveira (2016, p. 65) sugere que “[...] as emoções podem ser consideradas como práticas políticas, pois, enquanto, construção sociocultural, produzem e reproduzem relações de poder na sociedade”.

Deste modo, proponho expandir as discussões realizadas pela literatura recente dos Estudos Organizacionais acerca da emoção, tendo como base a abordagem contextualista conforme apresentado por Lutz (1988) e Lutz e Abu-Lughod (1990). Assim, compreendo as emoções para além dos sentimentos, buscando expandir o conceito de práticas emocionais, conforme Oliveira (2016) sugeriu. Para essa discussão, retomo o conceito de prática apresentado por Certeau (1998), no entanto, mais do que “artes de fazer”, compreendo-as como “artes de sentimento e de interação social”.

De forma geral, as emoções não devem ser isoladas aos indivíduos, sendo necessário olhar a relação entre eles a fim de compreendê-las (LUTZ, 1988). Assim, as práticas

emocionais devem ser compreendidas como constituintes do cotidiano. Neste sentido, compreendo que as emoções podem se manifestar de maneiras táticas e estratégicas, e então moldar e criar espaço aos diversos sujeitos em diferentes contextos.

Um desses espaços é a cidade. Em termos organizacionais, compreendo que a cidade “acontece” a partir de diferentes tipos de práticas (SCHATZKI, 2006), inclusive as emocionais. Deste modo, no próximo capítulo contemplo a cidade como uma organização complexa, que se constitui de diferentes práticas cotidianas e emocionais. A partir deste entendimento, questiono: como os sujeitos comuns sentem este espaço? Como eles se adaptam? Como eles desenvolvem relações neste espaço? Para tal, é necessário a compreensão dos conceitos de lugar e espaço apresentados por Certeau (1998) e como isso ocorre em uma organização complexa como a cidade.

2.3 ORGANIZAÇÃO-CIDADE: PRÁTICAS DE ESPAÇO

Considerando que estratégias postulam uma relação de forças de poder, e táticas uma arte de subversão dessas forças, é necessário compreender *onde* a relação entre esses dois tipos de práticas acontecem. No contexto organizacional, os conceitos de lugar e espaço têm sido abordados como imóveis e neutros (TAYLOR; SPICER, 2007). Assim, é necessário transcender essa limitação ao enxergar esses conceitos a partir da produção social. Para tal, faço uma discussão dos conceitos de lugar e espaço apresentado por Certeau (1998), em seguida concebendo a cidade como um híbrido desses conceitos ao considerá-la como uma organização.

Os jogos entre estratégias e táticas no cotidiano possibilitam a produção de outros dois fenômenos sociais, sendo estes os lugares e os espaços, conforme aponta Certeau (1998). Sobre esses conceitos, o referido autor afirma:

Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. [...] é um cruzamento dos móveis. [...] em suma, o *espaço é um lugar praticado*. (CERTEAU, 1998, p. 201-202).

Neste sentido, Munro e Jordan (2013) analisaram o espaço vivido de um festival de artes em Edinburgh no Reino Unido. Segundo os autores, as estratégias, em termos certeunianos, buscam mapear e definir um espaço social a fim de controlá-lo, já as táticas estão na apropriação temporária do espaço urbano pelos artistas. Para tal, devemos considerar que o espaço não é limitante, nem imposto (MUNRO; JORDAN, 2013; CERTEAU, 1998).

Munro e Jordan (2013) constataram que os artistas que trabalham no festival fazem uso de táticas de espaço em suas performances, a partir delas a rua deixa de ser um lugar, passando a carregar um sentido social (CERTEAU, 1998). Como táticas, Munro e Jordan (2013) exemplificaram que os artistas criam pequenos “campos” na rua como espaço de suas performances, campos estes que são móveis; ou então, a interação com o público que possui o intuito de separar o espaço de outras apresentações.

Para Buchanan (1996), o espaço certeuniano não é a localização do cotidiano, senão seu produto. Nesta perspectiva, o referido autor argumentou que é necessário um olhar atento ao corpo, pois, o espaço é o meio pelo qual os corpos se conectam. Neste contexto, podemos inferir que se o espaço é corporal (BUCHANAN, 1996), ele também é sentido.

Nas Ciências Sociais, temos alguns estudos que corroboram esta ideia. Reynaud (2004), por exemplo, articulou que o espaço para emigrantes no Brasil é constituído a partir de uma memória afetiva. Por sua vez, McMurtrie (2012) argumentou que não somos apenas afetados pelo que vemos no espaço, mas pelo espaço em si. Ao analisar o espaço de dois prédios na Austrália, para a referida autora o espaço pode ser, em diferentes níveis, limitado – que restringe a visão ou movimento do usuário por meio de sua arquitetura, ou ilimitado¹⁸ – que é mais aberto, sem ou com poucas restrições. As diferentes configurações de espaço, portanto, afetam seus usuários de diferentes maneiras (MCMURTRIE, 2012).

Desta maneira, podemos compreender que a relação espacial está imbricada em diversos tipos de organizações complexas, que se constituem a partir de uma relação lugar-espaço nos moldes certeuniano. Neste sentido, considero a cidade como tal, visto que sua formação pode ser entendida a partir de diferentes lugares como ruas, avenidas e praças. Contudo, a apropriação, ou seja, o uso desses lugares pelas pessoas os torna em espaços. Aqui, percebo uma ambiguidade, a cidade podendo ser enxergada como um móvel-imóvel.

A mobilidade está presente no ato de caminhar (CERTEAU, 1998), mas indo além de um caráter apenas espacial, senão socioespacial. A imobilidade urbana é decorrente do caráter de “racionalidade urbanística” que Certeau (1998) nos alerta, essa racionalidade busca a criação da cidade-conceito, tendo esta três objetivos: a produção de um espaço próprio, estabelecimento de um não-tempo, e a criação de um sujeito universal e anônimo.

A produção de um espaço próprio reforça a racionalização da cidade, a qual deve ser livre de qualquer tipo de poluição, desde as físicas até as políticas (CERTEAU, 1998). Assim,

¹⁸ McMurtrie (2012) utiliza os conceitos de Stenglin. *Bound space* – espaço limitado. *Unbound space* – espaço ilimitado. Tradução própria.

o espaço próprio seria o lugar não praticado, um espaço dado aos habitantes que deve seguir as premissas dos projetistas e arquitetos. Já o estabelecimento de um não-tempo, segundo o referido autor, busca substituir as táticas, já que elas são momentâneas, sem espaço próprio, dependente do tempo. O não-tempo seria a forma de silenciamento completo dos jogos de astúcias dos sujeitos comuns. Por conseguinte, a criação de um sujeito universal e anônimo pode se referir à própria cidade (CERTEAU, 1998).

A partir dessas três características temos a cidade-conceito, uma racionalização urbanística e funcionalista dos lugares e espaços que busca o silenciamento do passado, visando o futuro desconsiderando os acontecimentos históricos (CERTEAU, 1998). Certeau, Giard e Mayol (2002) nos alertam que construções abandonadas e escombros são os fantasmas que assombram o conceito de cidade. Para Buchanan (2000), a crítica de Certeau ressoa a necessidade de as cidades terem estes fantasmas. A visão de Certeau sobre a cidade é que esta vai além de um espaço de moradia, mas de um espaço social onde as vidas das pessoas acontecem (BUCHANAN, 2000).

Deste modo, sem os fantasmas do passado, isto é, sem as artes de fazer históricas que estão inscritas no espaço urbano, a cidade-conceito tenta apagar o caráter mítico da cidade (BUCHANAN, 2000). Neste contexto, Certeau, Giard e Mayol (2002) alertam que a racionalidade urbanística não se preocupa com os habitantes (praticantes) da cidade. A cidade-conceito promove a segregação, a expulsão de seus habitantes para os subúrbios, isto é, a preocupação está em uma arquitetura que não leva os sujeitos em conta (BUCHANAN, 2000).

No entanto, o conceito de cidade é utópico, pois, a partir das práticas táticas os sujeitos podem transformar o ideário do lugar próprio e do não-tempo em espaço vivido e praticado (CERTEAU, 1998). Tal complexidade pode ser analisada no campo da Administração a partir das discussões de organização-cidade. Segundo Knox (2010), as cidades têm sido estudadas em termos geográficos, sociológicos e antropológicos, urbanísticos e econômicos. No entanto, a Administração tem ignorado a cidade como um local de organização (KNOX, 2010).

A cidade pode ser considerada uma organização por sua complexidade e diversidade estrutural e simbólica, sendo “um fluxo em transformação compreendido por meio de realidades e metáforas” (COIMBRA; SARAIVA, 2013, p. 37). Fisher (1997), por exemplo, visualiza a cidade como uma teia organizacional, isto é, um lugar pluralístico e multidimensional com características ambíguas e metafóricas, repleta de símbolos, signos e significados.

Com esta perspectiva, e superando a visão de organização como sendo aquela construída por paredes em um local fixo, a referida autora adota o termo organização-cidade. Já Mac-Allister (2004) enxerga a visão de Fischer como limitada, apontando que desse modo apenas é enxergada a organização social como cidade, considerando a melhor definição como:

Organização-cidade é uma organização social no que se refere a um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço, tem grandes dimensões e alta complexidade, processa coletivamente, e ainda que incorporando processos individuais e, continuamente, uma cultura, possui, como resultado desse processo, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta totalidade. (MAC-ALLISTER, 2004, p. 175).

No entanto, ambas visões dão enfoque a uma perspectiva de gestão, seja ela urbana ou empresarial. Saraiva e Carrieri (2012) expandam a visão apresentada pelas referidas autoras, adotando um olhar de dinâmica urbana, buscando entender a organização-cidade a partir da vida social organizada.

A cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico; tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais que implicam a construção de uma identidade local, o que se refere à cidade em si e à gestão desse complexo. (SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 552).

Por sua vez, Franco e Oliveira (2016) expandem o entendimento de organização apresentado por Certeau. Com base nos EBP, as autoras compreendem a cidade como um processo organizativo, no qual as organizações acontecem nos moldes apresentados por Schatzki (2006). Para este autor, as organizações “acontecem” a partir de diferentes tipos de práticas inseridas num contexto social específico presente no tempo-espaço, que conta com pessoas, artefatos, objetos e não-humanos. Assim, Franco e Oliveira (2016) postulam:

É preciso destacar que assim como Certeau (2008) o termo organização não se refere a uma lógica linear ou dominante, ou seja, cada processo da vida social tem suas especificidades de como se organiza coletivamente. Nesse sentido, para o campo dos EBP na Administração, as cidades são processos organizativos produzidos por seus habitantes, o que inclui as organizações. (FRANCO; OLIVEIRA, 2016, p. 8).

A ideia apresentada pelos autores que defendem o termo de organização-cidade na Administração pode ser associada à linha de raciocínio do sociólogo Louis Wirth (1967) que busca compreender o urbanismo como um modo de vida. Para este autor, é necessário pensar

e dar atenção para a heterogeneidade presente nas cidades, sendo necessário a expansão de estudos empíricos neste espaço.

Esta análise vai ao encontro da crítica de Certeau (1998) à cidade-conceito, sendo necessário compreender os caminhos percorridos por aqueles que praticam a cidade, os sujeitos comuns, para que se entenda as táticas que eles empregam, e como de fato a cidade é vivida (CERTEAU, 1998). Neste sentido, Certeau (1998) chama atenção às enunciações pedestres, pois, o caminhar pela cidade não é apenas uma apropriação do sistema topográfico. É a transformação do lugar em espaço. É o viver na cidade, o andar pela rua ou pela calçada, o atravessar na faixa de pedestre ou fora dela.

Todas essas práticas possuem variantes e intensidade próprias de seus praticantes, os quais podem se submeter às estratégias urbanísticas delimitadoras ou por meio de táticas criar seu próprio traçado urbano. Este pensamento também corrobora a ideia de Wirth (1967), na qual as cidades são maiores do que seus limites físicos e geográficos, constituindo um modo de vida especial, o urbanismo como forma de organização social

Recentemente há algumas pesquisas nos EOR que abordam essas questões. Thanem (2012) realizou uma pesquisa a partir de uma abordagem espacial, na qual pretendia entender como pessoas em situação de rua na cidade de Estocolmo resistiam às práticas de arquitetura urbana. De acordo com a autora, os sujeitos de pesquisa não resistiram de forma organizada às estratégias urbanas com o espaço que ocupavam, assim fazendo-se alusão às táticas de Certeau (1998). De modo geral, a resistência se mostrou com a volta de alguns sujeitos aos lugares que haviam sido reconstruídos e modernizado; mas, em sua maioria, os sujeitos em rua se deslocaram desses espaços (THANEM, 2012).

Neste caso, podemos compreender como a racionalidade urbanística desconsidera os usuários do espaço (CERTEAU, 1998). Como resultado, é possível inferir que a criação de um não-lugar é ainda possível nos conceitos urbanísticos; contudo, na prática há ainda microrresistências sutis (CERTEAU, 1998; THANEM, 2012).

Já Figueiredo e Cavedon (2012) observaram a apropriação de um espaço privado de uma organização por diversos grupos sociais em Porto Alegre. As referidas autoras postulam que o espaço organizacional é integrante ao espaço urbano, estando sujeito às apropriações física e simbólica. Ao retomarmos Certeau (1998), podemos notar a constante relação móvel entre os espaços, sendo estes praticados, criados e incorporados a partir dos diferentes significados dos sujeitos.

Por sua vez, Franco e Oliveira (2017) adotam o olhar de Certeau em práticas organizativas alinhadas à Antropologia do Direito, isto é, o Direito a partir das práticas

sociais, para compreender uma organização de Forró Pé de Serra em Brasília e sua luta pelos direitos à cidade. Conforme as referidas autoras, o forró é uma prática cultural nordestina, a qual tende a ser a associada à pobreza e marginalização, assim levando-o a ser praticada nas “margens”, isto é, fora do centro hegemônico da cidade de Brasília. Desta forma, praticar o forró pode ser considerado como uma forma de resistência não apenas espacial, senão social (FRANCO; OLIVEIRA, 2017).

Retomando a discussão da cidade-conceito de Certeau (1998), as autoras articulam que “[...] se cada bairro de Brasília é destinado para um público específico, de hotéis a clubes de lazer, esses lugares quando praticados produzem outros sentidos de uso dos espaços das cidades” (FRANCO; OLIVEIRA, 2017, p. 10). Neste sentido, a presença dos nordestinos e do forró mudam a forma de ocupação e do Direito à cidade. Enquanto eles se apresentavam em feiras livres, conforme estas foram tomando grandes proporções o Estado acabava por institucionaliza-las, obrigando que o forró se deslocasse, de acordo com as autoras.

No entanto, essa recolocação produzia novos espaços de reprodução popular, como, por exemplo, os bailes nômades de forró que ocorrem independente do Estado, a partir da vontade dos próprios sujeitos (FRANCO; OLIVEIRA, 2017). Assim, é possível perceber que os praticantes do forró criam mecanismos de subverter a lógica estratégica do Estado, por conseguinte transformando lugares em espaços em um ciclo de recolocação a fim de garantir o seu Direito à cidade.

Portanto, Certeau (1998) enfatiza que as diferentes práticas, sejam elas espaciais ou não, se manifestam de forma simbólica em diferentes usos, seja por meio dos jogos – os quais apresentam certa formalidade de táticas; relatos – histórias que relatam regras das práticas dos sujeitos comuns; contos e lendas – revelando os conteúdos das maneiras de fazer, sendo reveladoras do próprio espaço que elas ocorrem. Contudo, os conceitos de Certeau ignoram as dimensões afetivas da vida na cidade (DUFF, 2010).

Segundo Duff (2010, p. 881): “vivenciar um lugar é ser afetado por ele”¹⁹. A partir dos conceitos de “lugares densos” e “lugares rasos”²⁰, o autor realizou um estudo etnográfico em Vancouver, Canadá, a fim de compreender a dimensão afetiva nas práticas de espaço. Segundo ele, lugares densos são imbricados de afeto, hábitos e significado, sendo neles que as pessoas conseguem vivenciar e sentir o espaço; já os lugares rasos não oferecem nenhuma sensação de pertencimento e identidade.

¹⁹ Tradução própria.

²⁰ Tradução própria. Conceitos de Edward Casey, em inglês: *thick places* e *thin places*, respectivamente. (DUFF, 2010).

A partir destes conceitos, elenco que os “lugares rasos” fazem referência ao lugar não praticado, e “lugares densos” ao espaço nos conceitos de Certeau (1998). Como resultado, Duff (2010) aponta a apropriação de um lugar raso em uma escola, embaixo das escadas, como uma prática espacial. A partir da apropriação, alguns alunos desenvolveram o sentimento de “ser dono” daquele lugar, pois, eles pertencem a um espaço onde podem interagir socialmente conforme suas vontades (DUFF, 2010).

Feito este debate sobre os conceitos de práticas que perpassam pelas dimensões do cotidiano, das emoções, espacial e de organizações, apresento no quadro 3, a seguir, as definições dos conceitos que adoto nesta pesquisa.

Quadro 3 – Definições conceituais dos termos de pesquisa

Conceito	Definição
Práticas	Artes de fazer dos sujeitos comuns que podem se manifestar por meio de táticas e estratégias.
Práticas de organização	Artes de fazer dos sujeitos comuns que constituem uma organização, seja de maneira tática ou estratégica. A partir delas, as organizações “acontecem”.
Práticas emocionais	Artes de sentir e de interação social dos sujeitos comuns, as quais são construídas em determinado contexto sociocultural.
Cotidiano	Realidade social produzida pelas práticas.
Cidade	Organização que “acontece” a partir da vida social organizada.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Certeau (1998), Lutz e Abu-Lughod (1990), Schatzki (2006) e Saraiva e Carrieri (2012).

Ao incorporar as emoções ao espaço, podemos compreendê-lo como um espaço sentido. Assim, com base nesta discussão, concebo que nossa relação com o espaço é dualística, pois, não afetamos os espaços apenas a partir de artefatos, de nossa utilização, e de nossa vivência (MURPHY, 2017). Nossas práticas são incorporadas nos lugares, transformando-os em espaços repletos de simbologia e sentimentos. Porém, como isso ocorre com os sujeitos comuns e negligenciados pelo conceito de cidade? O próximo capítulo, deste modo, discorre sobre estes sujeitos, em especial a população em situação de rua.

3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste capítulo, primeiramente abordarei as pessoas em situação de rua de forma geral, apresentando sua classificação pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009), bem como a estimativa de quantos indivíduos estão nesta situação. Em seguida, apresento estudos realizados sobre estes sujeitos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, fazendo um paralelo de como essa pesquisa se destoa das demais já criadas em referência à população da cidade de Maringá.

Aproveito este capítulo para apontar a nomenclatura utilizada neste trabalho, sendo a mesma utilizada pela Política Nacional que se refere a esses sujeitos-comum: *população em situação de rua*. Este é um termo que eu não escutava, sempre ouvindo as pessoas ao meu redor a se referir aos indivíduos que moravam na rua como: pedinte, morador de rua e mendigo. Essa mudança de termos, de acordo com Neves (2010), ocorreu por conta do trabalho dos agentes sociais ao lidar com esta população a fim de retirar, pelo menos, parte do preconceito e estereótipo atrelados aos termos antes utilizados.

Mendes (2007) debateu acerca da nomenclatura correta para esta população, reconhecendo que ela é classificada como: “migrantes, trabalhadores itinerantes, trecheiros, maloqueiros ou caídos” (MENDES, 2007, p. 108). No entanto, a autora não considera esses viajantes (migrantes, trabalhadores itinerantes, trecheiros) como pessoas em situação de rua. Para ela, aqueles em situação de rua:

[...] não apenas tiram da rua o seu sustento, como também fazem da rua o seu local de moradia, ainda que optem por dormir em instituições de acolhimento para moradores de rua e migrantes. Portanto, pessoas que buscam na rua seu sustento, mas não fazem dela seu local de moradia – como vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, guardadores de carro, flanelinhas etc. – não serão consideradas população de rua, mas sim trabalhadores de rua. Os migrantes também não são necessariamente moradores de rua; no entanto, na medida em que estão na cidade e que se utilizam dos equipamentos de atendimento para a população de rua, eles poderão ser considerados como tal. (MENDES, 2007, p. 06).

Portanto, compartilhando da visão de Mendes (2007), utilizo os termos *população em situação de rua* ou *população de rua*²¹ ao me referir aos sujeitos que fazem, ou já fizeram em algum momento da rua sua morada, independente da sua forma de sustento acontecer ou não na rua.

²¹ O termo morador de rua pode aparecer nas análises do percurso etnográfico desta dissertação, pois, é assim que comumente os sujeitos que estão na rua se denominam.

Por sua vez, segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua²² do país, essas pessoas são classificadas como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, DECRETO Nº. 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009).

Esta heterogeneidade que a Lei discorre é difícil de perceber nos discursos da sociedade em seu cotidiano, inclusive, de acordo com Lacerda (2012), as políticas públicas voltadas a esta população tende a homogeneizá-la. Além disso, de acordo com Costa (2007), os grupos religiosos foram os primeiros a prestar alguma assistência às pessoas em situação de rua, nos anos de 1970 e 1980, sendo que apenas a partir de 1990 o Estado começou a dar atenção a estes sujeitos.

Em geral, a sociedade tende a não olhar para essas pessoas como seres humanos, conforme aponta Kunz (2012), visto que essa população está à margem, sofrendo tipificações por estarem sujas, sem trabalho, sem dinheiro, além de não fazerem parte do modelo capitalista de consumo e de produção de bens (MATTOS; FERREIRA, 2004). Neste sentido, Snow e Anderson (1993)²³ observaram que a tipificação desses sujeitos é baseada em suas imperfeições ou incapacidades. Segundo os autores, isso tem relação com a relação de poder foucaultiana e sua função normalizadora que vai contra tudo o que fere a normalidade concebida pelos detentores do poder. Para os autores, essa hegemonização e estereótipo sobre a população em situação de rua não leva em consideração as peculiaridades e contextos da vida social desses sujeitos.

Ademais, essas pessoas estão em constante movimento pela cidade, sendo difícil um método de qualificar e até mesmo quantificar os indivíduos nesta situação (FERREIRA, 2006). Honorato (2014) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016) atribuem essa mobilidade como fator para essa população não constar nos censos demográficos do país. Em uma estimativa realizada no ano de 2016, o país contava com cerca de 122.890 pessoas em situação de rua; no entanto, essa estimativa tende a não ser precisa devido à falta de dados destes sujeitos (IPEA, 2016).

²² O Decreto Nº. 7.053 foi estabelecido após a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, que foi realizada de agosto de 2007 a março de 2008. A pesquisa foi realizada em 71 cidades brasileiras acima de 300 mil habitantes, identificando 31.922 pessoas acima de 18 anos vivendo nas ruas (BRASIL, 2009).

²³ Snow e Anderson (1993) realizaram um estudo etnográfico de dois anos de duração, de 1984 a 1986, com a população em situação de rua da cidade de Austin, Texas.

Segundo o IPEA (2016), alguns municípios estão adotando iniciativas censitárias próprias para reconhecer o número de pessoas em situação de rua para a criação de políticas públicas direcionadas a eles. Isso, inclusive, ocorre na cidade de Maringá, por meio de um estudo do Observatório das Metrôpoles, que realiza estudos voltados às políticas urbanas e às questões vinculadas ao desenvolvimento e crescimento da cidade de Maringá e sua região centro política.

Estudos acerca da população em situação de rua não são necessariamente novidade no campo acadêmico (PALOMBINI, 2013; SILVA, 2010; MENDES, 2007; MATTOS; FERREIRA, 2004). Mattos e Ferreira (2004) identificaram como os discursos sociais de tipificação configuram a identidade desses indivíduos. Por tipificação, os autores entendem “completa apreensão da pessoa como um ‘tipo’, somente pelos aspectos rotulados, negando sua humanidade e a transformação a ela inerente” (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 48).

Segundo os autores, a tipificação de “vagabundos, loucos, sujos, perigosos e dignos de piedade” acarretam uma violência simbólica, e possivelmente física, contra eles. Além disso, os autores compreendem que “o indivíduo pode apropriar-se das representações sociais e passar a ver-se como um objeto, ‘uma peça sem vontade própria’” (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 52).

Já Palombini (2013) buscou entender como se dispõe a espacialização de moradores de rua no bairro da Cidade Baixa em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, acompanhando de perto um jornal publicado trimestralmente e feito inteiramente pela população de rua da cidade estudada. Palombini (2013, p. 50) observou que a liberdade desses indivíduos é aprisionada de certa forma, visto que “a rua pode significar a ausência de amarras, mas também pode tornar-se uma prisão à medida que se busca um porto seguro, o qual é inexistente nesta condição”. Ademais, em termos urbanísticos e territoriais, ele destacou uma relação de “(con)vivência”, pois, durante os dias eles são invisíveis da então considerada sociedade, e apenas durante à noite conseguem fazer uso do espaço como seu território.

No campo das Ciências Humanas e Sociais, a maneira que os pesquisadores conseguem acessar esta população tem sido a partir de diferentes grupos ou instituições de apoio. Silva (2010, p. 139), por exemplo, foi além dos discursos de exclusão atribuídos à população em situação de rua, sendo que elas “[...] fazem da via pública o seu espaço material, simbólico, existencial”. A compreensão do autor foi possível a partir de sua participação em um grupo cristão que fornece auxílio e alimentos a estes sujeitos.

Assim, Silva (2010, p. 146) argumenta: “são dois grupos que, a despeito de suas posições hierárquicas na estrutura social, de seus distintos interesses, desejos e trajetórias,

comungam na necessidade de tecer e manter relações sociais e simbólicas e, para tal, precisam um do outro na viabilização destas demandas”. Para o referido autor, é necessário perceber que esses sujeitos não são totalmente excluídos da sociedade, e que mantêm relações sociais com entidades que lhes dão auxílio, além de seus pares, indo de contramão a definição proposta pela Política Nacional brasileira.

Estes vínculos com entidades de auxílio também permeiam o trabalho realizado por Abal e Gugelmin (2019). As autoras realizaram um estudo etnográfico com intuito de compreender os territórios criados pelas pessoas em situação de rua usuários de crack, da cidade de Cuiabá. Para tal, o acesso de campo foi feito a partir de um consultório de rua e de psicanalistas que prestam assistência a estes sujeitos. Deste modo, as referidas autoras conseguiram adentrar aos poucos nos territórios destes sujeitos.

Por sua vez, Biscotto et al. (2016) realizaram um estudo fenomenológico em um albergue em Minas Gerais com o intuito de compreender a vivência de mulheres em situação de rua. Durante a pesquisa, as autoras constataram que o albergue não serve como forma de solução para os problemas enfrentados pelas mulheres estudadas, mas como forma de apoio para suprir as necessidades mais básicas.

Hoffman e Coffey (2008) corroboram a ideia de que instituições de apoio apenas remédiam o problema que essas pessoas enfrentam. No entanto, a partir de diversos relatos de pessoas em rua, os autores apontaram que tais instituições infantilizam, culpam e objetificam estes sujeitos. O mesmo é relatado por Rogers (2017) em seu trabalho etnográfico. A referida autora ampliou esta discussão a fim de ver como isso ocorre num nível micro, ou seja, na relação dos trabalhadores do abrigo com as pessoas em situação de rua.

Rogers (2017) identificou que o abrigo é permeado por barreiras simbólicas, que são usadas fisicamente e moralmente pela equipe do local para se distanciar dos sujeitos em questão. No entanto, mesmo que essas barreiras sejam criadas de forma inconsciente, elas acabam por moldar a identidade daqueles que trabalham no albergue como “pessoas do bem”, enquanto a concepção de “errantes e indignos” daquelas em rua ainda se mantém (ROGERS, 2017; HOFFMAN; COFFEY, 2008).

Especificamente no campo da Administração, é necessário expandir este debate realizado pelas outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Apenas recentemente temos trabalhos nos Estudos Organizacionais que retratam os sujeitos em rua (SANTOS; SOARES, 2017; HONORATO; SARAIVA; SILVA, 2017; HONORATO; SARAIVA, 2016; MELO 2015). Contudo, estes trabalhos não contemplam diretamente organizações ou movimentos sociais que prestam algum tipo de auxílio a estes sujeitos.

Melo (2015) elaborou um registro fotográfico da população em situação de rua da cidade de Belo Horizonte. O registro ocorreu nas ruas e no abrigo (albergue) oferecido pela prefeitura da cidade a fim de registrar o dia-a-dia dessas pessoas. A partir do registro, a autora documentou uma forma de controle da prefeitura sobre os sujeitos, sendo que o abrigo funcionaria como uma camuflagem. Escondendo, deste modo, a população de rua do grande centro, além de ser uma forma de propagar o conceito de gentrificação (“melhoramento”) da cidade (MELO, 2015). Além disso, durante o trabalho a referida autora negou ter presenciado o estereótipo de violência atribuído à essas pessoas, e nota que elas tendem a dormir juntos ou em proximidade como forma de proteção.

Enquanto isso, Honorato e Saraiva (2017) estudaram os discursos das políticas sociais sobre a população em situação de rua, sendo estes considerados como excluídos socialmente e economicamente, também na cidade Belo Horizonte. Os autores reconheceram e apontaram a dificuldade da luta por direitos desta população, e por meio da análise de discurso notaram a estigmatização e discriminação que esses sujeitos sofrem pela sociedade de médio-alto padrão a partir da presença do discurso hegemônico. Tal discurso busca o controle da cidade e da ordem social, como, por exemplo, o controle de espaços públicos como parques abertos e arquitetura anti-mendigo (HONORATO; SARAIVA, 2017).

De forma diferente, Santos e Soares (2017) analisaram a partir do uso de imagens as práticas organizativas de controle de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. Os autores fizeram uma análise em três territórios distintos da cidade: baixo-centro, sendo este menos desenvolvido; hipercentro, um lugar de transição no qual se encontra grandes organizações, como bancos, por exemplo; e região centro-sul, lugar considerado de alto padrão e maior desenvolvimento.

Nos lugares menos desenvolvidos e de transição, o controle ocorre pela arquitetura anti-mendigo, estruturas que impedem a aglomeração das pessoas, promovendo a expulsão e o afastamento das mesmas (SANTOS; SOARES, 2017). O controle ocorre tanto pela esfera pública, como postos policiais localizados em locais considerados mais perigosos e com maior circulação das pessoas em situação de rua, quanto pela esfera privada que tende a promover o processo de gentrificação. Nota-se que o controle nessas localidades ocorre por meio físico, e pelo motivo dessas pessoas estarem a contramão do capitalismo, não possuindo poder aquisitivo (SANTOS; SOARES, 2017).

Já na região centro-sul o controle ocorre por meio simbólico, visto que é uma região projetada e desenvolvida, na qual se encontra diversos prédios públicos. Esse controle simbólico, que valoriza a cultura do consumo e a cultura etilista, gera uma segregação ao

ponto de as pessoas em situação de rua não serem grandes frequentadores deste espaço, sendo limitadas às regiões menos desenvolvidas da cidade, de acordo com Santos e Soares (2017).

Com esses estudos de bases, sigo a ideia dos autores citados de estudar com essa população de rua com o objetivo de descaracterizar os estereótipos enraizados a eles. Nos Estudos Organizacionais, Honorato, Saraiva e Silva (2017) e Honorato (2014) utilizaram a análise de discurso a fim de compreender o que é dito pela sociedade sobre essas pessoas em situação de rua, e como essa população subverte tal discurso. Ademais, Honorato e Saraiva (2016) analisaram o discurso da construção da cidade como um produto, e como isso infere em práticas cotidianas desses indivíduos.

Contudo, nenhuma das pesquisas apresentadas nesse capítulo contemplam a dimensão emocional destes sujeitos, nem práticas de organização de instituições ou grupos de auxílio. Para tanto, a minha opção metodológica foi um engajamento cotidiano entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. Assim, no capítulo que segue irei abordar como construí esta pesquisa a partir da etnografia.

4 ARTES DE FAZER METODOLÓGICAS

Realizar um estudo etnográfico é mais do que estabelecer uma relação teórico-metodológica com o objeto e sujeitos de estudo, é estabelecer relações com o campo de pesquisa. Essa relação é estabelecida, conforme Magnani (2009) pontua, a partir do estranhamento do pesquisador com um mundo que antes não lhe era conhecido ou até mesmo percebido.

Segundo Magnani (2009), o pesquisador deve estabelecer uma relação de troca com o mundo de pesquisa, seu papel não é atestar ou doutrinar sua visão de mundo e suas teorias, senão comparar e compartilhar-las a fim de obter um novo entendimento ou esclarecimento com os sujeitos de pesquisa. É a partir disso que se atinge a “experiência etnográfica”.

A experiência etnográfica requer “uma presença participativa, um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional com seu povo, uma concretude de percepção” (CLIFFORD, 2011, p. 36). De acordo com Magnani (2009), essa experiência imprevista induz à prática etnográfica, sendo esta programada e contínua.

Conforme Clifford (2011) explana, é necessário “estar lá”, ou seja, imerso ao campo de pesquisa a fim de vivenciar as diferentes práticas que lá acontecem. Para Rocha e Eckert (2008), a pesquisa etnográfica se constitui a partir da deslocação da “cultura” do pesquisador. É a partir do “ver” e do “escutar” atento que o pesquisador consegue se situar no mundo do outro, e a partir disso estabelecer redes de conexão (ROCHA; ECKERT, 2008; MAGNANI, 2002).

A imersão no campo de pesquisa é possível a partir da observação participante, a qual vem sendo usada como uma técnica antropológica desde os estudos com ênfase colonialista e positivista, no qual o campo de pesquisa era um lugar a ser “descoberto” (CLIFFORD, 2011). A observação participante, de acordo com Clifford (2011), possibilita transitar entre os acontecimentos e a vivência do campo de pesquisa, e os significados de tais em contextos mais amplos a partir de um olhar mais distante.

Este olhar mais distante está presente na etnografia urbana de Magnani (2002, p. 17), que postula ser necessário um “olhar de perto e de dentro”. Para o referido autor, os estudos etnográficos recentes não se baseiam em povos ou lugares a serem descobertos, mas sim nos acontecimentos, nos sujeitos e no cotidiano das cidades. Assim, retoma-se as proposições de Certeau (1998) de práticas espaciais, da necessidade de “andar” a cidade com o intuito de compreender as diferentes maneiras de fazer e (re)organizar este espaço.

Entrar no campo de pesquisa da cidade, para mim, foi um processo gradual com início em março de 2018. Como requisito para cumprimento de créditos de uma das disciplinas do mestrado, era necessário realizar um relato etnográfico de como a cidade era habitada e vivenciada por algum grupo social. Num primeiro momento, não sabia como proceder, nem como olhar a cidade como um campo de pesquisa, pois, percebia que era um campo tão vasto, com diferentes grupos e práticas que me dificultavam um olhar atento à alguma atividade específica.

Assim, por meio de saídas exploratórias, ou seja, primeiras visitas no campo de pesquisa a fim de aguçar o olhar e provocar a curiosidade e questionamento da realidade social (ROCHA; ECKERT, 2008), me deparei com a dinâmica das pessoas em situação de rua na cidade de Maringá. Constantemente, via diversas pessoas em situação de rua, pedindo dinheiro nas avenidas da cidade, nos semáforos, calçadas, dormindo em praças ou em marquises. Esse ver constante trouxe à tona uma memória afetiva de quando eu morei em São Paulo. Eu passava e via sempre o mesmo homem, nas mesmas condições, no mesmo lugar, pedindo dinheiro e alimentos para si mesmo e para seu cachorro. Todos os dias eu negligenciava aquela imagem, não me “deixava” ser afetado por ela.

Assim, tive meu primeiro estranhamento. Como se realiza uma pesquisa com pessoas em situação de rua? Um estranhamento que se baseava na concepção de que eu era muito diferente deles, além de trazer as concepções etnográficas postuladas por Malinowski (1978) e Geertz (2008). Seria necessário que eu vivesse nas ruas, que eu incorporasse seus hábitos, rotinas e práticas?

Esses questionamentos ressonavam com o entendimento que a etnografia não tem intuito de se tornar “nativo”, de ser igual aos sujeitos de pesquisa (CLIFFORD, 2011), e também com o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017). Assim, decidi por seguir os percursos da etnografia urbana. De acordo com Durham (2004), na etnografia urbana raramente o pesquisador reside ou compartilha das mesmas condições de existências dos sujeitos de pesquisa. O pesquisador, desta maneira, adota uma participação subjetiva a fim de conseguir uma interação simbólica com o campo e os sujeitos estudados (DURHAM, 2004).

Com isso em mente, continuei com as saídas exploratórias ao mesmo tempo que procurava algum que permitia me aproximar com essas pessoas. Pois, não cogitava a possibilidade de conseguir abordá-las diretamente. Na cidade de Maringá, há diversas instituições, em sua maioria pertencente à alguma religião, que desenvolvem algum tipo de atividade com os sujeitos em situação de rua. A minha intenção era participar de alguma ação

social que não possuísse nenhum vínculo religioso ou doutrinário, a fim de estabelecer uma relação mais direta com estas pessoas.

Após quase um mês de saídas exploratórias e alguns contatos, entrei, oficialmente, em campo em 14 de abril de 2018. Particpei de uma organização que realiza ação social sem fins lucrativos, a Organização Emoção na Rua (OER), majoritariamente composto por mulheres numa faixa etária de 20 a 25 anos. Meu contato inicial se deu a partir de mensagens de celular. Após eu receber uma indicação dos trabalhos que elas realizavam com as pessoas em situação de rua, entrei em contato com a coordenadora da Organização, Luíza, e expliquei que queria desenvolver um trabalho com elas e com as pessoas em situação de rua.

A OER atua há cerca de três anos na cidade, entregando marmitas de macarrão à população de rua aos domingos no horário do almoço. O preparo dos alimentos se iniciava por volta das dez horas da manhã, durando cerca de duas horas. Os alimentos eram frutos de doação que recebíamos, mas quando não tinham doações suficientes, nós mesmos arcávamos com as despesas.

Não encontrei nenhum problema com minha entrada em campo, fui muito bem recepcionado pelo grupo, desde o contato inicial por mensagens, que sempre aceita novos voluntários, e assumi o modo de observador-participante. A observação-participante²⁴ requer um engajamento cotidiano do pesquisador no campo de pesquisa, segundo Dewalt e Dewalt (2011). Assim, possibilitando que eu compreendesse aspectos rotineiros e culturais da população sendo estudada de forma explícita e tácita (DEWALT; DEWALT, 2011).

Consequente à observação, era necessário que eu usasse um caderno de notas. Nele, eu fazia anotações a cada saída de campo, escrevendo sobre os acontecimentos, impressões, experiências e emoções (ROCHA; ECKERT, 2008). Assim, o fazia em meu próprio celular para não chamar atenção dos demais, com frases, falas e impressões que eu tinha no momento.

A partir dessas anotações e de minha memória, escrevia o diário de campo, que faz parte da construção do trabalho, tanto subjetivamente quanto analiticamente, conforme aponta Cavedon (2014). O diário de campo é escrito a partir das releituras dos acontecimentos, impressões, sentimentos e subjetividades do campo (CAVEDON, 2014). Meu diário de

²⁴ A observação-participante é uma técnica de pesquisa proveniente da antropologia que vêm sendo adotada nas demais áreas das Ciências Sociais e Humanas. O propulsor desta técnica, a partir do século XX, foi Malinowski (1978) em seu trabalho *Argonautas do Pacífico*. Nele, o pesquisador percebeu que apenas observar de longe as atividades, rotinas e práticas desenvolvidas pelos nativos da ilha em que estudava não era suficiente para captar os dados necessários para sua pesquisa. Assim, mais do que ir com um objeto de pesquisa *a priori* para campo, era necessária uma interação mais direta entre ele e os sujeitos de pesquisa.

campo consistia dos acontecimentos que participava, presenciava e sentia tanto com a OER quanto com o Observatório das Metrópoles.

Na organização da ação social participei primeiramente das entregas dos alimentos, o qual era sempre uma marmita de macarrão ao molho bolonhesa acompanhado de um suco de frutas. Entrei aos poucos nesta organização para tanto eu quanto elas irem se acostumando com a minha presença. Após este pequeno período de duas idas ao campo apenas participando das entregas, comecei a ajudar na preparação das refeições.

Essa interação com a Organização permitiu expandir o meu horizonte para os sujeitos da pesquisa, aguçando meu olhar a partir de dicas que eram me dadas por minha informante-chave e os demais participantes, bem como da minha própria experiência. A partir de pequenos detalhes comecei a perceber que havia uma preocupação das integrantes sociais com a população em situação de rua.

Mais do que apenas “fazer caridade”, elas se importavam, de fato, com as pessoas com quem elas tinham contato. Geralmente, a OER percorria de carro o mesmo trajeto para a entrega dos alimentos, já sabendo os locais que havia uma maior concentração de pessoas. O percurso era sempre central, passando pelas principais avenidas da cidade, por volta do meio dia até duas horas da tarde.

Este vai-e-vem fez com que eu notasse os lugares que esses sujeitos tomavam para si, e fiquei surpreso em ver a relação que muitos deles já haviam estabelecido com outros membros da ação. Essa relação de confiança já estabelecida se estendeu a mim, pois, percebi que elas não me estranhavam ali no grupo. Assim, foi possível estabelecer diversas conversas informais com os sujeitos, nas quais eles contavam sobre suas vidas, suas relações com as drogas, com a cidade, e com as demais pessoas. Percebi que muitos deles não estavam só interessados no alimento, mas queriam conversar, “ficavam nos ‘segurando’ para que não fôssemos embora” (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO DE 2018).

Deste modo, a observação participante me proporcionou maior abertura com o campo escolhido para o estudo. Desde a primeira vez que saí com a ação social me propus a ser o mais participativo possível, estando aberto à experiência. A escrita do diário de campo foi, para mim, difícil inicialmente, já que não sabia o que “olhar” no campo. A interação direta com estes sujeitos abriu o meu olhar para um objeto de pesquisa inicial: relações interpessoais entre os sujeitos em rua e seus pares. No entanto, quanto mais eu passava tempo em campo, mais eu percebia que essas relações se estendiam com as pessoas da ação social.

Desta maneira, meu objeto de estudo passou a ser as emoções com a população em situação de rua. Porém, é necessário apontar que essa emoção não deve ser considerada como

“verdade absoluta”. A percepção das emoções destes sujeitos é *minha*, e foi mediada por minha integração com a ação social.

Neste ponto, tive a segunda dificuldade em relação ao diário de campo. Como escrever sobre emoções, em especial, como escrever sobre as *minhas* emoções? Apesar de acreditar que as emoções são construídas socialmente (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990), reconheço a tendência em racionalizá-las, em outras palavras, em tratá-las de forma essencialista (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990). Assim, enquanto estava em campo tentava “encaixar” alguma das emoções que eu vivenciava em algumas categorias.

Por exemplo, a relação de um casal que se tratava com carinho e respeito, em que o homem carregava a mulher, por ela não conseguir mais andar, em um daqueles carrinhos de materiais recicláveis por toda a cidade (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO 2018), eu enxergava como uma relação imbricada numa emoção de amor. Esta mesma emoção que se demonstraria em forma de luto, meses depois, após o falecimento da esposa (DIÁRIO DE CAMPO, NOVEMBRO 2018).

Durante estas experiências não tinha como não ser afetado. Assim, eu passei a perceber que as minhas emoções e a dos outros da OER moldavam nossas falas e nossos gestos. Em suma, as emoções estavam constituindo diferentes maneiras de fazer. Um olhar mais carinhoso ou um olhar de pena e dó mudavam o tom das nossas vozes, mudavam como nós abordávamos os sujeitos em situação de rua.

Desta forma, a rotina de escrita do diário foi se tornando mais fácil, conforme eu passava mais tempo em campo. Nas postulações de Dewalt e Dewalt (2011), minha observação-participante pode ser considerada como moderada, visto que interajo com as pessoas em situação de rua de forma limitada, não participando efetivamente de suas atividades e rituais.

Durante meu tempo em campo com a OER, conversei informalmente com seus integrantes e com a população em situação de rua. As conversas informais permitiram que eu mantivesse um tom “amigável” e gradual até chegar a informações referentes ao objeto de pesquisa (FONTANA; FREY, 2005) (APÊNDICE A). Minha preocupação com a ação social era em saber como elas se organizavam, quais as práticas de organização elas empregavam na preparação e entrega dos alimentos, e como a emoção estava presente nesta dinâmica.

O quadro 4²⁵ mostra com quais membros da ação social que eu estabeleci contato.

²⁵ Os nomes adotados neste trabalho são fictícios e não se assemelham de forma alguma com os nomes reais dos sujeitos da pesquisa. Isto é uma forma de garantir a confiabilidade e anonimato dos sujeitos pesquisados.

Quadro 4 – Integrantes da OER

Nome	Conversa informal
Luíza	Anotada
Eliana	Anotada
Ana	Anotada
Clara	Anotada
Daniela	Anotada

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Além do mais, de acordo com Emerson, Fretz e Shaw (2007), a observação-participante não requer apenas uma imersão ao campo de pesquisa e novos mundos sociais, sendo necessário uma produção escrita e descritiva da vivência do pesquisador. Com o tempo, foi me chamando à atenção como a emoção também constitua a forma que os sujeitos em rua se relacionavam com a cidade. Assim, reconheço que meu segundo estranhamento foi em compreender a cidade de uma forma mais ampla e complexa, como além de apenas um lugar.

A expansão do conhecimento da cidade para além de um lugar, como um espaço praticado foi possível a partir da imersão teórica dos Estudos Baseados em Prática. Com base em diferentes produções teóricas e empíricas foi possível compreender que a cidade não é simplesmente dada, e sim uma construção social e histórica formada por diferentes práticas, relações e estruturas (ROCHA; ECKERT, 2015; CERTEAU, 1998).

A fim de compreender como a cidade é vivida e percebida pelos sujeitos de pesquisa, foi necessário que eu prestasse atenção aos seus trajetos urbanos. Onde eles vivem? Aonde eles vão? É um movimento livre ou um ato pensado? Para isso, precisei compreender o espaço organizacional da cidade, ou seja, como ele está sujeito às apropriações físicas e simbólicas, mas também emocionais (FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012).

Assim, para entender os diferentes enunciados pedestres (CERTEAU, 1998), participei da pesquisa do Observatório das Metrôpoles de Maringá²⁶, que visa quantificar e caracterizar a população de rua da cidade. Minha participação na pesquisa foi ativa (DEWALT; DEWALT, 2011), estando presentes nas reuniões com os demais pesquisadores participantes, nas visitas às instituições de apoio que lidam com esses sujeitos, e também no percurso realizado pelas ruas da cidade para realização de entrevistas.

Minha participação no Observatório ocorreu entre os meses de outubro a novembro de 2018. Nela, foi possível obter dados gerais sobre a população, inclusive os diversos lugares

²⁶ A pesquisa do Observatório está vinculada ao Comitê de Ética, sob inscrição CAAE: 02126916.8.0000.0104. Obtive autorização da coordenadora do projeto para participar e coletar dados simultaneamente para a minha pesquisa.

que elas se encontram além da região central. Para o Observatório (2018), sujeitos que estão em alguma instituição de apoio ainda devem ser considerados como em situação de rua, pois, não possuem nenhum outro lugar para ficar.

Durante minha participação, realizei entrevistas estruturadas seguindo o roteiro estabelecido pelo Observatório (ANEXO A). Segundo Fontana e Frey (2005, p. 701-702), a entrevista estruturada é formada por um conjunto de perguntas pré-estabelecidas, um questionário, com categorias de respostas limitadas, sendo que perguntas abertas não são frequentes neste tipo de entrevista.

Este roteiro de entrevista, em minha concepção, fornecia apenas uma via de mão única entre os entrevistados e eu. As entrevistas eram pautadas em obter informações básicas da vida anterior a rua, da relação dos sujeitos com suas famílias, e sua rotina na cidade com questões de dinheiro, alimentação, e relações com alguns agentes sociais. Assim, a partir deste roteiro desenvolvi conversas informais com os sujeitos de pesquisa assim como já fazia em campo.

A seguir, o quadro 5 sintetiza as informações de todas as conversas informais realizadas. As conversas foram realizadas com sujeitos em situação de rua que faziam parte do cotidiano da ação social, e com aquelas que concordaram em fazer parte da pesquisa desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles.

Quadro 5 – Pessoas em situação de rua que conversei na pesquisa

Nome	Conversa informal
Alan	Anotada
Clóvis	Anotada
Fabiano	Anotada
Janaina	Anotada
Jerônimo	Anotada
João	Anotada
José Luiz	Anotada
Juliana	Anotada
Paola	Anotada
Renato	Anotada
Rodrigo	Anotada
Tatiana	Anotada
Wagner	Anotada

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Considero que as realizações dessas conversas como um momento chave, a partir delas foi possível compreender como as emoções constituem a vida desses sujeitos (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990). Em termos metodológicos, Lutz (1988) apontou que as análises interpretativas sobre emoções não se referem ao que os sujeitos de pesquisa estão sentindo, referem-se à uma “tradução” de comunicações.

Em outras palavras, devemos traduzir uma visão cultural e social diferente da nossa, necessário ter cuidado neste processo para não cairmos em paradigmas essencialistas, conforme apresentado anteriormente. Nas conversas, foi possível realizar uma troca de opiniões. Muitas vezes os sujeitos queriam saber a minha opinião sobre o “estar na rua”, a minha visão sobre o assunto. Não obstante, eles falavam das suas impressões sobre o “outro”. Neste ponto, eu reconheço que a etnografia requer uma negociação constante ente o pesquisador, o campo e os sujeitos de pesquisa (CLIFFORD, 2011).

Minha saída de campo ocorreu a partir do momento que vi que não estava mais apenas como observador-participante, e algumas atividades dependiam apenas de mim. Estava tão imerso em campo que decidi que era hora de me afastar e “ganhar perspectiva” de minhas observações, conversas e vivências. A saída ocorreu gradativamente a partir do mês de abril de 2019, sendo que o “último dia de pesquisa oficial” foi em 05 de maio do mesmo ano.

Deste modo, essa etnografia teve duração de pouco mais de um ano, de abril de 2018 até maio de 2019. Foram realizadas 13 conversas informais com os sujeitos em situação de rua, além de 05 conversas com os integrantes da ação social. Além disso, o processo totalizou em 29 diários de campo. As análises de dados são próprias do método etnográfico, considerando o êmico, o ético e o teórico (CLIFFORD, 2011).

O êmico é uma tentativa de descrição de uma cultura própria, ou seja, a própria visão dos sujeitos de pesquisa (CAMPOS, 2002). Enquanto o ético, segundo Campos (2002, p. 73), “será sempre uma interpretação do êmico da cultura e não a própria cultura”. Desta maneira, o ético se baseia nas percepções do pesquisador sobre o campo de pesquisa.

A articulação ética e teórica permite a categorização dos achados em campo (ROSA; OREY, 2012). Deste modo, estas três articulações oferecem uma perspectiva de dentro (dos sujeitos de pesquisa), de fora (a minha), e uma categorização que permita a interpretação dos dados do estudo (CAMPOS, 2002; ROSA; OREY, 2012). Assim, no próximo capítulo desta dissertação abordo os “achados” do percurso etnográfico, de modo a desenvolver uma narrativa sobre o tema estudado.

5 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA

Este capítulo está dividido em três seções, nas quais descrevo como ocorreu o cotidiano da pesquisa etnográfica, a relação com a cidade e como as emoções estão inseridas neste contexto. Cada seção conta com uma análise do que foi vivenciado em campo, seja por meio da observação participante ou pelas entrevistas.

5.1 O COTIDIANO

O primeiro contato com a OER que realizei foi em abril de 2018 por meio de um aplicativo de mensagens eletrônicas. A partir dele conversei com a responsável da época pela Organização, Luíza, e expliquei a minha proposta de estudo. Confesso que na época não sabia muito bem como eu conseguiria estudar as pessoas em situação de rua, tão pouco que meu objeto de estudo se tornaria as emoções, algo tão (inter)subjetivo.

Em nossa conversa breve e inicial me chamou à atenção o cuidado com que ela falava não apenas sobre a Organização, mas também das pessoas em situação de rua que elas atendiam. O cuidado que eu percebia em sua frase era tanto voltado ao carinho especial por realizar a ação, que podemos considerar caridosa, e também de atenção. Apesar da OER ser aberta a voluntários, ela demonstrou uma preocupação com minha entrada e como talvez minha presença e minhas possíveis perguntas poderiam afetar a dinâmica de interação entre elas e aqueles em situação de rua.

Já nesse primeiro momento era possível compreender como as práticas emocionais produziam o cotidiano destas pessoas na organização-cidade. O cuidado era a primeira forma de articulação que mediava a relação de Luíza com a cidade e as pessoas em situação de rua. Tanto que ela reproduzia essa dinâmica nos processos de construção de relações sociais com quem se aproximasse das atividades que elas desenvolviam, desde a preparação dos alimentos até a interação com os sujeitos em situação de rua.

A construção dessas relações faz parte do cotidiano da ação social, não apenas com novos voluntários, como foi o meu caso, mas constantemente com as pessoas em situação de rua. O cuidado era mútuo, tanto com os participantes da OER, e principalmente com os sujeitos que vivem na rua e vice-versa. Assim, se para Certeau (1998) o cotidiano nos é dado todos os dias, devemos considerar que as emoções fazem parte da vivência do nosso cotidiano.

Após seis dias do primeiro contato foi marcada minha entrada em campo. Neste meio tempo, tentei me “preparar” para o que eu poderia encontrar. Contudo, bem como Clifford

(2011) e Magnani (2009) avisam, o “estar lá” é essencial, não há preparo, imaginações ou leituras prévias suficientes para antecipar o que se pode viver em campo. Devemos lembrar que a etnografia é uma experiência, e que tamanha subjetividade não é passível de replicação a todo indivíduo.

Assim, mesmo com receio e tentando-me abrir ao que eu poderia encontrar, fui ao primeiro dia em campo. Nos primeiros dias que participei da ação adotei um papel mais de observador do que participante, reconheço que foi uma ação tática bem nos moldes certauniano, um saber não sabido meu, para que eu pudesse me acostumar e conhecer as diferentes práticas que a OER empregava.

Desde o primeiro dia que me encontrei com elas, tentava sempre ser um dos primeiros a chegar para que eu pudesse acompanhar o máximo possível das atividades que eles faziam. Além disso, era uma forma de eu demonstrar meu comprometimento com a OER a fim de acalmar as preocupações iniciais que Luíza me passou. O contato com elas sempre foi muito tranquilo, nas primeiras vezes me perguntavam sobre minha pesquisa, o que eu queria estudar e como isso se encaixava na Administração. Confesso que esse tipo de pergunta me deixava um pouco desconfortável, pois, ainda não sabia o que estudaria de fato.

Tentava responder às perguntas da melhor maneira que podia pensar no momento, sem deixar transparecer meu desconforto e nervosismo. Com o passar do tempo, esses tipos de perguntas se tornaram pontuais, apenas com os membros querendo saber como andava a pesquisa, “isso me mostra que apesar de eu ter sido aceito pelo grupo e fazer parte dele efetivamente, o fato de eu estar ali para fazer uma pesquisa não era esquecido” (DIÁRIO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2018).

No entanto, minha posição de pesquisador não impactou formalmente a forma de organização do grupo e suas demais práticas. Nossa relação sempre foi de boa convivência, e elas tentavam ajudar quando possível com a minha pesquisa, principalmente passando informações sobre as pessoas em situação de rua que elas já haviam formado algum tipo de vínculo afetivo, visto que a ação social ocorria há alguns anos.

Retomando as preposições de Lutz e Abu-Lughod (1990), para falar de emoção e afeto é necessário voltar aos discursos sobre os mesmos. Foi assim que percebi os primeiros indícios de vínculos afetivos entre os participantes da ação social e os sujeitos em situação de rua.

É interessante notar que elas [o grupo da ação social] falam das pessoas em situação de rua com carinho, sempre a chamam pelo seu nome. Quando pergunto sobre determinada pessoa, elas sabem da história dela, do porquê estar da rua, de parte do

seu cotidiano. Acredito que este vínculo facilita o trabalho do grupo, e desconfio que ele também constitui suas maneiras de organização. (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2018).

Desta forma, desde o primeiro instante comecei a notar as práticas de organização que elas empregavam, algo que também foi dito por Luíza:

A gente faz a compra antes da ação, seja da comida quando não tem doação, ou dos pratinhos, copos, garfos, essas coisas. Eu tento me organizar durante a semana para ir comprar, ou acabo comprando domingo mais cedo mesmo antes de vocês virem, é para economizar tempo. (LUÍZA, DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2018).

As práticas de organização da cozinha, ou parafraseando Certeau (1998), as artes de cozinhar, estavam envolvidas em uma estratégia clara e definida. “Percebia que ali funcionava quase como uma linha de produção, todos tinham o que fazer, mais do que isso, todos gostavam de fazer algo” (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO DE 2018). Aos poucos comecei a compreender como se dava o preparo dos alimentos, observava que aquela atividade recorria às diferentes práticas de organização e de emoções.

É necessário dizer que todo esse processo era imbricado em diferentes emoções, conforme percebia em campo. Como, por exemplo, a preocupação de preparar os alimentos para que eles ficassem gostosos, o carinho presente na arte de cozinhar me chamou à atenção desde a primeira ida em campo. Esse carinho se estendia também com a própria cidade de Maringá, pois, enquanto a organização-cidade tende a expulsar ou ignorar os sujeitos em situação de rua, uma organização não institucionalizada como a ação social buscava acolhê-las.

Eu notava que este acolhimento não era apenas como uma forma rápida de caridade. A OER se preocupava em parar para escutar as histórias daqueles que fazem da rua sua morada. Elas demonstravam interesse, ajudar no que era possível, mesmo sabendo que o ato de entregar alimentos não é a solução dos problemas para estes sujeitos, mas sim um meio de conforto. Com o tempo, eu pude perceber que essa emoção presente no cotidiano, tanto da OER quanto das pessoas em situação de rua, formavam os laços de relações sociais entre eles.

No grupo, todos ali tinham uma tarefa a realizar para que tudo ocorresse de forma rápida e eficaz, sempre sem deixar de por a comida em primeiro lugar. Ali não fazíamos comida *para* as pessoas em situação de rua, *fazíamos* comida. Retomando a fala de Luíza, o “economizar tempo” se configurava como uma estratégia, uma ação pensada de antemão como forma de melhor organizar o trabalho das pessoas. Isso se dava por algumas razões, primeiramente pela escolha do alimento.

Indaguei Luíza do porquê de ser sempre macarrão.

A gente faz macarrão porque é o que sabemos fazer, já tentamos outras coisas, mas não somos boas de cozinha. Também dependemos de doação, e macarrão é algo barato. Então mesmo quando falta, às vezes conseguimos comprar com nosso dinheiro [...]. Mas, macarrão é molinho, é fácil para eles mastigarem, você sabe que muito deles não tem os dentes, né? Então evitamos fazer algo muito difícil deles comerem [...] (LUÍZA, DIÁRIO DE CAMPO, MAIO DE 2018).

No relato de Luíza podemos ver a relação de práticas táticas e estratégicas. O saber não sabido de “não ser boa de cozinha” logo se uniu a uma estratégia. O que era antes uma conveniência passou a ser algo pensado, oferecer alimentos que são de fácil mastigação as pessoas em situação de rua. Essas maneiras de fazer constituem as práticas de organização da OER.

Ali cada um fazia de tudo um pouco, no entanto, haviam pessoas que possuíam trabalhos pré-definidos. “Luíza era responsável pelo macarrão, já possuía prática de como fazer a receita apenas “com o olho”. Eliana ajudava no corte dos alimentos, e ocasionalmente na preparação do molho, que também ficava ao encargo de Luíza (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO DE 2018).

Inicialmente, eu ajudava apenas na montagem das marmitas, colocando sempre porções fartas nas embalagens de isopor. Porém, sentia que fazer só isso era pouco ao ver todos fazendo tantas coisas. O processo de cozimento do macarrão, apesar de simples e rápido, era difícil. Cozinávamos em uma cozinha de apartamento, que não era pequena, porém, quando juntava cinco pessoas ali passava a ser.

Usávamos panelas bem grandes para dar conta do tanto de macarrão que servíamos, em média fazíamos vinte quatro marmitas por domingo. A receita do macarrão consistia, geralmente, de: “6 pacotes de macarrão, 6 molhos de tomate, 1 lata de milho, 1 lata de ervilha, 2 kg de carne moída, 2 kg de calabresa, tomate, cebola e cenoura a gosto” (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO 2018).

A prática de cozinhar o macarrão precisava ser estratégica porque demandava maior tempo pela quantidade de alimentos, e esforço físico. Eu percebia o quão era cansativo esse ritual de preparo dos alimentos, algo que pude sentir algumas vezes quando ajudava no processo de cozimento. No entanto, minhas principais atividades na cozinha, além de ajudar a montar as marmitas, eram em fazer o suco do dia e em ajudar no preparo dos alimentos. “Passei a ajudar a descascar e cortar as calabresas e a mexer ocasionalmente o molho do

macarrão para aliviar algum braço cansado” (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO DE 2018), mas o suco era o meu carro chefe.

O suco que oferecíamos era sempre do tipo concentrado, e a escolha dele como bebida era por ser mais saudável e conter menos açúcar. Em minha concepção, via no suco “uma oportunidade de adoçar a vida dos sujeitos em rua. A proposta do suco era ser mais saudável do que outras bebidas, mas talvez com a quantidade de açúcar que eu colocava, fugíamos um pouco dela” (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO DE 2018). Neste ponto, eu percebi que eu ignorava a recomendação do “ser saudável” de forma tática, adoçando o suco da maneira que achava ser a melhor e mais gostosa. Digo de maneira tática, pois, “sempre tento fazer o suco meio camuflado para não verem o tanto de açúcar, vai que acham que estou colocando muito” (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO DE 2018).

Assim, retomo às contribuições de Rezende, Oliveira e Adorno (2018), pois, as práticas, em especial as artes de cozinhar, perpassam pelo nosso corpo. Neste contexto em específico, eu usava o meu próprio corpo como meio de camuflagem, de esconder o que eu estava fazendo, assim criando um espaço próprio para mim a partir da minha perspectiva de reconhecimento do “outro”.

Neste sentido, retomo a Certeau (1998) e sua compreensão sobre o “outro”, que não possui um lugar próprio, sendo astuto criando suas próprias práticas momentâneas a fim de subverter ou suprir alguma necessidade. Mas, afinal, quem seria o “outro”? Assim como as emoções devem ser consideradas de forma contextualista, o “outro” também deve ser considerado de acordo com o contexto que se encontra (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990).

Não é possível definir de forma dualística quem ou o que é “outro”. Enquanto eu me camuflava na preparação do suco de forma tática, a minha perspectiva do “outro” era o grupo da ação social ao estar subvertendo uma regra de “ser saudável”. No entanto, o outro também era para mim os sujeitos em situação de rua, me colocando no lugar deles à espera de uma bebida doce que pudesse aliviar o amargo da vida cotidiana de morar nas ruas. Assim, a compreensão do cotidiano do outro, principalmente a partir da etnografia, se baseia na capacidade e no exercício de alteridade e de multiplicidades de existências (CERTEAU, 1998; CLIFFORD, 2011).

Desta forma, notei que a arte de cozinhar consiste em diferentes tipos de práticas, de pequenas atividades e rituais que constituem a organização do grupo em que eu estava imerso. Embora eu considere que essa organização se dava, de maneira geral, de forma estratégica e calculada, muitas vezes observava táticas surgindo para subverter uma situação não prevista.

Neste contexto, retomo as contribuições de Giard (1998) que deixa claro que a arte de cozinhar é uma sucessão de gestos e passos.

Tão como Certeau (1998) nos guia sobre o trajeto urbano com a prática do caminhar, Giard (1998) nos relembra que o cozinhar não acontece apenas na cozinha, possuindo um andar e trajeto único, desde a compra dos produtos até a preparação de fato dos alimentos. São diferentes práticas que se entrelaçam no espaço físico e mental (GIARD, 1998; CERTEAU, 1998).

As táticas estavam presentes principalmente quando faltavam alimentos, como dependíamos de doação de terceiros, algumas vezes não tínhamos algum dos ingredientes de nossas receitas ou alimento suficiente para entregar a quantidade de marmitas que costumávamos fornecer. Se faltava macarrão, caprichávamos no molho e servíamos um molho com macarrão. Se faltavam ingredientes para o molho, tentávamos substituir com o que tínhamos à mão.

Retomando a arte de fazer o suco, essa minha prática não se dava apenas de forma tática, logo a associei com uma estratégia, “para não ter reclamação eu faço o suco com uma quantidade de açúcar pequena, o que eu acho que poderia ser saudável, e dou para alguém experimentar. Com a reclamação da falta de doçura, eu coloco a gosto” (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO DE 2018).

No entanto, às vezes não era possível fazer um jogo rápido para subverter as adversidades, e houve domingos em que não ocorreu a ação social por falta de alimentos ou por falta de disponibilidade dos voluntários. Deste modo, pude compreender que as organizações não podem e não devem depender apenas de práticas táticas como forma de organização. Além disso, nestas ocasiões é possível entender que a estrutura organizacional da OER influenciava e regia suas práticas, em termos teóricos podemos retomar o trabalho de Schatzki (1996) acerca das estruturas teleoafetivas.

Para Schatzki (1996, p. 89)²⁷, essas estruturas “compreendem projetos, tarefas, intenções, crenças e emoções”. Deste modo, podemos compreender que a complexidade das práticas da ação social define sua forma de organização. Por exemplo, quando Luíza não estava disponível a ação não acontecia, pois, não havia onde cozinhar. Assim, as tarefas associadas à cada prática de cada sujeito da OER eram inviabilizadas, havendo uma ligação de causa e efeito entre elas (SCHATZKI, 1996).

²⁷ Tradução própria.

Além da preparação dos alimentos, fazíamos a distribuição das marmitas. Nestes momentos e junto com o acompanhamento do Observatório das Metrôpoles, pude acompanhar e compreender o cotidiano das pessoas em situação de rua. A distribuição das marmitas possibilitava uma interação tanto com a cidade quanto com os sujeitos em situação de rua. Já meu trabalho com o Observatório consistiu em realizar uma série de entrevistas com a população em situação de rua da cidade de Maringá. As entrevistas foram realizadas em instituições de apoio para estes sujeitos, bem como nas próprias ruas.

Durante as entrevistas, as pessoas contavam sobre sua experiência de viver nas ruas e como era seu cotidiano, seu dia-a-dia e suas diferentes práticas. Ao acompanhar a organização da OER pude ver como essas práticas aconteciam pessoalmente, além de ver de perto as condições de existência destes sujeitos ao realizar entrevistas noturnas. Nestes momentos acontecia dois tipos especiais de interação: a espacial e “emo-social”.

Assim, as próximas seções deste capítulo expandem sobre o estudo do cotidiano, em especial das pessoas em situação de rua. Para tal, separo as práticas cotidianas de duas maneiras: espacial, considerando o espaço organizacional da cidade e as diferentes artes de fazer empregues pelos sujeitos comuns; e “emo-social”, considerando como a emoção é imbricada nessas diferentes práticas e espaços.

5.2 INTERAÇÃO ESPACIAL: O COTIDIANO DA CIDADE

A interação espacial é tal qual Certeau (1998) andando pelas cidades e compreendendo os diferentes lugares e espaços. Em uma das saídas de campo, “me dei conta da resignificação desses caminhos, passo por aqui constantemente, mas não para fazer isso. Estou dando outro sentido ao meu caminhar urbano sem ao menos perceber” (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO DE 2018).

É interessante notar que as práticas cotidianas não podem e não devem ser tomadas como únicas, sendo que em um mesmo espaço há diferentes tipos de artes de fazer sendo empregues pelos sujeitos (CERTEAU, 1998). Desta forma, a interação espacial é mais complexa do que apenas andar pelas ruas da cidade e resignificar seu próprio trajeto, é a partir disso que começamos a entrar no espaço do outro, tanto figurativamente quanto literalmente.

Com a OER, a rota para entrega dos alimentos era quase sempre a mesma. Isso foi algo que notei desde as primeiras idas em campo, logo compreendi que esse trajeto se dava

por dois motivos principais. Primeiramente por se tratar de uma rota central que compreendia as principais avenidas da cidade, secundamente por elas já saberem aonde ir.

Percebo que elas já sabem que caminho percorrer, quais ruas entrar, quais marquises procurar, em que praça pode estar tal pessoa. Geralmente, elas procuram por pessoas conhecidas, me falam seus nomes, quem são. Percebo que elas já possuem uma relação com estas pessoas. (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO DE 2018).

Este saber aonde ir demonstra tanto uma relação com os sujeitos em situação de rua, quanto com a organização-cidade. A partir do percurso urbano, a ação social já possuía o conhecimento cotidiano de ouvir e ver onde esses sujeitos poderiam estar, principalmente porque as ações ocorriam quase sempre no mesmo horário (MAGNANI, 2009).

Além disso, considerando a cidade como uma organização que “acontece” a partir de diferentes práticas, tanto a arte de caminhar e a arte de morar na rua se configuram como práticas deste acontecimento. A cidade de Maringá é planejada estrategicamente, podendo ser considerada uma cidade-conceito nos moldes certeaniano. Segundo informações da Prefeitura (2018), o planejamento da cidade faz referência ao conceito de “cidade-jardim” elaborado por Ebenezer Howard.

Este conceito vem de uma perspectiva ecológica, a qual prezava por solucionar problemas de higiene e insalubridade das classes mais baixas, que viviam à margem do sistema capitalista, assim, propondo o retorno da população urbana ao meio rural para sofrerem um novo processo de urbanização, sendo este planejado (HALL, 2007). No entanto, esse conceito fora distorcido com o tempo, o que Howard propunha era a democratização e melhores condições de vida para essas pessoas em condições de vida difíceis, e o que aconteceu com seu projeto fora a segregação e isolamento desses indivíduos, de acordo com Hall (2007).

Segundo Rodrigues (2004), Maringá foi planejada para que sua ocupação acontecesse de acordo com a capacidade econômica de seus compradores. Esse padrão de urbanização, segundo a autora, criou uma segregação hierárquica de seus habitantes, nos quais os menos privilegiados eram expulsos para as margens da cidade. Apesar dessa expulsão não ter criado favelas, algo que é motivo de orgulho para os organizadores de Maringá²⁸, ela ocasionou em

²⁸ Maringá já foi tida como a “Dallas Brasileira” em matéria pela Revista Veja em 1999. Nela a cidade é vista como livre de favelas e problemas socioeconômicos, aproximando-se mais das cidades americanas do que brasileiras. Para mais informações ver: SOUZA, P. A. **A desfavelização na cidade sem favelas: uma análise do PAC Santa Felicidade em Maringá-PR**. 2018. 172 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

idades satélites menos desenvolvidas economicamente, como Sarandi, Paiçandu e Iguatemi. Deste modo, o poder da cidade de Maringá não é apenas limitado por seus limites geográficos, conforme explicado abaixo:

Maringá, implantada como cidade planejada, traz em sua concepção os pressupostos de ordem e controle. [...] Pode-se inferir que essa planejada ocupação não se confirmou totalmente, devido ao processo de adensamento demográfico decorrente do êxodo rural, na década de 1970, que não se podia prever inicialmente. Com isto, neste período, configurou-se o fenômeno da periferização da pobreza [...]. Em Maringá, essa ocupação periférica já ocorria desde o início da expansão da área urbana, oriunda do projeto residencial (segmentador) que se concebeu [...] (RODRIGUES, 2004, p. 35-36).

A fim de desvelar o conceito e imagem da cidade, o Observatório das Metrôpoles de Maringá realiza estudos e mapeamentos que buscam expandir o olhar e as informações para a cidade de Maringá. Com o crescimento urbano e o aumento das discrepâncias sócio econômicas, há quatro anos o Observatório realiza um mapeamento dos locais com maior concentração de pessoas em situação de rua em Maringá desde 2015, que se estende para as cidades satélites de Maringá, que possuem instituições que acolhem os sujeitos em situação de rua da cidade.

Os dados da pesquisa mais recente mostram uma tendência de crescimento anual do número destes sujeitos vivendo nas ruas da cidade. De acordo com os dados mais recentes, a cidade contava com 450 pessoas em situação de rua no ano de 2019, um aumento de 27% com relação ao ano anterior que contava com 357 sujeitos nesta situação (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019). Além disso, o estudo demonstrou que o perfil médio destes cidadãos, considerando os quatro anos de pesquisa, consiste de 91% de pessoas do sexo masculino, 67% de pessoas negras com média de idade de 38 anos com escolaridade baixa, apenas 4% desta estimativa possuem ensino superior completo ou incompleto (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019)²⁹.

Esse tipo de estudo é relevante, pois, ajuda a compreender melhor o conceito de organização-cidade. Não devemos pensar que apenas as práticas dos sujeitos comuns fazem com que esse fenômeno aconteça, também devemos pensar em práticas políticas pelos

²⁹ Para mais informações dos dados quantitativos e de perfil da população em situação de rua da cidade de Maringá, PR, verificar o estudo mais recente do Observatório das Metrôpoles. Ver em: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES NÚCLEO UEM/MARINGÁ. **Pesquisa Pessoas em Situação de Rua em Maringá-PR: Desconstruindo a Invisibilidade – Relatório comparativo 2015, 2016, 2017, 2018, 2019.** 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hgn4Xa>>.

agentes sociais. Ao ampliar a contabilização das pessoas em situação de rua para outros domínios geográficos, é possível compreendermos que a organização-cidade de Maringá possui grande influência política em seus arredores.

Ademais, conforme o tempo que participei da pesquisa do Observatório:

Notei que ir a esses distritos e às cidades ao redor de Maringá ocorre de forma estratégica. É uma luta contra o poder da cidade, que realoca esses sujeitos em rua para essas entidades, em sua maioria em lugares afastados e em regiões rurais para afastar a imagem de “pobreza social” de Maringá. (DIÁRIO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2018).

A partir disso, é possível compreender que há um embate político cotidiano entre a cidade e os sujeitos em situação de rua, algo que é muito presente em sua narrativa. Junto ao observatório expandi meu trajeto urbano, indo à lugares e partes da cidade que nunca havia ido ou sequer imaginava que existiam. Nestes momentos, eu notava como as pessoas em situação de rua, que se encontravam em alguma entidade, eram afastadas do centro urbano.

Já com a OER, compreendi que este afastamento era um dos motivos que as pessoas em situação de rua se recusavam a ir para algum desses lugares. Porém, mais do que isso era a perda do seu espaço. Espaço este que precisamos de autorização para adentrar, não se pode simplesmente entrar no espaço do outro sem permissão, mesmo que seja para fazer um ato de caridade.

De primeiro instante, tinha dúvida de como o grupo abordava os sujeitos, como se estabelecia contato para a entrega dos alimentos, algo que observei desde o primeiro contato com a OER.

Hoje foi a primeira vez que fui entregar os alimentos. Estava com receio de como seria o contato inicial. Não sei porque fiquei com esse receio, sendo que a realidade é bem simples. Elas se aproximam, dão boa tarde e oferecem o alimento. Sempre perguntam o nome se é alguém que ainda não conhecem, perguntam como estão, quanto tempo estão em rua, se tem mais gente com eles. As conversas vão das mais triviais possíveis desde “nossa que calor” até mais específicas como questões de saúde. (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2018).

Assim como Malinowski (1978) relata ser necessária uma negociação entre pesquisador e campo em estudos etnográficos, também via que havia uma negociação do grupo com as pessoas em situação de rua para adentrar seu espaço. Percebo que esta entrada no espaço do “outro” era facilitada pela entrega dos alimentos, alinhava-se com uma necessidade física dos sujeitos.

Já a entrada no espaço do outro junto ao Observatório das Metrópoles era de difícil acesso, sendo que em algumas ocasiões as pessoas se recusavam a falar comigo e com os demais participantes da pesquisa. No ano de 2018, 110 pessoas em situação de rua se recusaram a participar da pesquisa (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2018). Durante minha observação, notei alguns motivos para a negativa de interação social:

Notei que algumas pessoas não querem participar da pesquisa, outros pesquisadores também relataram isso. Observei que muito deles se recusam porque acham que a pesquisa é para “controlar” eles, uma manobra da prefeitura. Outros se recusam porque falam que a pesquisa não leva à lugar nenhum, que é uma perda de tempo, ninguém vai ajuda-los de verdade. Alguns porque estão drogados e realmente não tem condições de dar entrevistas. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Nas justificativas de recusa dos sujeitos em situação de rua é possível notar a presença latente das forças políticas da organização-cidade de Maringá. Para estes sujeitos, a cidade não é feita para eles e nem por eles, a cidade busca uma forma de controle e mapeamento de seus movimentos. Isto é, em especial, percebido na entrevista realizada com José Luiz.

José Luiz tem cerca de 60 anos, vivendo há aproximadamente trinta nas ruas de Maringá. Deparei-me com ele deitado na praça da prefeitura da cidade em baixo de uma marquise por volta das vinte horas. Inicialmente, não quis abordá-lo, pois, estava deitado e parecia estar dormindo. No entanto, neste dia estava realizando a pesquisa do Observatório das Metrópoles, na qual percorríamos alguns trajetos na cidade de Maringá no período noturno a fim de adentrar nas moradas dos sujeitos em situação de rua e conversar com eles.

Estava com mais duas participantes da pesquisa, sendo que uma delas era assistente social do centro POP da cidade. Ela mediou meu contato inicial com José Luiz, abordando-o de maneira tranquila e sutil, sem alardes, para que ele não se assustasse.

De início, ele não queria participar da pesquisa alegando que o que fazíamos não adiantava, era à mando da prefeitura. Neste momento, eu entrei em cena e expliquei que era uma pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, e que só queríamos conversar com ele, que talvez realmente não consigamos ajuda-lo da forma que ele queria, mas que não custava tentar. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Meu apelo funcionou, e ele concordou em realizar a entrevista. Logo percebi que seu aceite foi pelo fato de eu me propor a escutá-lo e muito das vezes em concordar com suas queixas, em especial sobre como a população geral da cidade lidava com os sujeitos em situação de rua. Neste contexto, a entrevista foi possível de ser realizada pelo meu apelo emocional à José Luiz e à sua vontade de ser escutado.

Desta forma, infiro que a interação espacial com o “outro” só é possível a partir de uma relação de troca, conforme apontam Figueiredo e Cavedon (2012), seja ela simbólica conforme meu encontro com José Luiz, ou material conforme a distribuição de alimentos com a ação social. Ademais, a relação entre lugar e espaço é muito presente no relato de José Luiz. De maneira tática, conforme Certeau (1998) nos alerta, ele constrói seu cotidiano sabendo jogar com as relações de poder no espaço organizacional da cidade, principalmente ao estabelecer relações com os agentes reguladores e mantenedores de poder.

Suas relações com alguns guardas municipais, seguranças, e políticos da praça onde vive, além de ser (re)conhecido de comerciantes da região, são de suma importância para sua permanência naquele lugar. Essa interação socioespacial permite que ele crie seu próprio espaço. No entanto, isto não significa que a (con)vivência ocorra sempre de forma livre e tranquila.

Quando chega o natal, eu tenho que sair daqui né. Porque fica tudo bonito, arrumado. Uns dias antes os guardas vêm e já falam que eu tenho que ir para outro lugar. Eu vou, fico por aqui perto, mas onde não tem movimento. Eu vou, mas eu volto. (JOSÉ LUIZ, DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Neste contexto, não há tática grande o suficiente capaz de subverter a ação de despejo. A tática que cabe a ele é retornar ao mesmo lugar e recriar seu espaço após o período de natal. Desta forma, é possível perceber que em determinados momentos o “outro” não possui um espaço próprio, sendo obrigado a reinventar seu cotidiano mesmo contra sua própria vontade.

A reinvenção de seu cotidiano interfere até em sua higiene pessoal. Embora Maringá conte com uma casa de passagem e o centro POP, José Luiz não confia em nenhum desses dois lugares e diz que não teve boas experiências com eles.

A praça da prefeitura possui dois banheiros públicos. José Luiz diz que tentava usar ali para se manter limpo, mas confessa que faz mais de três meses que não toma banho. Ele diz que ali não tem chuveiro, para tentar tomar banho ele enchia a pia de água do banheiro e pegava os papéis para enxugar mãos e usava-os como uma “esponja”. Perguntei sobre o albergue e o centro POP, pois, sei que lá eles oferecem banho e outros sujeitos que entrevistei faziam e ainda fazem uso daqueles lugares.

José Luiz diz odiá-los por controlarem o tempo do banho e o tempo de fazer suas necessidades básicas. Disse que se passa de dez minutos eles vão lá, desligam a água e te tiram do chuveiro. O ódio dele não é direcionado para essas instituições, em específico, mas sim aos seus funcionários e suas experiências com eles.

Além disso, ele disse ser humilhante ter que fazer suas necessidades em terrenos vazios e, muitas vezes, ter que usar a própria água do vaso sanitário do banheiro público para limpar a bunda. Perguntei porque ele não usava somente o banheiro disponível na praça, ele disse que os guardas que ficam por ali não permitem

sempre, ou que às vezes está fechado. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Aqui, podemos compreender como algo tão simples como a higiene pessoal se torna complexa para aqueles em situação de rua. Para José Luiz, ele não tem a escolha de ir as instituições que prestam auxílio nesse departamento devido à uma disputa política e pessoal entre eles. Essa disputa é constituída de algumas práticas emocionais que se estende inclusive para os lugares ao seu redor, como o banheiro público que fica a poucos metros de onde ele dorme.

Apesar de ele criar práticas táticas para conseguir usar o banheiro, suas táticas são barradas pela estratégia panóptica da concepção do lugar (CERTEAU, 1998; FOUCAULT, 1999). Na cidade-conceito, o lugar “público” não faz referência àqueles em situação de rua, portanto a vigilância sob os não-permitidos. Isso demonstra que, embora consiga fazer certas negociações tanto táticas quanto estratégicas com a organização-cidade, o poder de suas práticas cotidianas em alguns casos não consegue ser páreo para os agentes organizadores da cidade.

Isso também pode ser notado na narrativa de Clóvis, um homem em situação de rua há aproximadamente dois anos. Diferentemente de José Luiz, ele não possui o mesmo tipo de interação socioespacial com a organização-cidade, tampouco com seus agentes controladores. Minha conversa com Clóvis ocorreu de forma espontânea e não programada durante meus trajetos pela cidade, em uma rua próxima a uma das avenidas principais.

Hoje conversei com Clóvis próximo da hora do almoço. Já estava pronto para ir para casa, quando ele me abordou comigo já dentro do meu carro. Estava vendendo aromatizadores para conseguir sair da rua. Eu estava comendo biscoitos, pois, ainda não tinha almoçado e ofereci para ele. Ele hesitou em aceitar, mas insisti e ele acabou pegando. Achei curioso. Logo começamos conversar enquanto eu procurava dinheiro para conseguir comprar o aromatizador. Por fim, acredito que conversamos por mais de meia hora. Expliquei para ele que por acaso realizava uma pesquisa sobre os moradores de rua da cidade, ele aceitou conversar. (DIÁRIO DE CAMPO, JANEIRO DE 2019).

Durante nossa conversa, ele me contou que estava em situação de rua há quase dois anos, mas que estava quase conseguindo “sair”. O “sair das ruas” é um termo que muito escutei durante meu período em campo, como se a rua os aprisionasse e sair dela seria a solução de todos os problemas e sua liberdade. Contudo, o mesmo “sair” também estava presente naqueles sujeitos que estavam em diferentes instituições. Mais do que sair das ruas, eles querem ser aceitos pela sociedade, além de deixar para trás seu cotidiano atual. A ideia

que as ruas são uma prisão já foi discutida por Palombini (2013), e pode ser observada no modo de sobrevivência e conflitos com os guardas da cidade de Maringá, conforme Clóvis me relatou:

Agora pouco estava descendo a avenida, e fui parado por eles [a polícia]. Tá vendo isso [mostra aromatizantes que estava vendendo] eu 'tô' vendendo isso para sair da rua, alugar um quartinho. Mas os guardas me pararam hoje, e rasgaram meu dinheiro, eu não fiz nada de errado. Achavam que eu estava com drogas, mas eu não faço uso disso. Pediram para ver meus produtos, eu tinha acabado de fazer uma venda. Eles pegaram meu dinheiro e rasgaram, rasgaram na minha frente e mandaram eu sair dali. Eu só quero sair da rua, 'tô' quase conseguindo. Mas vou precisar de ajuda, uma cesta básica, algo assim [...]. (CLÓVIS, DIÁRIO DE CAMPO, JANEIRO DE 2019).

Ao analisar sua narrativa, conforme sugerem Lutz e Abu-Lughod (1990), é possível perceber a carga emocional presente em sua fala que envolve sentimentos de impotência, revolta e conformismo que ele possui em ocasiões como essa. Além disso, sua fala retrata uma organização-cidade um pouco diferente da retratada por José Luiz, sendo que Clóvis não conseguiu realizar nenhum tipo de negociação com as forças políticas e com os demais habitantes da cidade, algo que fica ainda mais evidente em seu próximo relato.

Ele foi obrigado a recriar seu cotidiano, principalmente suas práticas de caminhar pela cidade, devido um ato de violência que sofreu. De acordo com dados do Observatório das Metrôpoles (2019), 59% da população em situação de rua de Maringá já sofreu algum tipo de violência, sendo que a maioria destes atos são cometidos por policiais militares ou membros da guarda municipal. Clóvis está inserido entre os 14% dos sujeitos que acusam os moradores residenciais da cidade de violência.

Quando perguntei por onde ele costumava ficar e dormir, ele contou:

Hoje eu não durmo mais, eu ficava lá pelo Estádio, era tranquilo e vazio [...] Uma noite tentaram colocar fogo em mim enquanto eu dormia, eu saí correndo e nunca mais voltei para lá [...] Foi 'filhinho de papai' que fez isso comigo, não adianta denunciar, ninguém se importa [...] Hoje fico por aqui até amanhecer, e só depois que o sol está alto que vou próximo ao banco para dormir. (CLÓVIS, DIÁRIO DE CAMPO, JANEIRO DE 2019).

As barreiras políticas enfrentadas pelas pessoas em situação de rua não estão presentes “apenas” no processo de transformação do espaço, senão na vivência e permanência dele, havendo uma constante mudança no espaço organizacional da cidade (SARAIVA; COIMBRA, 2013). Os sujeitos em situação de rua são obrigados a construir e reconstruir seus espaços, portanto, afetando e modificando os lugares previamente arquitetados.

Além disso, esta (re)construção é constituída de elementos emocionais, talvez um dos mais primórdios, o amor à própria vida. Desta forma, postulo que os trajetos urbanos também se constituem a partir de emoções. A relação de Clóvis e a cidade de Maringá é pautada pelo medo e pela esperança. Pelo medo devido à violência que ele sofreu, e pela esperança da perspectiva de algum dia conseguir deixar de viver nas ruas.

Essas emoções compreendem o cotidiano de Clóvis em suas práticas de trabalho e de vivência. O medo faz com que ele não tenha um espaço para si próprio definitivo, ele transita entre diferentes lugares sem ao menos poder chamá-los de seu. Assim, podemos ver como o espaço organizacional da cidade também é formado por lugares que não podem ser de fato vividos. Seu andar pela cidade é feito com cuidado e como um ato pré-pensando, não como um não-saber tático, mas como uma prática estratégica de sobrevivência (CERTEAU, 1998).

Aqui, o cuidado apresenta um sentido diferente do que inicialmente foi evidenciado no estudo. Se a prática emocional do cuidado da OER implica uma aproximação com o “outro”, para Clóvis esse cuidado pode ser entendido como um distanciamento, considerando o seu “lugar” na cidade. Portanto, é evidente que dependendo do espaço e do lugar que ocupamos, os sentidos e os significados das mesmas práticas também são alterados.

Diante disso, compreendo que o ato de violência que sofrera ajudou a moldar suas práticas emocionais com os demais sujeitos da cidade e com o próprio espaço. Neste contexto, retomo as contribuições de Lutz e Abu-Lughod (1990) de que as emoções não devem ser consideradas contrárias à racionalidade. No caso de Clóvis, seu cotidiano é construído principalmente a partir delas.

É necessário pensarmos que os sujeitos comuns possuem um vínculo afetivo com a cidade, podendo ser um vínculo de acolhimento ou não. Em algumas idas em campo com a OER, diversos sujeitos em situação de rua aclamam a cidade de Maringá como “acolhedora”. Porém, deve-se ter cuidado para não tomarmos isso como uma regra.

Nesta perspectiva, notei que a relação que a OER e o Observatório das Metrópoles possuem com a cidade é bem diferente dos sujeitos em situação de rua. De acordo com Snow e Mulcahy (2001), grupos marginalizados como a população em situação de rua tendem a não ser reconhecidos como residentes da cidade, pois, não possuem direito constitucional de apropriar ou usar espaços públicos ou privados. Já com a ação social e com o Observatório, tínhamos o direito de ir e vir a qualquer lugar; porém, este direito entra em conflito com o “dever” dos agentes controladores da organização.

Uma ação recorrente que percebo é que o grupo se esconde da Guarda Municipal. Elas evitam mostrar sua presença e, conseqüentemente, suas práticas quando os guardas estão por perto. Acredito que isso ocorre para evitar conflitos, pois, a ação de entregar alimentos não é sempre bem vista, principalmente pelos guardas. Sempre escutamos relatos do pessoal em situação de rua da má convivência e experiências entre eles. (DIÁRIO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2018).

Embora o ir e vir dos habitantes não marginalizados da cidade ocorra de forma tranquila, estando em concordância com as estratégias espaciais estabelecidas pela organização-cidade, quando nos aproximamos dos sujeitos em situação de rua temos que adotar artes táticas a fim de subverter um possível conflito com os guardas da cidade.

A organização-cidade de Maringá tende a expulsar seus habitantes invisibilizados do grande centro, algo que pude comprovar durante meu tempo com o Observatório e com a ação social. Diversos sujeitos afirmam que a prefeitura da cidade, em determinadas épocas do ano, coloca eles em um ônibus e “despacham” para as cidades vizinhas, onde é o controle dessas pessoas é menor. Isso é uma medida de controle que busca reduzir a visibilidade desta população e interromper suas práticas cotidianas (SNOW; MULCAHY, 2001). Geralmente, isso ocorre perto da época natalina na cidade de Maringá, PR. Essa época do ano também esteve presente no relato de José Luiz.

Durante o período de natal, no qual a cidade ganha atrações luminosas e grandes decorações, sendo realizada a “Maringá Encantada – Um Natal de Luz e Emoção³⁰”, realizei o trajeto urbano central que costumava fazer com a OER e com o Observatório:

Hoje à noite percorri as ruas da cidade que costumo passar com o pessoal da ação, e refiz o mesmo trajeto do Observatório. Como já esperava, até pela conversa que tive com José Luiz, não encontrei os sujeitos em rua que costumava ver e que havia entrevistado. Percebo que sua re-localização vai além do centro iluminado e “encantado”. Até onde haver luz de natal, não há população em situação de rua. (DIÁRIO DE CAMPO, DEZEMBRO DE 2018).

É importante notar que o *marketing* sobre a organização-cidade no período de final de ano é sobre as emoções, e como a decoração e atrações de natal podem invocar sentimentos nos habitantes de Maringá. Contudo, isso não diz respeito à população em situação de rua que se vê obrigada a vivenciar esse momento à distância. Assim, as emoções que entram em jogo divergem da proposta da propaganda. Além disso, o “encantamento” se estende aos distritos de Floriano e Iguatemi (PREFEITURA DE MARINGÁ, 2018), reforçando a influência política e funcionalista de Maringá.

³⁰ Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=c8e4324c0655c8&id=34175>>. Acesso em: 25 de novembro de 2019 às 18h.

Desta maneira, a próxima seção deste capítulo discorre como as emoções estão presentes nas práticas cotidianas dos sujeitos comuns no espaço organizacional da cidade. Além disso, discuto como as práticas emocionais inferem nas demais práticas de organização e espaciais.

5.3 INTERAÇÃO EMO-SOCIAL: EMOÇÕES COTIDIANAS

A interação emo-social começava muito antes de interagirmos de fato com os sujeitos em situação de rua, já era algo presente entre os próprios integrantes da Organização Emoção na Rua. Inicialmente, eu sentia muita ansiedade, que melhor posso descrevê-la como um “frio no estômago”, principalmente nas primeiras saídas em campo. Já com os demais membros da ação social, notava que eles sentiam um tipo de ansiedade mais positiva, no sentido de querer entregar as marmitas logo para que as pessoas pudessem se alimentar. Neste contexto, percebia que a emoção constituía não apenas nossas artes de fazer e de se organizar, mas também nossas maneiras de interação social. Por isso, considero as interações emocionais como sendo emo-sociais.

Com a OER, as emoções estavam imbricadas em suas práticas de cozinhar e de organização. Para mim, a emoção mais marcante era o amor. Neste ponto, preciso destacar que minha intenção não é descrever e caracterizar cada emoção vivenciada e sentida em grupo, pois, é algo (inter)subjetivo. Assim como Le Breton (2009) e Lutz (1988) enfatizam, falar sobre emoções pode fazer com que caiamos em um etnocentrismo, causando que elas tenham o mesmo significado em diferentes contextos culturais. Minha intenção é demonstrar como essas emoções e, conseqüentemente, seus sentimentos constituem diferentes práticas cotidianas.

A emoção do amor exaltava um sentimento de carinho e preocupação com as pessoas em situação de rua. Era isso que moldava a forma de preparo dos alimentos e a própria organização do grupo. Retomando a concepção de Schatzki (2006) sobre organizações, a Organização da ação social acontecia por conta desta emoção. Neste sentido, enquanto a emoção pode ser um elemento propulsor para o acontecimento de uma organização, ela também funciona como um elemento de manutenção.

Durante minha estadia em campo, percebíamos muitos “olhares atravessados” do nosso trabalho com as pessoas em situação de rua. Em determinada situação, fomos questionados por um voluntário por que distribuimos marmitas para “qualquer um” (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2019). Em sua concepção, deveríamos fazer uma seleção das

pessoas em situação de rua que merecia receber os alimentos, dos mais necessitados aos menos necessitados, dos mais velhos aos mais jovens, e assim por diante.

Depois dessas perguntas, queria pedir para ele se calar. Logo, percebi uma antipatia contra ele, mais do que perceber, estava sentindo essa antipatia pelo meu corpo, queria fazer alguma coisa. Era Daniela que estava conversando diretamente com ele, eu só estava escutando. Estavam numa conversa um tanto quanto acalorada, ele tentando provar que estava certo. Queria respondê-lo de maneira direita, mas preferi me calar para não criar confusão. Fiquei muito feliz quando Daniela lhe respondeu: “nós não fazemos triagem de quem está passando fome”. Ele não gostou da resposta e se calou. Percebi que Daniela se deu por satisfeita. Eu também. (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2019).

A ideia de fazer triagem para a distribuição dos alimentos está associado com as tipificações que os sujeitos em situação de rua recebem, conforme apontaram Mattos e Ferreira (2004). Além disso, o discurso revela uma emoção de indiferença a estes sujeitos, como se os mais velhos fossem mais dignos de alimentos do que os mais novos, “por terem condições de trabalhar” (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2019). Com isso, podemos compreender como as emoções fazem parte dos discursos cotidianos, inclusive sendo utilizadas como recurso para justificar narrativas de funcionalidade das pessoas para a sociedade.

Além disso, as emoções estão presentes em nossos corpos. A “discussão acalorada” que relatei acima faz referência aos sentimentos e gesticulações corporais de Daniela e do voluntário, o mesmo também foi sentindo por mim. Deste modo, vale lembrar que a relação sujeito-corpo constitui o “corpo social e cultural”. Nas postulações de Johnson (2007), o corpo cultural é constituído de práticas, artefatos, rituais e modos de interações sociais. Para o autor, embora a cultura tenha certa estabilidade e relevância, não há cultura sem corpos que possam senti-la, vivenciá-la e praticá-la.

Além do corpo cultural, Johnson (2007) postula que o corpo social é composto por intersubjetividade e experiências. Assim, o corpo social se modifica conforme nossas experiências e interações sociais. Neste contexto, podemos compreender como as emoções perpassam pelo corpo, não apenas como uma forma de linguagem. Daniela se posicionou contra o discurso do voluntário, pois entra em conflito com as práticas emocionais que fazem a organização acontecer.

No entanto, é necessário compreender que a organização não acontece apenas por suas práticas emocionais. Enquanto essa é uma grande parte formadora da estrutura organizativa da OER, as práticas de espaço empregues pela Organização também devem ser levadas em

consideração, visto que a interação com os sujeitos em situação na rua acontece nas ruas da cidade de Maringá. É, inclusive, essa interação que transforma este lugar em um espaço vivido (CERTEAU, 1998).

É justamente esta transformação e interação emo-social que configuram o espaço organizacional da cidade, inclusive das pessoas em situação de rua. Para uma melhor compreensão dessa conexão entre as práticas emocionais, espaciais e os sujeitos em situação de rua, apresentarei a seguir os relatos mais marcantes que ouvi e vivenciei durante o tempo desta pesquisa.

5.3.1 Amor, inveja e luto

As relações que retrato neste relato foram as primeiras que vivenciei em campo, e elas que me mostraram que as relações interpessoais e emocionais possuem são maiores que eu imaginava. A partir do contato com essas pessoas em situação de rua, comecei a perceber como as relações sociais de quem vivem na rua são complexas e moldam seu cotidiano.

Hoje encontramos com Janaína, estávamos passando por uma rotatória da cidade e ela sentada embaixo de uma marquise. Ela aparenta ter cerca de 60 anos, estava com cabelos e unhas recém pintados. Ao lado dela, um cachorro. Fisicamente, ela parecia bem. Possuía diversos anéis nas mãos. Oferecemos o alimento e ela aceita, e agradece bastante.

Logo, Luíza me explicaria que ela é conhecida do grupo há muito tempo. Desde que a OER começou, elas já conheciam Janaína. Ela me diz que já tentaram fazer a interação dela, por conta da bebida e para ver se conseguiria sair das ruas, mas ela se recusou. Percebo que Luíza e os outros membros do grupo possuem uma relação entre si, se conhecendo, chamando-se pelo nome e perguntando um sobre a vida do outro.

Enquanto Janaína se alimentava, algumas pessoas do grupo estavam brincando com seu cachorro, inclusive Clara que era alérgica a cães. Ao perceberem que esse cachorro era “novo”, perguntaram a ela o que tinha acontecido com seu outro animal de estimação. Neste momento, o semblante de Janaína mudou, ficou mais caído, mais triste. Ela contou que seu antigo cachorro havia sido atropelado e ela acabou tendo que levá-lo para ser sacrificado. Enquanto ela contava, ela demonstrava não gostar de tocar no assunto, mas estava aliviada de ter encontrado outro “companheiro” que a seguia pelas ruas. (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2018).

O companheirismo que Janaína evidenciou com seu antigo cachorro e com seu atual demonstra que os sujeitos comuns também estabelecem relações com não-humanos. Cunha (2015) aponta que os cães, além de proporcionar proteção, também oferecem lealdade e companheirismo, algo que muitas vezes não é oferecido por humanos para as pessoas em situação de rua. Além disso, os cães tendem a ‘humanizar’ os indivíduos nesta situação, visto que grande parte da sociedade insiste por descaracteriza-los como humanos (CUNHA, 2015).

Enquanto conversávamos, Luíza perguntou sobre outra mulher em situação de rua conhecida pela OER, Juliana, a qual elas não viam há algum tempo. Neste momento, o relato de Janaína muda para um tom de desespero:

Ao começar a falar sobre Juliana, Janaína começa a chorar. Ela passa a mão pelos cabelos, fica mexendo nos anéis em seu dedo. Ela fica inquieta com a pergunta. Logo, nos pede para irmos até Juliana a ajudá-la. Janaína denuncia o marido de Juliana de agressão física e sexual, diz que ela está sofrendo muito e que está se acabando na bebida e com problemas de saúde. Implora que façamos algo para que não aconteça algo pior.

Percebo que as meninas do grupo ficam “sem reação”. Assim como eu, não sabiam o que falar e o que fazer. Apenas continuavam a escutá-la. Por fim, projetaram ajudar Juliana, e perguntaram aonde podiam encontrá-la. Fiquei pensando comigo: como nós vamos conseguir ajudar ela?

No entanto, Luíza e Eliana me disseram que duvidavam um pouco do discurso de Janaína. Por já ser conhecida do grupo há muito tempo, assim como Juliana, elas contaram que Janaína tendia a exagerar as coisas e que o homem que estava com Juliana, elas conheciam, era um ex-companheiro de Janaína. Ele a abandonou para ficar com Juliana. (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2018).

A partir deste relato, podemos começar a compreender que as relações sociais dos sujeitos em situação de rua são complexas. Ao contrário do que podemos pensar, essas relações também se estendem aos seus pares. É, inclusive, essas relações que também constituem o espaço organizacional da cidade de Maringá, pois, andar pela cidade é se relacionar com ela e com as pessoas desse lugar (CERTEAU, 1998).

Eu conheci Juliana alguns meses depois que conversamos com Janaína, apesar de em todas as ações passarmos pelo lugar que Janaína havia indicado e ao redor dele, não conseguimos encontrá-la.

Hoje finalmente conheci a Juliana, enquanto estávamos passando por uma avenida da cidade. Nosso encontro se deu por acaso. Tínhamos avistado um homem carregando sua “casa”, aqueles carrinhos de coletar matérias recicláveis. Nele, estava todos seus pertences, travesseiro, coberta, algumas roupas e Juliana. Ficamos muito surpreso ao encontrá-la dentro do carrinho. As meninas do grupo ficaram muito preocupadas ao vê-la daquele jeito. Juliana estava magra e muito debilitada. Não conseguia se mover direito, nem para levantar o torço para conversar com a gente. Ela continuava deitada enquanto conversávamos. Logo ela disse: “estar partindo, e que estava apenas à espera da morte”.

Essa frase pegou todos de surpresa, logo viríamos a entender o porque dela estar nessa condição. Devido à uma infecção na perna, ela não conseguia mais andar, assim seu “Nego” (apelido carinhoso pelo qual ela chamava seu marido) a carregava pela cidade em seu carrinho. Durante nossa conversa, Juliana chamava seu marido de “Nego” ou “Amor”. Nós o chamávamos de Rodrigo.

Rodrigo se mostrava preocupado com Juliana, ela não quis comer na hora que entregamos a marmita, mas aceitou o suco que eu havia feito. Rodrigo dava o suco para ela na boca, ajudando-a levantar o pescoço para que conseguisse tomá-lo. (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO DE 2018).

Lutz e Abu-Lughod (1990) defendem uma abordagem contextualista das emoções, assim ao comparar a fala de Janaína, de Juliana e o que eu vivenciei em campo, podemos compreender que as emoções variam de situação para situação. Ao retornar a narrativa de Juliana, percebo uma relação amorosa, talvez não nos moldes em que estamos habituados a presenciar e viver, mas o amor está presente inclusive na forma em que chama seu marido. Embora, logo descobriria que o amor se transformaria em uma saudade e luto.

Hoje cheguei ao grupo e não tive boas notícias. Juliana havia falecido. Ficamos chocados com isso, especialmente Ana que tinha uma conexão muito forte tanto com ela quanto Rodrigo. De todas as pessoas que atendíamos, elas com certeza eram suas preferidas. Ela me mostrou fotos e vídeos que tinha com os dois de outras ações. Ficamos muito tristes com a notícia. Já fazia alguns meses que não conseguíamos encontrá-los pela rua da cidade.

Ana ficou sabendo, pois, encontrou Rodrigo com Janaína outro dia. Janaína contou que agora estava com ele, que Juliana havia morrido, bem como a mãe de Rodrigo.

Além da notícia do falecimento, nos chocou o fato dele estar com Janaína, devido a relação que conhecíamos dele com Juliana. Quando saímos para a rua, tentamos encontrá-los, passamos pelos lugares que costumavam ficar, demos mais algumas voltas pela cidade, mas não conseguimos achá-los. (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO DE 2018).

A notícia da morte de Juliana abalou muito a OER, em especial Ana que possuía uma relação mais forte com ela e com Rodrigo. Naquele dia, nosso processo de organização foi fortemente regido por nossas práticas emocionais, em fazer “uma comida que a Juliana ia amar” (DIÁRIO DE CAMPO, AGOSTO DE 2019). As práticas emocionais, neste contexto, ditavam nossas maneiras de organização e nossas práticas espaciais, fazendo-nos andar pela cidade em busca de Rodrigo a fim de lhe oferecer algum tipo de conforto. Contudo, nosso encontro com ele aconteceria algum tempo depois.

Hoje reencontramos o Rodrigo, desde que soubemos da morte de Juliana, ainda não o tínhamos visto. Ele estava em uma praça de igreja da cidade, com mais alguns homens em situação de rua. Quando eles nos viram, ficou muito alegre e emocionado. Especialmente quando Ana foi conversar com ele sobre a Laurinha, todos nós dissemos que sentíamos muito. Ao tocar no assunto, seu rosto mudou, seus olhos encheram de lágrimas e o choro veio.

Ao perguntar de seu paradeiro, ele disse que havia sido preso em Paiçandu (uma cidade vizinha da região metropolitana de Maringá), disse que quando saiu da cadeia os policiais o deixaram na rua descalço, no meio do nada. Ele não quis dizer porque foi preso, não insistimos. Não achei correto devido ao momento que ele estava passando. Há rumores que ele teria matado alguém por ciúmes de Juliana, pouco antes de sua morte. Não sei se isso é verdade ou se poderia ser, considerando também o pouco tempo que ficou preso.

Sobre Janaína que havia dito que estavam juntos. Ele nega e fico bravo, começa a gesticular e disse que nunca ficou com ela, que só estava junto para pedir comida e ainda a acusa. Diz que ela pegou seu carrinho, aquele que ele carregava Juliana dentro, e roubou para ela. Diz que não quer ver ela pintada nem de ouro na frente dele.

Foi um dia muito emocional para todos nós, após os choros e abraços que demos em Rodrigo, ele pediu que todos nós fizéssemos uma oração em nome de Juliana. Pareceu-me um pedido repleto de amor e de angústia, ele ainda estava em processo de luto. Então, lá estávamos nós na praça da igreja, todos juntos de mãos dadas e rezando o Pai Nosso e a Ave Maria. Esse, com certeza, foi o dia mais intenso e poderoso que vivenciei em campo, pois, me trouxe memórias e sentimentos que me permitiam compreender o sofrimento que Rodrigo estava sentindo (DIÁRIO DE CAMPO, OUTUBRO DE 2018).

A compreensão dos eventos que relatei acima só foi possível, pois, passei pela experiência da perda de alguém que trouxe memórias afetivas e de saudade que constituíram o meu momento em campo (LUTZ; WHITE, 1986). Além disso, Lutz e White (1986, p. 427)³¹ corroboram que “a morte pode representar perigo, perda e uma violação do senso do que irá acontecer em seguida”, no entanto, é necessário considerar o contexto sociocultural para evitar que sentido da emoção seja universal (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990).

Neste contexto, a morte pode significar uma perda de sentido nas práticas cotidianas que acabam influenciando na interação social e espacial desses sujeitos. A organização do espaço da cidade sofre algumas alterações devido ao processo de luto. Embora Certeau (1998) caracterize que as artes de fazer táticas conseguem transformar os lugares, neste contexto são as emoções que fazem esta transformação. Assim, concordo com Álvarez (2011) de que as emoções ajudam a organizar a vida cotidiana, visto que os espaços criados por Rodrigo e Juliana foram (des)praticados com sua morte, e, conseqüentemente, obrigando que ele (re)criasse novos espaços para si.

Além disso, a relação emo-social entre Janaína e a OER foi ditada ao considerar sua fala carregada de inveja pela relação de Juliana e Rodrigo. Apesar da surpresa do conteúdo de seu relato, a interação foi regida em maior parte pelo conhecimento e relação pessoal que elas já possuíam com Juliana. Deste modo, podemos compreender como as emoções interferem em nossas diferentes relações interpessoais (LUTZ, 1988).

Enquanto à Janaína, algum tempo depois que saí de campo recebi a notícia que ela havia saído das ruas, e estava morando com uma filha dela. Apesar de ela ter uma família e, inclusive, uma casa que alugava ela preferia morar em situação de rua devido aos traumas e situação que viveu na moradia (DIÁRIO DE CAMPO, JULHO DE 2018). Assim, os próximos relatos irão descrever os laços de família de alguns desses sujeitos de rua, e como a

³¹ Tradução própria.

rua também cria uma família fora dos padrões normativos que estamos acostumados a ver e viver.

5.3.2 Laços de família

Retomando minha entrevista com José Luiz, sua narrativa era carregada de elementos emocionais. Para ele, sua razão de estar em situação de rua é devido à família, especialmente com as mortes dos pais quando era jovem. Quando perguntei o que lhe teria levado a morar nas ruas, ele foi categórico: “falta da mamãe” (JOSÉ LUIZ, DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Hoje à noite entrevistei o José Luiz por meio do percurso do Observatório das Metrópoles. Até então, foi a entrevista que mais me marcou tanto pelo que ele me contou, quanto de como realizei a entrevista. Conversei com ele na praça da prefeitura da cidade [...]. Ele estava deitado contra a parede sob alguns colchonetes e uma manta, apesar de estar muito quente no dia, ele estava coberto. Percebia que insetos e baratas passavam por perto dele e por cima dele. Ele não demonstrava nenhuma reação. Parte da entrevista ele passou deitado, em outras partes em que ele se agitava com a resposta ele sentava. Eu fiz a entrevista sentado ao seu lado de olhos nas baratas para que não subissem em cima de mim. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

A minha não-escolha de sentar ao seu lado para conduzir a entrevista ajudou que eu quebrasse a barreira física e simbólica de seu espaço (FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012). Classifico como uma não-escolha, pois, no momento compreendi que se eu ficasse em pé ou me distanciasse dele não estaria de fato vivenciando aquele momento e tentando compreender sua realidade. Assim, minha posição pode ser compreendida como uma prática espacial, tanto de interação com o espaço do “outro” (CERTEAU, 1998), e também enquanto um corpo social (JOHNSON, 2007).

A relação de José Luiz com sua família é conturbada, principalmente após a morte de seus pais. Seu pai morreu em 1990 e sua mãe em 1998, ano este que ele foi morar nas ruas. Segundo ele, seus irmãos os passaram a perna, venderam a casa de herança deles e não lhe deram parte do que era seu. Ao falar dos irmãos, ele demonstra um desgosto e uma raiva muito grande.

No entanto, ele disse que tinha um irmão que gostava e que lhe ajudava sempre que possível, só que ele faleceu. Seu irmão suicidou-se após receber um diagnóstico de câncer devido ao alcoolismo que também sofria. Segundo ele, o irmão dele bebeu 5 litros de pinga e morreu. Ele diz sentir muita falta é muito saudade do que irmão, mas não tem e nem quer contato com o restante de sua família.

Nesses momentos ele se levantava para contar sua história, se agitava, gesticulava muito. Um de seus irmãos faleceu, o outro estava muito mal de saúde por conta de bebida também que acabou lhe causando câncer. Segundo ele, seus irmãos tiveram o

que mereciam, pois, se sentiu “culpado”, “traído” e “humilhado”. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Em seu relato podemos perceber como sua relação familiar é conturbada, e como essas práticas emocionais constituíram seu cotidiano. Primeiramente, pois, ele foi morar nas ruas de Maringá por não ter mais onde viver porque foi abandonado pelos irmãos. Segundamente, devido sua relação com o álcool e com as drogas, conforme ele me evidenciou começou a beber “pinga com doze anos” (JOSÉ LUIZ, DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Desta forma, compreendo que as práticas emocionais não estão ligadas à somente relações pessoais ou de não-humanos, conforme relatei com Janaína. Sua relação afetiva com a bebida e outras drogas também foram um dos motivos que fizeram com que ele encontrasse nas ruas da cidade de Maringá sua nova moradia, e essa relação ainda rege seu cotidiano até os dias de hoje. No entanto, suas relações afetivas não se dão apenas com os artefatos de seu cotidiano e com seu espaço, José Luiz construiu e constrói diferentes relações pessoais.

Ele me contou que tem um colega que lhe ajuda. Este colega mora na cidade vizinha em Sarandi e guarda seus documentos pessoais. Além disso, ele recebe o dinheiro do benéfico do INSS para José Luiz e depois repassa para ele. Ele diz que tem confiança nesse amigo, inclusive por conta de uma briga de bar esse colega acabou dormindo uma noite na rua com ele. Perguntei sobre suas relações com outros sujeitos em situação de rua, e ele disse preferir ficar sozinho. Disse que conhece alguns, que alguns são até amigos, mas relatou: “eu sou ruim, eles são piores ainda”.

Engraçado que ele classifica sua relação com os guardas municipais e com a polícia como “amigos”, diz conhecer todos eles e que quando está com alguma droga usa seu próprio corpo como modo de defesa: “sou amigo de muitos. Eles me conhecem. Mas, às vezes vem uns novos e eles querem me vasculhar, eu não deixo. Escondo a droga no corpo. Eu tenho mais de 60 anos, sou idoso, tem estatuto do idoso, não tem? Eu começo a gritar que eles estão me batendo, daí eles nem chegam perto. To fazendo o que de errado?” [...] (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Usar seu próprio corpo como defesa contra os policiais se configura tanto como uma estratégia (CERTEAU, 1998), pois, é pensado de antemão com base em uma prática política que garante a segurança do seu corpo físico, quanto como a ascensão de um corpo cultural (JOHNSON, 2007), pois sua ação denota valor, movimento e posturas corporais aliados com o engajamento de um artefato – a droga. Esse corpo cultural é visível em demais sujeitos em situação de rua, eles usam seus corpos como táticas de esconderijo de diferentes artefatos. Ao unir esse saber não-sabido com o conhecimento do estatuto do idoso, José Luiz invoca uma estratégia a fim de silenciar as ações dos policiais.

Com base nas observações, percebemos que as práticas emocionais não constituem apenas relações humanas, senão de humanos com artefatos, conforme Flores-Pereira e

Cavedon (2010) relataram. A relação com artefatos foi observada em diferentes pessoas em situação de rua. De maneira tática, por exemplo, algumas pessoas se apropriam de carrinhos de supermercados como forma de sustento, utilizando-o como um carrinho de reciclagem ou como uma forma de locomoção no caso de Juliana.

O uso tático de tal artefato faz com que eles modifiquem seus enunciados pedestres (CERTEAU, 1998), organizando-se a fim de percorrer caminhos que oferecem melhores meios de sustento, como localidades mais centrais perto de bares e padarias, conforme observamos. Porém, também compreendo que os enunciados pedestres nessas localidades centrais se configuram de forma também estratégica, conforme postula Certeau (1998). Diferentemente de Kunz, Heckert e Carvalho (2014) que consideram o “conseguir alimento” como uma arte da ocasião, observei que as pessoas em situação de rua manipulam as relações de forças de comércios alimentícios de forma pensada e calculada, algo que foi melhor elaborado em algumas entrevistas:

Eu não gostava de pedir comida, mas era isso ou comer do lixo. Então, sabe o que eu fazia? Colocava uma roupa limpa, pasta de currículo em baixo do braço. Chegava hora do almoço, ia nos restaurantes e pedia emprego, de qualquer coisa. Daí jogava um ‘migué’ que ‘tava’ procurando emprego desde 05 da manhã, se não conseguia me arrumar uma marmita. Eles sempre dão, ficam com dó. (ALAN, DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Eles não gostam que a gente fica na porta do estabelecimento né. Então eu pego e entro no restaurante. Eles me tiram de lá, mas mandam eu esperar para me dar um prato de comida. Agora, sou conhecido lá, sempre faço isso. (JOSÉ LUIZ, DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Neste contexto, as práticas cotidianas se configuram de forma situacional, pois, o que uma vez era uma prática tática, a partir da insistência e da ação calculada, se torna uma prática estratégica. Além disso, ao analisarmos a fala de Alan, notamos como suas ações se articulam a partir de uma prática emocional, suas artes de sentir e a forma que estabelece sua relação social no momento invoca uma emoção em seu ouvinte, o “sentir dó”.

É a partir desta prática emocional que ele configura seu jogo estratégico, ou, conforme postulou Oliveira (2016), uma posição política. O mesmo pode ser compreendido no relato de José Luiz, o “pegar e entrar” no restaurante está constituído na emoção que tal ação vai causar naqueles que frequentam e consomem aquele lugar. As práticas emocionais presentes nas relações de José Luiz e os agentes organizadores da cidade se dão por necessidade de sobrevivência e de sustento.

São essas práticas que o permitem realizar o trabalho de flanelinha em torno da prefeitura, inclusive fazendo-o ficar conhecido das pessoas da região. Por não haver grande conveniência em manter relações com outros sujeitos em situação de rua, ele prefere ficar sozinho. Sua interação socioespacial com outros sujeitos se dá quando faz uso de drogas ou quando quer relações sexuais.

Suas relações amorosas, segundo ele, se pautam pela necessidade afetiva e sexual. No entanto, elas são momentâneas e ele nem quer que sejam duradouras.

Quando perguntei sobre suas relações amorosas, disse que nunca ter tido filhos, que era só ele mesmo na vida. Em contrapartida, disse que já teve várias “amantes” e que não serve para ser “mandado. Diz que já se “amigou” algumas vezes, mas que ele que corrige as mulheres, que ele não aceita ser “amarrado” (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Diferentemente da relação de amor de Rodrigo e Juliana, para José Luiz essa emoção está relacionada a ser “mandado” ou “amarrado”. Neste contexto, essa emoção pode ser compreendida nos moldes de Bauman e seu “amor líquido”, nos quais as relações no mundo atual se tornam efêmeras e negócios para ganho próprio e satisfação imediata (REZENDE; COELHO, 2010). Essa visão de amor de José Luiz tem conexão com sua relação com as drogas, ele usou parte do mesmo discurso quando perguntei sobre elas:

Ele diz querer sair das ruas, mas que a droga não deixa, a droga “prende” ele na rua. Diz que gostaria poder alugar um quarto para si, tomar banhos de meia hora e de “namorar”. Contou-me que ao “guardar” carros nas ruas, uma mulher já lhe disse: “você com um banho tomado e barba feita, já fico aqui imaginado no meu pescoço”. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Sua relação afetiva mais duradoura é com as drogas. Assim como sua narrativa sobre o amor, elas também o aprisionam. Essa prática emocional constitui grande parte de suas relações, apesar de tentar uma esperança de algum dia sair da rua, ele acaba retornando às drogas e ao discurso da falta e saudade que sente da sua mãe. A importância de considerar o contexto sociocultural sobre as emoções (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990) está em compreender que as emoções que constituem o cotidiano dos sujeitos comuns e permeiam suas práticas cotidianas não podem ser captadas e entendidas apenas no “agora”, é necessário olhar para a história desses sujeitos, algo que foi confirmado pela conversa com Alan.

Entrevistei Alan em uma das instituições de auxílio que também é comandada por um pastor evangélico. A instituição era uma antiga escola Rural e fica afastada do centro de Maringá, estando localizada em uma estrada de terra de acesso não muito fácil. Curiosamente,

este lugar foi cedido pela prefeitura da cidade para a igreja poder criar esse centro de recuperação.

Neste sentido, Snow e Mulcahy (2001) advertem que a população em situação de rua pode utilizar lugares marginais, isto é, locais que são afastados do grande centro e que em muitas vezes são cedidos pelos órgãos controladores. Contudo, estes espaços não conseguem suprir as necessidades de seus usuários, fazendo com que eles transitem pela cidade em busca de outros lugares e espaços.

Na época, Alan tinha 37 anos, alto, tinha o físico forte e não aparentava a idade que tinha, parecia mais novo. Ele não se considera mais morador de rua, mas contou que já foi durante dois anos. Ele me contou que tem uma casa em Sarandi que ele aluga, e que está ali por dois motivos: para poder se tratar do uso das drogas que se tornou recorrente após a morte de sua mãe, e conseguir se reaproximar de sua filha.

Interessante notar que a relação com as drogas também faz com esses sujeitos não consigam criar um espaço, suas práticas espaciais são ditadas pelo caminho de uso delas.

Alan me contou que ele nem sentia os lugares que dormia. Era tanta droga que ele acabava dormindo em qualquer lugar, em construção abandonada, em terrenos baldios no meio do matagal. Ele ainda brincou que tem aracnofobia e mesmo assim dormia no mato. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Ele foi morar nas ruas após sua irmã pedir a casa em que morava de aluguel de volta, nessa época ele já era dependente químico e encontrou nas ruas sua nova forma de vida. Sua relação com as drogas começou aos quinze anos com a maconha, logo evoluindo para as bebidas, cocaína, crack, etc. Durante sua estadia na rua ele teve que encontrar táticas a fim de sustentar seu vício, não conseguia mais comprar drogas de alto valor, mantendo-se a base de crack e tiner por ser fácil de encontrar é barato. O relato de Alan girava em torno de sua relação familiar, inclusive foram seus cunhados que o tiraram da rua. Essa era a segunda vez que ele se interna em uma instituição de recuperação.

“Estou aqui há sete meses com acompanhamento espiritual e psicológico. Quando perguntei o porquê de estar ali, ele disse que estava limpo há algum tempo, mas que após a morte da sua mãe, ele “desandou”.

Disse que chegou a pesar 42 kg por conta do uso das drogas neste período, hoje estava com 65 kg. Fiquei tentando imaginá-lo com essa aparência física tão distante do homem que estava sentado em minha frente.

Além disso, quer voltar a ter contato com sua filha. Ele me contou que ela tem contato com sua família, mas não com ele, pois, a mãe da menina não deixa.

Ao perguntar sobre ela, ele expande: “cara, as pessoas acham que só porque você é morador de rua sua vida não dá certo por causa das drogas, mas eu me separei não tem nada a ver por isso”. Ele conta que antes de morar nas ruas ele tinha uma vida

“ao contrário do que as pessoas pensam”. Era professor de capoeira em uma academia e conheceu sua ex-mulher lá, casou-se muito cedo com 22 anos, enquanto ela tinha 16 anos. Para ele sua separação foi “uma dessas coisas da vida”. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Essa fragilidade em suas relações também era presente enquanto estava nas ruas de Maringá. Ao contrário de alguns sujeitos de situação de rua que buscam o companheirismo, proteção e humanização em ter um animal de estimação, ele abandonou um cachorro que o seguia, pois, não conseguia cuidar nem de si mesmo. Suas práticas emocionais perpassam em diferentes relações e não são fontes do seu período como “morador de rua”. Sua afetividade com as drogas se iniciou desde jovem, e assim como José Luiz é até hoje sua relação mais duradoura. É necessário compreender que as pessoas em situação de rua possuem um histórico de vida além das ruas. A rua não é o lugar de origem desses sujeitos, ela é resultado de diferentes emoções, práticas e relações.

As relações familiares também foram muito presentes na minha conversa com Jerônimo. Ele responsabilizou essas relações como o motivo de ir morar na rua.

Durante nossa conversa, ele falou muito da sua mãe, ele a perdeu ainda quando era criança por um erro médico. Segundo ele, o apêndice dela havia rompido e ninguém descobria o que tinha de errado com ela. Ele contou isso com revolta, percebia em seu olhar uma não aceitação de ter perdido a mãe assim por algo que ele dizia ser tão simples. Ele disse acreditar que sua vida teria sido muito diferente se ela ainda estivesse viva.

Disse que o velório foi na sua casa, mas que não entendia o que estava acontecendo. Só se deu conta quando colocaram a tampa do caixão, “eu era um menino, não sabia o que era aquilo”. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Quando começou a contar de seu pai, sua fisionomia mudou. O carinho e a saudade que estavam presentes em sua fala e na sua forma de gesticular foram interrompidos pela raiva e pelo ódio pelo pai.

Notei que assim que ele começou a falar do pai, seu corpo mudou. Antes estava relaxado, agora está tenso. Segundo ele, seu pai o “arrebentava”, batendo não só com as mãos, mas com qualquer objeto que tinha em sua frente. Já apanhou de ferro, de pá, e até com uma mesa de bar. Ele descreveu seu pai como uma “pessoa de coração duro que nunca desmontou afeto nem carinho”. Foi nesse momento, que ele começou a usar maconha, com 18 anos de idade.

Jerônimo não queria essa vida para ele e foi pedir ajuda da sua madrasta. Aqui, percebi que sua intimação mudou novamente, ele falou dela com a mesma entonação que falava de sua mãe. Disse que ela queria seu bem, ao contrário de seu pai que não aceitou internar o filho na época. A solução do seu pai foi lhe prender dentro de casa, até que um dia ele conseguiu escapar e fugir. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

A enunciação pedestre de Jerônimo começou a moldar seu novo cotidiano ao fugir de Sarandi, cidade vizinha, até Maringá. Neste momento, a cidade para ele era um refúgio, uma solução para seus problemas. Compreendo que embora alguns sujeitos não consigam se apropriar deste lugar devido às estratégias da organização, Jerônimo conseguiu essa apropriação de forma simbólica e emocional antes mesmo de ter um espaço físico “próprio”, ou seja, o espaço organizacional da cidade poder ser (re)criado antes da ocupação desses corpos pelas diferentes ruas e avenidas.

A criação física deste espaço aconteceu gradualmente, antes mesmo dele ir de fato morar nas ruas. Ele me contou que trabalhava na área de construção civil, e que conseguia esconder sua “identidade”. Já passou várias noites na rua e sempre indo trabalhar no dia seguinte, até não conseguir mais sustentar essa vida. Ele disse que às vezes saía do trabalho, e se via algum morador de rua consumindo droga ele se juntava a ele. Disse odiar ficar sozinho, que sempre gostou e ficava perto de pessoas, principalmente na rua.

O que me chamou à atenção foi que ele conseguiu levar duas vidas por algum tempo, entre a rua e seu trabalho. Perguntei mais sobre suas relações pessoais, ele disse que eram amigos de todos, que era conhecido. Odiava fumar sozinho, seu maior vício era a maconha. Costumava dormir na região da UEM, em até mesmo alguns prédios abandonados por lá. Uma relação que achei muito interessante foi a de um amigo que ele me contou, ele falava com muito carinho dele e de sua família. Esse amigo não é morador de rua e nunca esteve em alguma situação parecida. Conheceram-se na rua, pois, ele [o amigo] havia sido assaltado e espancado por um grupo de sete pessoas na Av. Colombo, disse que foi acordado por uma travesti e foi caminhando até a Vila, onde conheceu o Jerônimo e pediu um *baseado*. Ali, começou a amizade dos dois que dura até os dias de hoje. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

De acordo com Rezende e Coelho (2010), a amizade é concebida de forma subjetiva em meios de normas, práticas e valores culturalmente estabelecidos, ou seja, por se tratar de uma relação afetiva e emocional é necessário ter em mente seu contexto sociocultural (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990). No entanto, a amizade relatada por Jerônimo é pautada pela espontaneidade (REZENDE; COELHO, 2010), a prática emocional que ligou os dois foi a violência sofrida por seu amigo e sua afetividade pela droga. Essa relação poderia ser considerada efêmera e passageira; contudo, Jerônimo contou que em diversas vezes já dormiu na casa do amigo quando “as coisas ficaram muito feio para mim nas ruas [...] foram eles [o amigo e a mãe dele] que me fizeram voltar pra igreja, e acabei vindo aqui [...] eles me visitam às vezes” (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Jerônimo tem seis irmãos, e só mantém um pouco contato com as duas irmãs mais novas. Sua relação com o irmão mais velho foi abalada devido à morte de sua mãe. Ele disse

que brigaram e discutiriam quando ele, mais velho, descobriu o erro médico que causou a morte de sua mãe. Ele culpava o irmão por isso, pois, “ele deveria ter se imposto, ter feito algo”. O pouco contato com suas irmãs se justifica devido ao pouco tempo que uma delas tem, por trabalhar em um hospital da cidade, e porque “o vínculo não é tão forte”. Já a outra, que é professora, ele diz tentar manter distância por ela ter problemas de depressão e ansiedade, disse “não querer incomodar”.

Desta forma, podemos compreender como as práticas cotidianas possuem ligação com as práticas emocionais, a partir das maneiras de fazer e viver o cotidiano conseguimos estabelecer vínculos e relações com outros sujeitos. Apesar da rua não ser um local de moradia efetivo, ela passa a ser um espaço afetivo que liga e conecta as pessoas de diferentes classes sociais, e que pode constituir um novo tipo de família. As práticas emocionais podem tanto afastar quanto aproximar os sujeitos, e as mesmas sofrem influência do cotidiano em que elas vivem.

5.3.3 Intoxicada de amor

O relato de Paola é muito marcado pela dor e sofrimento de amar, não apenas uma pessoa, a bebida. Paola é uma mulher na faixa dos 35-40 anos que está em situação de rua há pouco tempo, segundo ela. Nosso “encontro” com ela ocorreu numa das avenidas principais da cidade aos domingos. Ela estava sentada na grama de uma praça, próxima a um carrinho de mercado, que guardava seus pertences.

Assim que oferecemos a marmita, ela pediu por ajuda. Dizia querer sair das ruas, que não queria mais beber e que havia sido abandonada, e que seu companheiro havia até levado o cachorro dela junto. Ela queria sair da rua e queria o cachorro de volta. No entanto, conforme fomos conversando e ela contando sua vida, nós ficamos sem reação. Como íamos ajudá-la, ainda mais em um domingo onde a cidade é parada? (DIÁRIO DE CAMPO, MARÇO DE 2019).

Na fala de Paola, a sua vontade de sair das ruas não era apenas por estar cansada de viver em situação de risco e vulnerabilidade. Era, pois, naquele momento o vínculo afetivo que ela tinha naquele lugar havia sido interrompido. A emoção do fim do até então relacionamento estava regendo suas artes de dizer (CERTEAU, 1998).

“Eu não quero mais ficar aqui. Ele me largou, disse que não me quer mais. Agora eu só tenho ela (a bebida), ela que é minha companheira fiel”. Quando perguntamos se sabia onde estava o companheiro dela, ela disse que sim, que “estava mais para lá” – algumas quadras de onde ela estava – “ele foi embora. Me largou aqui, eu quero meu cachorro”. (DIÁRIO DE CAMPO, MARÇO DE 2019).

Conforme nossa interação ia progredindo, ela começava a se abrir mais conosco. Neste contexto, podemos compreender como suas práticas emocionais constituem seu cotidiano e suas demais relações.

Ela nos entregou um número de telefone em um papel que estava em suas coisas. Nesse momento, ela se orgulhava de dizer que era da rua, mas não era porca. Era limpa, tomava banho, limpava suas coisas e que era organizada. O número de telefone era de uma filha dela que morava em Curitiba, mas que não sabia que sua mãe estava morando na rua. Ela queria falar com a filha, queria dizer que queria sair da rua. Ligamos. O número que ela tinha não era da filha dela. (DIÁRIO DE CAMPO, MARÇO DE 2019).

Podemos considerar que as práticas emocionais de Paola são formadas por vínculos afetivos frágeis, seja em relação com o seu companheiro ou com sua família. A única relação e vínculo afetivo duradoura que mantinha era com a bebida. Essa relação, inclusive, é um dos fatores que a faz permanecer ficar na rua.

Seu vínculo afetivo também foi fragilizado com seu cachorro, não por uma escolha dela, mas sim porque foi tomado dela. Assim como no caso de Janaína, percebemos uma ligação emocional entre Paola e seu cachorro, pois, sem ele agora ela estava “sozinha” (DIÁRIO DE CAMPO, MARÇO DE 2019). Neste sentido, podemos ver como o espaço organizacional da cidade também se forma a partir de pequenas disputas políticas dos sujeitos comuns.

Ao não conseguirmos falar com sua filha, ficamos sem saber o que fazer. Ela queria ser internada, de qualquer jeito. Fizemos o que estava ao nosso alcance.

Ligamos para os órgãos da prefeitura para ver se eles podiam acolher ela, disseram que não. Ligamos para o hospital municipal, pois, ela queria ser internada, disseram que só podem ir quando a pessoa demonstrar risco para si ou outras pessoas. Uma das voluntárias do dia, Heloísa, trabalha no ministério público, e disse que realmente de domingo não consegue fazer nada. Apenas na segunda-feira, só que a Paola teria que ir lá pessoalmente. Isso nos deixou preocupados, como que a cidade só pode fazer algo em dias úteis? As pessoas estão em situação de rua todos os dias, não existe final de semana para elas. Por fim, conseguimos falar com o SAMU que disse que iria até o local para tentar ajuda-la, mas sem alguma previsão de horário. Ficamos por mais de uma hora esperando, ligamos de novo. Eles disseram que iriam, mas não era uma emergência, então não era imediato. Ficamos por mais um tempo e nada. Fomos embora, e Daniela concordou de passar lá final da tarde ver como Paola estava. (DIÁRIO DE CAMPO, MARÇO DE 2019).

Neste momento, podemos compreender como a cidade enquanto uma organização trabalha em moldes burocráticos, cumprindo horários semanais. Além disso, podemos compreender como a interação emo-social de Paola com a cidade, artefatos, não-humanos

moldam seu cotidiano. Sua interação conosco naquele dia fez com que modificássemos nosso trajeto urbano e nossas práticas de organização, mobilizando-nos a falar com alguma autoridade ou órgão público que pudesse auxiliá-la.

Enquanto à Paola, em outra ação da OER avistamo-la na rua. Para nossa surpresa, ela estava junto com seu marido, o cachorro e o Rodrigo.

Hoje nos deparamos com a Paola novamente. Ela estava pedindo doação de roupa próximo à rodoviária. Estava um dia fresquinho. Ficamos muito surpreso quando a vimos com o companheiro e o cachorro. Ela disse que estava bem, apenas pediu a doação de roupa. Disse que se acertou com o marido. O Rodrigo estava junto com eles. Enquanto ela pedia doação de roupa, ele e o marido de Paola estavam procurando recicláveis para conseguir trocar. Desde nosso último encontro, ele disse que estava melhorando, mas estava atrás da irmã dele que “roubou” seus documentos e não quer devolvê-los para ele não ter parte da herança de sua mãe. Ele me disse que agora estava andando com a Paola e o marido e que passavam a noite no lugar de sempre, que devíamos ir lá uma hora. (DIÁRIO DE CAMPO, ABRIL DE 2019).

São esses tipos de interações sociais, físicas e simbólicas que retiram o termo funcionalístico de lugar à cidade (CERTEAU, 1998), imprimindo e formando um espaço organizacional. Além disso, este espaço também ajuda a formar relações emo-sociais dos sujeitos em situação de rua e seus pares, seja pelo vínculo afetivo como foi o caso de Rodrigo e Juliana, ou por necessidade conforme a nova relação que Rodrigo se encontra.

5.3.4 A rua faz parte de mim, mas eu não faço parte da rua

Em algumas entrevistas que realizei durante esta pesquisa, algumas das pessoas em situação de rua, principalmente aquelas que estavam em alguma instituição de auxílio se demonstraram contra a identificação de estar em situação de rua. Fabiano, por exemplo, foi um desses sujeitos. Minha entrevista com ele aconteceu em uma das instituições de apoio que visitei junto ao Observatório das Metrôpoles.

Ele estava nesse local há sete meses, mas não se considera em situação de rua, assim como João me evidenciou: “eu não sou morador de rua, fiquei nas ruas poucas vezes só” (JOÃO, DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018). A quantidade de dias que se fica na rua parece influenciar como esses sujeitos se classificam e se identificam, algo muito presente na fala de Fabiano e também discutido por Snow e Anderson (1987) como uma maneira de auto distanciamento.

Percebi que Fabiano não estava muito à vontade com a presença do Observatório ali para realizar as entrevistas, tampouco com a minha. A Instituição “obrigou” as pessoas que estavam ali a falarem conosco, claro que eles podiam recusar. Mas não me pareceu que o pastor responsável pelo local deu essa opção para eles. Em parte, também percebo a relutância de conversar comigo porque ele não se considera e nunca se considerou em situação de rua. Ele me contou que ficou por cerca de vinte dias morando nas ruas de Maringá, porque não tinha mais dinheiro para alugar um quarto de hotel para dormir. Na época, ele disse que ficava na rodoviária da cidade, inclusive fazia uso daquele lugar para assistir televisão de madrugada sentado nos bancos.

Esse período de tempo não o classifica como em situação de rua, segundo ele. No entanto, fico pensando se ele não estivesse aqui, onde ele estaria? Ela não possui proximidade com sua família que mora numa cidade vizinha, disse também não querer contato que ele nunca teve ninguém na vida. [...]

Durante seu tempo na rua, ele revelou que preferiu ficar sozinho, porque “para andar comigo tem que ser bom, tem que ser malandro”. [...]

Quase no final da entrevista, ele revela sua relutância em falar comigo de forma direta: “ninguém nunca vai saber que eu sou da rua porque tenho porte, uso boas roupas, passo perfume”. No final, ele encerrou com uma pergunta: “sabe o que nunca acaba no mundo?” Eu respondi que não, ele me contou: “trouxa e formiga”. Dei risada, mas fiquei pensando que se para ele eu era o trouxa ou a formiga? (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

A sua não identificação como uma pessoa em situação de rua acaba permeando suas demais relações em seu cotidiano. Ele mantinha uma distancia significativa dos outros sujeitos que ali estavam. Em determinado momento, ele contou que a instituição realizou um torneio de futebol para todos participarem. Ele não quis participar, contou-me que apenas assistia aos jogos e ajudava levando água para os jogadores.

Suas práticas emocionais eram mantidas pelo distanciamento do seu “eu” com o “outro”, é como se estar ali tirasse dele a identidade de ser “esperto e malandro”. Snow e Anderson (1993) apontam que as pessoas em situação de rua lidam com dois tipos de identidade: a social e a pessoal. A identidade social é aquela imposta pela sociedade, que pode ou não ser aceita pelo sujeito. Já a pessoal é quando a própria pessoa atribui significado a si mesmo, segundo os autores.

Neste sentido, podemos compreender que alguns desses sujeitos rejeitam as imposições da sociedade, em especial de serem “moradores de rua”. O mesmo pode ser observado na narrativa acerca da religião que esses sujeitos dizem nesses lugares. A religião, neste caso evangélica, se torna uma tática de sobrevivência e aceitação.

Snow e Anderson (1987, p. 1348) elaboram que “quando os indivíduos precisam desempenhar papéis, associar-se a outros ou utilizar instituições que impliquem identidades sociais inconsistentes com suas auto concepções reais ou desejadas, eles podem tentar se

distanciar desses papéis, associações e instituições”. No caso de Fabiano, sua não identificação.

Essa questão também foi elaborada por Jerônimo, que estava na mesma instituição de Fabiano. Ele contou que ali eles não podem trabalhar e nem estudar por pelo menos nove meses, eles não podem sair da instituição por “medo de que voltem a usar alguma substância na rua” (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018). Contudo, esse medo não se caracteriza apenas pelas vidas dessas pessoas, as instituições de auxílio também são permeadas e constituídas de práticas emocionais.

Essas práticas estão imbricadas no contexto religioso, sendo que em diversas entrevistas várias pessoas disseram ser de determinada religião no momento presente. De forma tática, eles se “convertem” para receber ajuda. Além disso, as práticas emocionais das instituições caracterizam-se como uma estratégia a fim de manter o controle dos corpos e identidades desses sujeitos comuns. Silenciar ou impedir o campo de possibilidades de ação é uma das características das práticas estratégicas, visto que elas têm por objetivo determinar e não reconhecer o outro (CERTEAU, 1998).

Jerônimo contou que na instituição que ele estava eles eram “obrigados” a pagar um valor caso conseguissem algum benefício do governo. Se algum deles conseguirem algum auxílio doença, saque do fundo de garantia, ou algo assim, eles precisam dar 30% para a instituição, “para o pastor”, para poder custear o tratamento deles. Fiquei intrigado e indignado com isso, Jerônimo também acha um absurdo, “estão tirando de quem não tem nada”. Enquanto ao tratamento que eles recebem, é apenas religioso e com acompanhamento psicológico. O curioso é que essa mesma instituição estava sem psicólogos fazia alguns meses. A solução para o problema dessas pessoas que vão desde as drogas até relações familiares complexas era apenas a reza. (DIÁRIO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2018).

Após este relato, procurei saber mais sobre as instituições pelos sujeitos que estava entrevistando. Embora essa tenha sido a única a cobrar monetariamente um retorno de seus moradores, as demais também exercem um controle sobre seus ocupantes. É esperado deles um “comportamento exemplar”, que é apenas alcançável a partir da reza. Essa característica entra em conflito com as subjetividades de cada sujeito fazendo com que suas práticas cotidianas e emocionais mudem de acordo com o texto.

Isso foi reparado enquanto estava com a Organização da ação social. Em diversas ocasiões perguntavam-nos de qual religião e igreja éramos para que eles conseguissem moldar suas falas conosco. Neste sentido, compreendo que recorrentemente a religião, para alguns daqueles que ainda estão em situação de rua, já deixou de ser uma tática e se tornou a “arte do esperto”. O silenciamento era direcionado a nós para eles conseguirem o que queriam, essas

práticas dão forma e vida ao conceito de cidade, silenciando a criação de um lugar anônimo e universal (CERTEAU, 1998).

Ademais, ao considerarmos que as cidades são organizações sociais sem um limite delimitado (SCHATZKI, 2006; SARAIVA; CARRIERI, 2012), notamos que as práticas estratégicas impostas pelos organizadores políticos da cidade entram em conflito com o sentimento de pertencimento desses sujeitos. “Eu não sou *da* rua”, (RENATO, DIÁRIO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2018), mas ele é da e está na cidade.

Esse “ser da rua” invoca uma estigmatização e tipificação dessas pessoas. Embora o sentimento de pertencimento à cidade estejam neles, eles buscam aproximação e aceitação de outros grupos sociais. Neste contexto, percebemos porque as emoções não podem ser consideradas como anterior à racionalidade (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990), e a necessidade de se colocar no lugar do “outro” e entender seu local de fala (CLIFFORD, 2011). A partir disso é possível compreender suas práticas cotidianas, tanto espaciais quanto de organização, nas cidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu objetivo nesta dissertação foi discutir como as práticas emocionais e de organização dos sujeitos comuns configuram e constituem o espaço organizacional da cidade. A partir da aproximação teórica dos EBP, especialmente das práticas cotidianas de Michel de Certeau, e dos estudos antropológicos contextualista sobre emoção de Lutz e Abu-Lughod, foi possível compreender como as emoções estão inseridas no cotidiano organizacional da cidade.

Ao tratarmos a cidade como uma organização complexa conseguimos analisar os diferentes modos de vida e os diferentes sujeitos neste lugar, inclusive aqueles que tendem a ser ocultados no dia-a-dia. Ao analisar a cidade como uma organização que acontece a partir de um arranjo de práticas, que entendo como artes de fazer (SCHATZKI, 2006; CERTEAU, 1998), conseguimos retirar a reificação funcionalista sobre este lugar.

Ao falar de práticas, Michel de Certeau (1998) aposta no seu “homem-ordinário”, ele que tanto sofre, mas que de alguma maneira táctica consegue subverter as diversidades e oposições do seu cotidiano. No entanto, conforme analisado em campo isso não acontece de maneira simples ou fácil. A subversão táctica apenas é possível porque há uma interação do sujeito tanto com o espaço quanto com a sociedade, e essa interação é permeada por diversas emoções.

Deste modo, é necessário avançarmos no rompimento da dicotomia emoção-razão nos Estudos Organizacionais. As emoções não são inimigas da gestão e de modos de gerenciamento. As práticas não são referentes apenas ao que fazemos, elas também dizem respeito ao que sentimos. Desta forma, defendo que as práticas devem ser compreendidas em três dimensões simultâneas: cotidiano, socioespacial e emo-social.

Meu interesse não foi compreender a cidade como meu objeto de pesquisa, pois, isso acabaria por continuar a reificação de que ela é maior que seus habitantes. A cidade é tão grande quanto eles. O interesse, aqui, foi em compreender as três dimensões das práticas de sujeitos comuns que tendem a não ser estudados no campo dos EOR, um grupo de ação voluntária e a população em situação de rua.

Assim como a cidade, este grupo também pode ser considerado uma organização, pois acontece por meio de diferentes práticas, desde a arte de cozinhar, que envolve diversas outras artes, até a prática emocional que promove uma ligação e conexão com a cidade e com a população em situação de rua. Isso demonstra a complexidade de pensarmos em organizações que existem dentro de outras, e que embora elas não tenham a mesma funcionalidade e

interesses, elas acabam se interligando em determinado espaço-tempo. Desta forma, os EBP ajudam a compreender que as práticas são interligadas e reintegradas social e materialmente (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). As organizações, desta forma, acontecem e se conectam a partir de práticas cotidianas e emocionais dos sujeitos comuns e dos agentes controladores.

Essa compreensão foi possível devido ao método etnográfico adotado nesta pesquisa, que consiste no “estar lá” e na interação com o “outro” (CLIFFORD, 2011; CERTEAU, 1998). Para compreendermos as maneiras de fazer é necessário que acompanhem, engajemos e participemos do cotidiano dos sujeitos de pesquisa. Foi esse engajamento, tanto com a OER quanto com as pessoas em situação de rua, que permitiu que eu, primeiramente, sentisse as emoções presentes em diferentes relacionamentos.

Além de vivenciarmos e sentir as emoções, é necessário que prestemos atenção nos relatos cotidianos dos sujeitos comuns (LUTZ, 1988; LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990). As emoções e seus relatos e narrativas expõem características que não podem ser captadas ao vivo pelo pesquisador, elas apresentam um contexto social, histórico e cultural. As emoções fazem parte de nosso cotidiano e, conseqüentemente, de nossas práticas. No entanto, mais do que apenas ser uma característica ou uma dimensão das práticas cotidianas, as emoções são uma prática por si só.

Nos EOR o espaço organizacional foi discutido por Figueiredo e Cavedon (2012, p. 23) como sendo sujeito às apropriações físicas e simbólicas, e “condicionad[o] pela relação econômica de consumo que justifica sua existência, mas também sofre a influência dos grupos sociais que circulam pela cidade”. Contudo, assim como Michel de Certeau, as autoras não concebem a relação emocional presente neste espaço. O espaço apenas existe após a apropriação física, simbólica e emocional do lugar pré-concebido. Neste sentido, o espaço organizacional da cidade muda constantemente, pois, é dependente das práticas estratégicas e táticas de seus habitantes. Sem elas, a cidade permaneceria um conceito de lugar universal e anônimo, conforme criticado por Certeau (1998).

Foi a partir destas apropriações realizadas por mim e pela OER, bem como pela população em situação de rua, que configuramos o espaço organizacional de Maringá. Logo, há importância de alinharmos metodologias, como a etnografia, com pessoas que estão à margem da sociedade e com tipos de organizações que fogem do sinônimo empresarial. Este campo de estudo, relativamente novo na Administração, se demonstra ser riquíssimo, não somente pelas novas formas de organização da vida social e suas artes de fazer cotidianas, mas pela maneira complexa que isso ocorre. Assim, é interessante e necessário um acompanhamento e engajamento de perto por parte do pesquisador para captar as nuances do

que é o cotidiano do outro e compreender que o cotidiano não é imutável, nós o (re)transformamos continuamente.

A contribuição deste trabalho é a compreensão de que o cotidiano citadino é organizado por movimentos de inclusão e exclusão social, que são articulados por inúmeras práticas. As práticas inferem na constituição e construção de um espaço próprio e coletivo, que inferem em relações com diferentes pessoas, objetos, artefatos e não-humanos. Este trabalho propõe um olhar social sob as emoções, não como algo a ser controlado, gerenciado ou até mesmo combatido. As emoções não fazem apenas parte do cotidiano como algo *a priori*, elas constituem o cotidiano e são inerentes de cada sujeito. As emoções estão e são presentes em nossas maneiras de interação e de relações com o outro e com o espaço, as práticas emocionais, portanto, são mediadoras entre as interações sociais e espaciais.

Ao mediar as interações sociais e espaciais nos espaços organizacionais, as práticas emocionais podem ser consideradas como emo-sociais. Isso porque elas não se constituem como opostas à razão, tão pouco têm um caráter impulsivo, conforme muitas vezes as emoções são consideradas no senso comum. As emoções são construídas social e culturalmente, levando em consideração seu contexto histórico, bem como um espaço-tempo. Desta forma, as práticas emocionais são interligadas por nossas diferentes relações com a sociedade e com as práticas de organização, constituindo, assim, a (re)criação de nosso cotidiano e o “acontecimento” das organizações a partir de uma dinâmica emo-social.

REFERÊNCIAS

- ABAL, Y. S.; GUGELMIN, S. A. Aproximações etnográficas em territórios marginais: As cenas abertas de uso do crack em Cuiabá. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 178-194, 2019.
- AGUIAR, A. R. C.; CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M. The wonderful, magnanimous, spectacular and possible world of traveling circuses in Brazil. **BAR. Brazilian Administration Review**, v. 13, n. 3, p. 1-19, 2016.
- ÁLVAREZ, M. I. F. Além da racionalidade: o estudo das emoções como práticas políticas. **Maná**, v. 17, n. 1, p. 41-68, 2011.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Perfil** – Maringá, PR. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4313#habitacao>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- BISCOTTO, P. R. et al. Understanding of the life experience of homeless women. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 749-755, 2016.
- BISPO, M. S. Methodological Reflections on Practice-Based Research in Organization Studies. **BAR, Braz. Adverm. Rev.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 309-323, Sept. 2015.
- BRANNAN, M. J. Researching emotions and the emotions of researching: The strange case of alexithymia in reflexive research. **International Journal of Work Organisation and Emotion**, v. 3/4, n. 3/4, p. 322–339, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2009.
- BUCHANAN, I. Heterophenomenology, or de Certeau's theory of space. **Social Semiotics**, v. 6, n. 1, p. 111-132, 1996.
- BUCHANAN, I. **Michel de Certeau: cultural theorist**. Londres: Sage, 2000.
- CABANA, R. D. P. L.; ICHIKAWA, E. Y. As Identidades Fragmentadas no Cotidiano da Feira do Produtor de Maringá. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017.
- CAMPOS, M. D. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicastécnicas e práticaspráticas? In: AMOROZO, M. C. de M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Orgs.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, p. 47-92, 2002.
- CAVEDON, N. R. Método etnográfico: da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, E. M. de. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Dados eletrônicos. Vitória, EDUFES, p. 65-90, 2014,
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano, 2**. Morar, cozinhar. 4ª ed. Petrópolis: Artes de Fazer, 2002.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. A antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o Movimento Quarteirão do Soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 34-46, 2013.

COSTA, D. L. R. **A rua em movimento** – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia –Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COURPASSON, D. The Politics of Everyday. **Organization Studies**, v. 38, n. 6, p. 843-859, 2017.

CUNHA, J. G. da. **Pessoas em situação de rua e seus cães**: fragmentos de união em histórias de fragmentação. 2015. 205p. Dissertação – Mestrado em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo.

DEWALT, K. M.; DEWALT, B. R. **Participant observation**: a guide for fieldworkers. Toronto: Altamira Press, 2011.

DUFF, C. On the Role of Affect and Practice in the Production of Place. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 28, n. 5, p. 881–895, Oct, 2010.

DURHAM, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17-37, 1986.

DUTTON, J. E.; DUKERICH, J. M. Keeping an eye on the mirror: image and identity in organization adaptation. **Academy of Management Journal**, Texas, v. 34, n. 3, p. 517-554, sept. 1991.

EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. Participant Observation and Field Notes. In: ATKINSON, P.; DELAMONT, S.; COFEY, A.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. (Orgs.). **Handbook of Ethnography**. London: Sage, 2007.

FARIA, A. M.; SILVA, A. R. L. Estudos Organizacionais Baseados em Michel de Certeau: A Produção Internacional entre 2006 E 2015. **Revista Alcance**, v. 24, n. 2, p. 209-226, 2017.

FELDMAN. M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, Sept. /Oct, 2011

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 227-253, 2012.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: Inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia – Cidade puzzle. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

FLORES-PEREIRA, M. T.; CAVEDON, N. R. Cozinhando as dimensões de estudo dos artefatos organizacionais com novos ingredientes: emoção e *embodiment*. In: **ENCONTRO**

DA DIVISÃO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD – EnEO, 6.; 2010, Florianópolis. I Anais... Rio de Janeiro: AnPAD, p. 1-16, 2010.

FONTANA, A.; FREY, J. The interview: from neutral stance to political involvement. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Research: Third Edition**. London: Sage, p. 695-727, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, p. 179-191, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, B. L.; OLIVEIRA, J. S. As práticas de constituição dos espaços organizacionais e dos espaços das cidades: contribuições de Michel de Certeau aos Estudos Organizacionais. In: **IV CBEQ**, Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. 2016. Disponível em: <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/24>>.

FRANCO, B. L.; OLIVEIRA, J. S. Práticas organizativas e Antropologia do Direito no Campo da Cultura: Compreendendo a Organização do Furró Pé de Serra na Luta pelos Direitos à cidade em Brasília, Distrito Federal. In: **XLI Encontro da ANPAD – EnANPAD 2017**.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1 ed. 13. reimpr. 323p. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GILMORE, S.; KENNY, K. Work-Worlds Colliding: Self-Reflexivity, Power and Emotion in Organizational Ethnography. **Human Relations**, v. 68, n. 1, p. 55–78, 2015.

GOUVÊA, J. B.; ICHIKAWA, E. Y. Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do oeste do Paraná. **Gestão & Conexões**, v. 4, n. 1, p. 68-90, 2015.

HJORTH, D. Organizational Entrepreneurship: With de Certeau on Creating Heterotopias (or Spaces for Play). **Journal of Management Inquiry**, v. 14, n. 4, p. 386–398, Dec., 2005.

HOFFMAN, L.; COFFEY, B. Dignity and Indignation: How People Experiencing Homelessness View Services and Providers. **Social Science Journal**, v. 45, n. 2, p. 207-222, 2008.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, p. 158-186, 2016.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S.; SILVA, E. R. A Construção Social da Ordem e da Subversão nos Discursos da (e sobre a) População em Situação de Rua de Belo Horizonte. **Revista Organizações em Contexto**, v. 13, n. 26, p. 339-383, 2017.

HONORATO, B. E. F. **Ordem e subversão nas cidades: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte**. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Administração) –

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **TD 2246** – Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819>. Acesso em: 03 out. 2018.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura das cidades e seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, 2010.

JOHNSON, M. **The Meaning of the Body**. Chicago: University of Chicago Press. 2007.

KNOX, H. Cities and organisation: The information city and urban form. **Culture and Organization**, v. 16, n. 3, p. 185-195, 2010.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014.

KUNZ; G. S. **Os Modos de Vida da População em Situação de Rua**: Narrativas de Andanças nas Ruas de Vitória/ES. 133p. 2012. Dissertação – Mestrado em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo.

LACERDA, T. F. **Bioética e diversidade**: condições de saúde da população adulta em situação de rua do Distrito Federal. 2012. 144 f., il. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LATOUR, B. Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts. In: Wiebe E. Bijker; John Law (eds.). **Shaping technology/building society**: studies in sociotechnical change. Cambridge: The MIT Press, p. 225-58, 1992.

LE BRETON, D. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Trad. Luís Alberto Salton Peretti. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

LEITE, R. P. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

LUTZ, C. Antropologia com emoção. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 213-224, Apr. 2012.

LUTZ, C. **Unnatural Emotions**: Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll and Their Challenge to Western Theory. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, L. **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

LUTZ, C.; WHITE, G. **The anthropology of emotions**. *Annual Review of Anthropology*, n. 15, p. 405-36, 1986.

- LYON, M. L. Missing emotion: the limitations of cultural constructionism in the study of emotion. **Cultural Anthropology**, vol. 10, n. 2, p.244-263, 1995.
- MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. esp, p. p. 171-181, 2004.
- MACROPLAN. **Cidades do Brasil** – 100 melhores cidades do Brasil. Disponível em: <<https://www.macroplan.com.br/category/cidades-do-brasil/>>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografiaver urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, junho, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril Cultural, p. 17-38, 1978.
- MARINS, S. R.; IPIRANGA, A. S. R. O organizar ampliado de práticas cotidianas. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 09, p. 148-204, 2017.
- MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58. Ago. 2004.
- MCMURTRIE, R. J. Feeling Space Dynamically: Variable Interpersonal Meanings in High-Rise Apartment Complexes. **Visual Communication**, v. 11, n. 4, p. 511–534, 2012.
- MELO, A. S. D. Belo Horizonte e os moradores de rua: reinserção ou limpeza? **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 327-349, 2015.
- MENDES, M. V. B. **Os moradores de rua e suas trajetórias: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007.
- MIETTINEN, R. et al. Re-turn to practice: an introductory essay. **Organization Studies**, v. 30, n. 12, p. 1309-1327, 2009.
- MUNRO, I.; JORDAN, S. ‘Living Space’ at the Edinburgh Festival Fringe: Spatial tactics and the politics of smooth space. **Human Relations**, v. 66, n. 11, p. 1497–1525, 2013.
- MURPHY, M. A. Dwelling Together: Observable Traces and Controls in Residential Urban Spaces. **Space and Culture**, v. 20, n. 1, p. 4–23, 2017.
- NEVES, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. **Antropolítica**, n. 29, p. 99-130, 2010.
- NICKSON, D.; KORCZYNSKI, M. Editorial: aesthetic labour, emotional labour and masculinity. **Gender, Work and Organization**, v. 16, n. 3, p. 291-299, 2009.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES NÚCLEO UEM/MARINGÁ. **Pesquisa Pessoas em Situação de Rua em Maringá-PR: Descontruindo a Invisibilidade**. 2018. Disponível em:

<<https://drive.google.com/drive/folders/1Bh30a9gIcPSGzW4ZfqF101uO26OILLRJ>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES NÚCLEO UEM/MARINGÁ. **Pesquisa Pessoas em Situação de Rua em Maringá-PR**: Desconstruindo a Invisibilidade – Relatório comparativo 2015, 2016, 2017, 2018, 2019. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio-2015_a_2019.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

OLIVEIRA, J. S. Práticas Organizativas e Emoções: Contribuições para as Pesquisas sobre Organizações Culturais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 52-68, 2016.

OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 156-168, 2013.

ORTNER, S. B. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; E FRY, P. (orgs.). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, p. 19-44, 2006.

PALOMBINI, L. L. Os moradores de rua e sua relação com o espaço urbano. **Para Onde!?**, v. 7, n. 2, p. 47-56, 2014.

REYNAUD, A. T. J. Migrants' Accounts of Rio: The Contribution of Affect to Remembering Place. **Space and Culture**, v. 7, n. 1, p. 9–19, 2004.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 136p.

REZENDE, L.; OLIVEIRA, J. S.; ADORNO, E. C. L. M. Compreendendo o Corpo a partir das Práticas de Organização: Etnografia de uma Organização Artesanal. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 35-53, mar. 2018. ISSN 1677-7387. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2447>>.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala**. São Paulo: Letramento, 2017.

RIGOTTO, R. M.; MACIEL, R. H. M.; BORSOI, I. C. F. Produtividade, pressão e humilhação no trabalho: os trabalhadores e as novas fábricas de calçados no Ceará. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 217-228, 2010.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **RUA**, v. 9, n. 1, p. 101-127, 2015.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. 2004. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

- RODRIGUES, A. L.; SOUZA, P. R. Maringá: a ordem urbana na região metropolitana de Maringá: planejamento que produz segregação. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Marcelo Gomes Ribeiro. (Org.). **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2018, v. 1, p. 369-393.
- RODRIGUES, F. S.; ICHIKAWA, E. Y. O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 97-112, 2015.
- ROGERS, L. E. 'Helping the Helpless Help Themselves': How Volunteers and Employees Create a Moral Identity While Sustaining Symbolic Boundaries within a Homeless Shelter. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 46, n. 2, p. 230–260, 2017.
- ROSA, M.; OREY, D. C. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n.04, p. 865-879, out/dez, 2012.
- ROSSONI, L.; MACHADO-DA-SILVA, C. Institucionalismo organizacional e práticas de Governança Corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. n.spe, p. 173-198, 2010.
- SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. n. 16, p. 31-49, 2001.
- SANDBERG, J.; DALL'ALBA, G. Returning to practice anew: a life- world perspective. **Organization Studies**, v. 30, n. 12, p. 1349-1368, 2009.
- SANTOS, E.; FONTENELLE, I. A Construção de Sentido para o Trabalho Emocional. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 20, n. 1, p. 1-28, 2019.
- SANTOS, L. L. S.; ALCADIPANI, R. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 79-98, 2015.
- SANTOS, L. T. D.; SOARES, F. M. A. Práticas de controle físico e simbólico no centro de Belo Horizonte. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 11, p. 1578-1626, 2017.
- SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-Cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. In: **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 547-576, 2012.
- SCHATZKI, T. R. On Organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.
- SCHATZKI, T. R. **Social practice: a wittgensteinian approach to human activity and the social**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SCHATZKI, T. R. The Sites of Organizations. **Organization Studies**. v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.
- SILVA, T. L. A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. **Antropolítica**, n. 29, p. 131-149, 2010.

SNOW, D. A.; ANDERSON, L. **Down on their luck: a study of homeless street people.** Berkeley: University of California Press, 1993.

SNOW, D. A.; ANDERSON, L. Identity Work Among the Homeless: The Verbal Construction and Avowal of Personal Identities. **American Journal of Sociology**, v. 92, n. 6, p. 1336-1371, 1987.

SNOW, D. A.; MULCAHY, M. Space, Politics, and the Survival Strategies of the Homeless. **American Behavioral Scientist**, v. 45, n. 1, p. 149–169, Sept, 2001.

TAYLOR, S.; SPICER, A. Time for space: A narrative review of research on organizational spaces. **International Journal of Management Reviews**, v. 9, n. 4, p. 325–346, 2007.

THANEM, T. All Talk and No Movement? Homeless Coping and Resistance to Urban Planning. **Organization**, v. 19, n. 4, p. 441–460, 2012.

TURETA, C.; ARAUJO, B. F. V. B. Escolas de Samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, p. 111-129, 2013.

ULUS, E. Workplace Emotions in Postcolonial Spaces: Enduring Legacies, Ambivalence, and Subversion. **Organization**, v. 22, n. 6, p. 890–908, 2014.

WHITE, G. Emotive Institutions. In: CASEY, C.; EDGERTON, R. B. (Orgs.). **A Companion to Psychological Anthropology: Modernity and Psychocultural Change.** London: Blackwell, p. 241-254, 2007.

WHITTINGTON, R. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, v. 27, n. 5, p. 613-634, 2006.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1967.

YILMAZ, G. G. Tactics in Daily Life Practices and Different forms of Resistance: The Case of Turks in Germany. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 82, p. 66-73, 2013.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS CONVERSAS INFORMAIS

Ação Social

1. Como vocês surgiram?
2. Como é o cotidiano da ação?
3. O porquê dos ingredientes
4. O porquê do local para cozinhar
5. Aceitação de novos integrantes
6. Os locais de distribuição de alimento
7. A relação com os sujeitos em situação de rua

Pessoas em Situação de Rua

1. Como é o cotidiano?
2. Relação com o trabalho
3. Lugares que circulam – como escolhem esses lugares?
4. Relação com a cidade como um todo
5. Relação com as pessoas (família, outras pessoas em situação de rua, sociedade em geral)
6. Fazer amizade na rua
7. Relações amorosas

**ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS DA PESQUISA DO
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES DE MARINGÁ, PR, DE 2018.**



Universidade Estadual de Maringá.
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

**PESQUISA MUNICIPAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
MARINGÁ-PR – QUESTIONÁRIO**

Local: Rua/Av. _____
Entidade: _____
Entrevistador: _____
Data: ____ / ____ / 2018.

Abordar a pessoa com respeito e atenção, pedir licença para conversar com ela, explicar que o objetivo da pesquisa é conhecer um pouco mais do perfil das pessoas em situação de rua em Maringá e objetiva apenas ajudar. Nenhuma informação será usada contra ele(a). Esclarecer que todas as informações repassadas serão mantidas no mais absoluto sigilo.

Perguntar se a pessoa já respondeu este questionário antes. Caso a resposta seja positiva, não aplicar novamente.

O entrevistador deverá manter o máximo de atenção e respeito às pessoas situação de rua, ouvindo-as e valorizando o que têm para contar. Ao final da aplicação dos questionários, o entrevistador deverá produzir um relatório qualitativo relatando a sua experiência de pesquisa, como foi a abordagem e a disposição de resposta dos diferentes entrevistados, quais lugares acessou para realizar a entrevista e comentários significativos elaborados pelos entrevistados e por qualquer motivo não contemplados no questionário.

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL

1 – Qual é o seu nome ou apelido? (só o primeiro nome é suficiente – caso a pessoa prefira não informar o nome, prosseguir)	R: _____
2 – Onde você vive? (conversar com a pessoa para identificar-se ela está em situação de rua–o principal critério para tal definição é se ela tem moradia fixa domiciliar ou não)	1.() Está em situação de rua 2.() Está domiciliado 3.() Está em alguma instituição. Qual? _____
3 – Onde você costuma dormir?	1.() Calçadas 2.() Viadutos/pontilhão 3.() Marquises 4.() Praças 5.() Casas abandonadas 6.() Pensão/hotel 7.() Casa de passagem (antigo albergue) 8.() Outros: _____
4 – Há quanto tempo você está em situação de rua? (é possível que o entrevistado alterne períodos na rua e outros domiciliado, anotar o tempo total desde a primeira vez que a entrevistado esteve em situação de rua)	Resp: _____
5 – Qual a sua idade?	Resp: 5 _____
5.1 – Qual sua data de nascimento?	Resp: 5.1 ____ / ____ / ____
6 – Sexo? (O entrevistador mesmo anota o sexo)	1.() Masculino 2.() Feminino
7 – Identidade de gênero	1.() Masculino 2.() Feminino 3.() Travesti 4.() Transexual

<p>8 – Estado Civil?</p>	<p>1. () Casado 2. () Separado/divorciado 3. () Solteiro 4. () Viúvo 5. () União Estável (Amasiado, companheirismo) 6. () Outros _____</p>
<p>9 – Qual a sua cor/raça?</p>	<p>1. () Preta 2. () Parda 3. () Branca 4. () Amarela 5. () Outra _____</p>
<p>10 – Qual a sua religião? (anotar todas que ele/ela declarar)</p>	<p>1. () Candomblé 2. () Umbanda 3. () Espírita 4. () Católico 5. () Evangélico 6. () Sem religião 7. () Outro _____</p>
<p>11 – Qual a sua escolaridade? (entrevistador pergunta até que série o entrevistado estudou e marque a alternativa correspondente)</p>	<p>1. () Sem escolaridade 2. () Fundamental incompleto 3. () Fundamental completo 4. () Ensino médio incompleto 5. () Ensino médio completo 6. () Curso técnico 7. () Ensino superior incompleto 8. () Ensino superior completo 9. () Pós-graduação Anotações: _____</p>
<p>12 – Quais documentos possui? (múltipla escolha - entrevistado marca os documentos e anote nas observações as causas das perdas, se for o caso)</p>	<p>1. () RG 2. () CPF 3. () Certidão de nascimento 4. () Certificado de Reservista 5. () Carteira de Trabalho 6. () Título de Eleitor 7. () Passaporte 8. () Certidão de Casamento 9. () Certidão de união estável Observações _____</p>

BLOCO 2 – TRAJETÓRIA E FAMÍLIA

<p>13 – Quais as razões para estar em situação de rua/o que te levou para a rua? (múltipla escolha)?</p>	<p>1.() Desemprego 2.() Desentendimento com familiares 3.() Violência Familiar 4.() Dependência química 5.() Busca de Liberdade 6.() Opção própria 7.() Decepção 8.() Perda de moradia 9.() Separação 10.() Orientação Sexual 11.() Os pais moravam na rua e já nasceu nela 12.() Abandono na infância 13.() Outro _____</p>
<p>14 – Qual a sua cidade e/ou estado de origem?</p>	<p>Resp: _____ Caso a resposta seja que sempre morou em Maringá, pular para a questão 17.</p>
<p>15 – Por quais razões saiu de sua região de origem? (múltipla escolha)</p>	<p>1.() Em busca de trabalho 2.() Busca de tratamentos 3.() desentendimento com familiares 4.() Afastamento de companhias indesejadas 5.() Insatisfação pessoal 6.() Separação, divórcio, 7.() viuvez 8.() Curiosidade e/ou vontade de conhecer outros lugares e pessoas 9.() Em Maringá é mais fácil para um “morador de rua” sobreviver do que em minha cidade de origem 10.() Outro _____</p>
<p>16 – No caso de ser trecheiro/andarilho/viajante, quais cidades/estados do Brasil ou fora do Brasil conheceu ou percorreu?</p>	<p>Resp: _____</p>
<p>17 – Você tem filho (s)?</p>	<p>1.() Sim 2.() Não Se sim, quantos? _____ (se a resposta for negativa, avançar para a questão 20)</p>
<p>18 – No caso de ter filhos, quem detém a guarda deles?</p>	<p>1.() Você mesmo 2.() A mãe/pai dos filhos 3.() Avós 4.() Parentes (tio, tia, primo, cunhado, sobrinho etc.) 5.() O filho está em Serviço de Acolhimento (Abrigo, Casa Lar, Família Acolhedora) 6.() Foi entregue para adoção 7.() Outros _____</p>

<p>19 – No caso de ter filhos, como é seu vínculo com eles?</p>	<p>1.() Vejo meus filhos ao menos uma vez por semana 2.() Vejo meus filhos ocasionalmente (mensal) 3.() Vejo meus filhos raramente (uma vez por ano ou fica mais de um ano sem vê-lo) 4.() Nunca mais vi meus filhos, mas sei onde se encontram. 5.() Nunca mais vi meus filhos e não sei o paradeiro deles.</p>
<p>20 – Possui familiares em situação de rua? (múltipla escolha)</p>	<p>1.() Pai 2.() Mãe 3.() Cônjuge/companheiro(a) 4.() Filho 5.() Irmão 6.() Primo 7.() Tio/tia 8.() Sobrinho/sobrinha 9.() Outro _____</p>
<p>21 – Você tem algum contato com familiares domiciliados?</p>	<p>1.() Não 2.() Sim</p>
<p>21.1 – Se sim, qual a frequência média?</p>	<p>1.() Diário 2.() Semanal 3.() Mensal 4.() Anual 5.() Raramente os vejo Anotar comentários sobre o relacionamento familiar: _____</p>

BLOCO 3 - RENDA

<p>22 – Tem alguma profissão?</p>	<p>1.() Não 2.() Sim, qual? _____</p>
<p>23 – Principais fontes geradoras de renda (múltipla escolha)</p>	<p>1.() Coleta de material reciclado 2.() Pede dinheiro 3.() Pedinte de alimentos 4.() Guardador de carro 5.() Nenhuma 6.() Construção civil/pedreiro 7.() Programas sexuais 8.() Bicos 9.Outro _____</p>
<p>24 – Renda média diária?</p>	<p>1.() Nenhuma 2.() de R\$ 1,00 a 10,00 3.() de R\$ 10,00 a 20,00 4.() de R\$ 20,00 a 30,00 5.() de R\$ 30,00 a 40,00 6.() de R\$ 40,00 a 50,00 reais 7.() R\$ 50,00 ou mais</p>

<p>25 – Recebe algum tipo de benefício? (múltipla escolha)</p>	<p>1.() Bolsa Família 2.() Auxílio Doença 3.() Seguro desemprego 4.() Aposentadoria 5.() Cesta básica de alimentos 6.() Auxílio Transporte 7.() Benefício Prestação Continuada 8.() Cartão alimentação 9.() Outros</p>
---	---

BLOCO 4 - ALIMENTAÇÃO, CUIDADO E SAÚDE

<p>26 – Você faz quantas refeições por dia?</p>	<p>1.() Menos de uma ao dia (não se alimenta todos os dias) 2.() 1 3.() 2 4.() 3 5.() 4 ou mais</p>
<p>27 – Como obtém seu alimento? (múltipla escolha)</p>	<p>1.() No centro Pop 2.() Na casa de passagem (antigo albergue) 3.() No restaurante popular 4.() Compro meu alimento 5.() Ganho comida nos restaurantes 6.() Ganho comida de instituições religiosas ou doações particulares. 7.() Peço comida na casas de famílias. 8.() Outro</p>
<p>28 – Onde você costuma tomar banho? (múltipla escolha - anotar comentários sobre o banho)</p>	<p>1.() Nas torneiras disponíveis nas ruas. 2.() Banheiros de postos de gasolina 3.() Banheiros públicos (Rodoviária, centro de convivência etc.) 4.() Casa de passagem (antigo albergue) 5.() Centro Pop 6.() Igrejas 7.() casa de parentes ou amigos 8.() rios, lagos, represas, fontes. Anotações _____</p>
<p>29 – Tem algum problema de saúde? Caso a resposta seja “Não”, pular para a questão 30.</p>	<p>1.() Não 2.() Sim, qual? _____</p>
<p>29.1 – Faz algum tratamento?</p>	<p>1.() Não 2.() Sim, qual? _____</p>
<p>29.2 – Onde faz tratamento?</p>	<p>1.() Hospitais (HU, Hospital municipal) 2.() UBS (Unidade Básica de Saúde) 3.() UPA (Unidade de Pronto Atendimento) 4.() CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) 5.() Consultório de rua 6.() Emergência psiquiátrica 7.() SAMU/Siate 8.() Outros _____</p>

<p>29.3 – Quais os medicamentos que você usa?</p>	<p>Anotações: _____</p> <p>_____</p>
<p>30 – Quando foi a última vez que você procurou um serviço de saúde?</p>	<p>1.() No último mês 2.() Entre 1 a 6 meses 3.() Há mais de 6 meses 4.() Não procuro serviço de saúde</p>
<p>30.1 – Como você costuma acessar o tratamento de saúde?</p>	<p>1.() Vou ao Centro Pop e eles me encaminham ao médico 2.() Vou diretamente ao serviço médico (antigo postinho [UBS], UPA, HU, Hospital Municipal etc.) 3.() Sou atendido pelo Consultório na Rua. 4.() SAMU 5.() Outro _____</p>
<p>30.2 – Nesta ocasião, que você procurou o serviço de saúde, teve algum problema para ser atendido?</p>	<p>1.() Não tive problemas 2.() Sim, por falta de documentação 3.() Sim, por falta de comprovante de residência 4.() Sim, por demora para ser atendido 5.() Sim, pois me senti discriminado no local 6.() Sim, outros: _____</p>
<p>30.3 – Para cuidar dos seus problemas de saúde, você procura algum outro meio de se tratar além da medicação?</p>	<p>1.() Chás 2.() Benzedeiros 3.() Ervas medicinais 4.() Haíke 5.() Acupuntura 6.() Outros _____</p>
<p>31 – Usa ou já usou substâncias químicas/psicoativas? Quais? (múltipla escolha)</p>	<p>1.() Tabaco ou cigarro 2.() Bebidas alcoólicas 3.() Maconha/haxixe 4.() Cocaína inalada/merla/pasta base 5.() Crack/cocaína fumada 6.() Anfetaminas/ecstasy 7.() Inalantes - cola/thinner/loló 8.() Medicamentos controlados - ritalina/benzodiazepínicos 9.() Alucinógenos – LSD, cogumelo 10.() Opióides - heroína, morfina, codeína 11.() Drogas injetáveis: _____ 12.() Mistura: _____ 13.() Outras substâncias: _____ 14.() Nunca usei _____</p>
<p>31.1 – Já realizou tratamento para cessar/reduzir o uso de substâncias químicas/psicoativas?</p>	<p>1.() Não 2.() Sim</p>

32 – Você teve algum problema na boca nos últimos 6 meses? Caso a resposta seja “Não”, pular para a questão 40.	1.() Não 2.() Sim
32.1 – Onde procurou atendimento para o problema bucal?	1.() UEM 2.() UBS (Unidade Básica de Saúde) 3.() UPA (Unidade de Pronto Atendimento) 4.() Outras universidades 5.() Hospitais (HU, Hospital municipal) 6.() Atendimento particular 7.() Outros _____
32.2 – Você tem algum cuidado com sua boca e dentes?	1.() Não 2.() Sim
32.3 – Com que frequência escova os dentes?	1.() Mais de uma vez por dia 2.() Uma vez por dia 3.() Mais ou menos 3 vezes por semana 4.() Uma vez por semana ou menos 5.() Nunca escovo os dentes
32.4 – Como faz a higienização dos dentes?	1.() Escova e pasta de dente 2.() Somente Escova 3.() Bochecho 4.() Dedo 5.() Outros _____

BLOCO 5 – VIOLÊNCIA E SEGREGAÇÃO

33 – Você já sofreu algum tipo de violência física?	1.() Não 2.() Sim
33.1 – Se sim, por quem? (múltipla escolha)	1.() Por familiares 2.() Por guardas municipais 3.() Por policiais militares 4.() Por residentes na cidade 5.() Por outra pessoa em situação de rua Anotar comentários: _____
33.2 – Já foi impedido de? (múltipla escolha)	1.() Entrar em estabelecimento comercial 2.() Entrar em transporte coletivo 3.() Tirar documentos 4.() Entrar Shopping Center 5.() Entrar em bancos 6.() Receber atendimento na rede de saúde 7.() Serviços públicos, quais _____ 8.() Outros: _____

<p>34 – Já esteve em instituição (múltipla escolha)</p>	<p>1.() Cadeia 2.() Presídio 3.() Comunidades Terapêuticas 4.() Aliança de misericórdia 5.() Portal da Inclusão 6.() Casas de apoio 7.() Casa de Passagem (antigo albergue) 8.() Hospital Psiquiátrico 9.() Emergência Psiquiátrica 10.() Centro socioeducativo (CENSE, FEBEM, Fundação Casa etc.) 11.() Acolhimento institucional infantil (pode ser apresentando como orfanato, casa lar, abrigo, lar) 12.() Outros _____</p>
<p>35 – O que você acha que as pessoas residentes em Maringá pensam sobre as pessoas em situação de rua?</p>	<p>Anotações _____ _____</p>
<p>36 – O que te faz permanecer na rua?</p>	<p>Anotações _____ _____</p>
<p>37 – Você gostaria de sair da situação de rua?</p>	<p>1.() Não 2.() Sim Comentários _____ _____ _____</p>
<p>38 – O que te faria sair das ruas?</p>	<p>Anotações _____ _____ _____</p>

PROJETO PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE MARINGÁ: DESCONSTRUINDO A INVISIBILIDADE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar o (a) Senhor (a) a participar de um estudo intitulado PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM MARINGÁ: DESCONSTRUINDO A INVISIBILIDADE, com o objetivo de caracterizar e quantificar a população em situação de rua no município de Maringá – Paraná.

Sua participação é muito importante, e, caso o(a) Senhor(a) participe do estudo, será necessário que responda a uma entrevista, sem qualquer identificação pessoal, com 42 (quarenta e duas) perguntas objetivas, o qual levará em torno de 60 minutos para ser respondido. As respostas serão anônimas.

Importante salientar que não há qualquer risco físico relacionado ao estudo, nem tampouco qualquer consequência caso você decida não participar, pois a participação é totalmente voluntária, podendo o (a) Senhor (a) recusar-se a participar. Um risco possível é de você se sentir ansioso ou angustiado por estar respondendo a perguntas muito pessoais ou sensíveis nas entrevistas. Se ocorrer algum desconforto emocional relacionado ao conteúdo das questões e a forma de abordagem do entrevistador, o (a) Senhor (a) poderá desistir da participação a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. No entanto, os entrevistadores foram capacitados para estabelecer formas de abordagem e acolhimento e uma relação próxima e confiável com o (a) Senhor (a).

Reiteramos que as informações serão utilizadas somente para os fins deste estudo, e serão tratadas com absoluto sigilo e confidencialidade. As informações poderão ser divulgadas, no entanto, quando forem divulgadas em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade, ou seja, quando os resultados forem publicados, o (a) Senhor (a) não será identificado (a).

Nem sempre o (a) Senhor (a) será diretamente e imediatamente beneficiado (a) com os resultados do estudo, mas os dados serão utilizados para a otimização do planejamento das políticas públicas sociais e de saúde para a atenção à população em situação de rua. As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de responsabilidade do (a) Senhor (a) e pela participação no estudo o (a) Senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro.

Caso o (a) Senhor (a) tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá - UEM, cujo endereço consta deste documento.

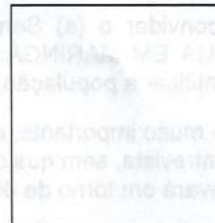
Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e pelo (a) Senhor (a), de tal forma a garantir o acesso ao documento completo).

Eu,.....

declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar voluntariamente da pesquisa
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE MARINGÁ: DESCONSTRUINDO A INVISIBILIDADE.

Verificação do consentimento

Data:



Assinatura do participante

Espaço para impressão digital

Eu, (membro do grupo de pesquisa), declaro
que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

..... Data:

Assinatura do pesquisador/entrevistador.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora Prof^a Dr^a Ana
Lúcia Rodrigues

Universidade Estadual de Maringá

CCH – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Av. Colombo, 5790 – Zona 7, Maringá – PR, 87.020-900

Telefone: (44) 3011- 4287

E-mail: alrodrigues1962@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê
permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço
abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala 4.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br